



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 008.3.55.O

DATA: 15/02/17

TURNO: Vespertino

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa Ordinária -
CD**

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14h

TÉRMINO: 19h59min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Incluído o discurso do Deputado Paes Landim proferido na Sessão Não Deliberativa de Debates da Câmara dos Deputados nº 006, realizada em 9 de fevereiro de 2017.

Ata da 8ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Ordinária, Vespertina, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 2017.

Presidência dos Srs.:

Rodrigo Maia, Presidente.

Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

Alberto Fraga, Sergio Zveiter, nos termos do § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 177 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. IZALCI LUCAS, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido)



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Concedo a palavra à Sra. Deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro.



A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço que V.Exa. receba como lido e dê a devida divulgação nos órgãos de comunicação da Casa a discurso em que falo sobre notícia que nos abalou profundamente.

O Banco Mundial divulgou estudo segundo o qual, neste ano ainda, teremos 3 milhões e 600 mil novos pobres neste País.

O Governo Temer, que não tem compromisso com o investimento social, porque acha que esse tipo de investimento nada mais é do que gasto, poderia reforçar programas que ficaram para a história do Brasil, implementados de 2003 a 2016, como o Bolsa Família e outros. Os jovens e os adultos que até então estavam trabalhando é que vão compor esse número de pobres.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de acordo com estudo divulgado pelo Banco Mundial, o Brasil terá, em 2017, aproximadamente 3,6 milhões de “novos pobres”, resultado direto das nossas crises econômica e social, o que vai gerar uma séria ameaça aos avanços na redução da pobreza e da desigualdade que os Governos Lula e Dilma realizaram, entre 2003 e 2016, em nosso País.

O estudo do Banco Mundial afirma ainda que esse contingente de pobres será formado por adultos e jovens dos grandes centros que até há pouco tempo trabalhavam.

E aí, Sr. Presidente, vem a grande questão: o Governo insensível de Temer, em vez de aumentar o orçamento dos programas sociais, como o Bolsa Família, para evitar esse triste cenário, já sinalizou, com a falácia de sua política econômica,



que não irá elevar os recursos destinados a esses programas, pois o Governo chama investimento social de gasto.

Nesse sentido, chamo a atenção de Temer para que leve a sério esse estudo do Banco Mundial e repense a sua desastrosa política econômica, pois não é justo que milhões de cidadãos e cidadãs sejam abandonados à própria sorte pelo Estado brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Caetano, do PT da Bahia, que disporá de 1 minuto.

O SR. CAETANO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem falei aqui da crise dos Estados brasileiros. Temer não está fazendo nada. Por isso, hoje a pesquisa realizada pela CNT, em parceria com o MDA, mostra que a aprovação de Temer despencou e despenca a cada dia.

Vem aí Lulão! Lula vem aí! Ganha em todos os cenários, no primeiro e no segundo turnos, com muita força! Foi o melhor Presidente da história do Brasil. Nos últimos 30 anos, foi no seu governo o melhor momento da economia brasileira. Deixou o desemprego em 4,5%; hoje há 12 milhões de desempregados neste País.

Lula resolveu os problemas do Brasil. E Lula vai devolver aos trabalhadores aquilo que Temer está tirando.

Lula vem aí!

Quanto mais batem no Lula, quanto mais perseguem o Lula, mais o Lula cresce para o bem do povo brasileiro e de todo o nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Valmir Assunção, do PT da Bahia, por 1 minuto.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero fazer um registro com muita indignação.

Está funcionando na Câmara dos Deputados a CPI - FUNAI e INCRA 2, que é dirigida justamente pelo agronegócio, pelos representantes dos fazendeiros nesta Casa. Pois bem, agora querem quebrar o sigilo bancário do Conselho Indigenista Missionário — CIMI, do Instituto Socioambiental — ISA, da organização dos antropólogos deste Brasil, o que é uma questão absurda. O CIMI é um organismo ligado à Igreja Católica que defende os índios! E eles querem quebrar o sigilo bancário sem ouvir as organizações, sem debater com elas. É um absurdo o que está acontecendo nesta Casa.

Nós apresentamos requerimentos para quebrar o sigilo de diversas entidades patronais, mas nesse caso eles não querem quebrar, porque querem proteger o agronegócio, os grandes fazendeiros deste Brasil.

Nós não concordamos com isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, por 1 minuto.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o Presidente Michel Temer, depois do trabalho que nós fizemos no ano passado, está recuperando a credibilidade do País.

Os Governos de Lula e de Dilma acabaram com o País. Montaram uma quadrilha enorme que roubou todos os nossos recursos, e agora temos que recuperar o País.

O Presidente Michel Temer, dentro dessa linha, a partir de março, vai liberar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS para as pessoas que saíram do emprego e que têm esse direito. Aproximadamente 40 bilhões de reais serão injetados na economia.

Aquilo que foi destruído pelos Governos do PT, com o PCdoB e outros que os apoiavam, nós agora estamos trabalhando para recuperar.

O Presidente Michel Temer está de parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Marcon por 1 minuto.

O SR. MARCON (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero dar como lidos dois discursos e peço a divulgação de ambos no programa *A Voz do Brasil*.

Em primeiro lugar, destaco a vergonhosa notícia divulgada pela imprensa, informando que, na terça-feira à noite, no Lago Paranoá, Alexandre de Moraes e 11 Senadores fizeram uma preliminar da sabatina. Isso é uma vergonha que desmoraliza cada vez mais a política brasileira. Os Senadores que estavam no barco têm todo o interesse de fazer isso, porque muitos deles estão envolvidos na Operação Lava-Jato.

Em segundo lugar, falo sobre a decisão do Supremo Tribunal Federal no caso Moreira Franco. No caso de Lula, a lei não permitia que ele assumisse o cargo de Ministro, mas, no caso de Moreira Franco, ele pode ser Ministro. Isso mostra que a nossa Justiça tem lado. Muitos Ministros do Supremo Tribunal Federal fazem parte do Governo golpista de Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O pronunciamento de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é muito vergonhoso que tratem a escandalosa confraternização entre Senadores e um indicado ao STF, em um iate, como “sabatina informal”, com o apoio de seus seguidores. O encontro foi chamado de “sabatina informal” por veículos como *O Globo* e *Estadão*.



“É que a sabatina foi em um barco. Se tivesse sido num pedalinho seria um escândalo”, escreve um internauta, em resposta ao comentário do Deputado, fazendo referência aos pedalinhos de um sítio em Atibaia, São Paulo, atribuídos pela Polícia Federal a Dona Marisa, esposa do ex-Presidente Lula falecida.

A festa no barco acontece dias antes da sabatina que será realizada com Alexandre de Moraes no Senado. Na confraternização, Moraes foi questionado se se esquecerá dos Parlamentares quando chegar ao Supremo. Mas que absurdo é esse?

O indicado está licenciado do Ministério da Justiça e angaria votos no Senado enquanto o Estado do Espírito Santo e outros Estados estão mergulhados em crise na segurança pública. O indicado recebeu esse mérito, mesmo após o País estar passando pela maior crise nos presídios que já se viu.

A pergunta que não quer calar é: onde estão os “batedores de panela” deste País? Afinal, antes, qualquer “pedalinho” se tornava um escândalo nacional. Agora, tudo passou a ser normal.

Era isso, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o mesmo Supremo Tribunal Federal que, na última terça-feira, decidiu que Moreira Franco pode ser Ministro de Michel Temer, por uma canetada do decano Celso de Mello, também avaliou, no ano passado, que o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não poderia assumir a Casa Civil no Governo legítimo de Dilma Rousseff.

Assim como Moreira, Lula não era réu quando seu caso chegou ao STF, mas Dilma foi acusada de obstruir a Lava-Jato, ao nomeá-lo Ministro. No entanto, a



recente reforma ministerial de Michel Temer teve como único objetivo blindar seu amigo Moreira Franco, que é investigado na Lava-Jato por propinas da Odebrecht e também na Cui Bono por desvios na Caixa Econômica Federal. A disparidade revela que o golpe e a perseguição criaram um quadro de total instabilidade jurídica no Brasil.

Moreira Franco, assim, segue Ministro e com prerrogativa de foro. Assim, ele fica blindado quanto aos processos que correm em primeira instância. Para Celso de Mello não há desvio de finalidade, mesmo tendo sido criado um Ministério para abrigar Moreira.

Já no caso de Lula, até grampo telefônico, revelado 2 horas após pela mídia, foi autorizado pelo Juiz Sergio Moro. Realmente, é uma vergonha o que está ocorrendo no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios de comunicação desta Casa que, na última segunda-feira, a Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe sediou um grande encontro, do qual tive a oportunidade de participar, que contou com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe, da Arquidiocese de Aracaju, de uma série de outras entidades de movimento sindical e popular.

Na ocasião, foi lançado o Comitê Sergipano dos Direitos Sociais contra a reforma trabalhista e previdenciária e em defesa dos direitos da classe trabalhadora.

Tenho certeza de que Sergipe fará grandes lutas e grandes mobilizações para impedir a retirada de direitos e este golpe no Brasil.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para registrar que participamos do lançamento do Comitê Sergipano de Defesa dos Direitos Sociais, realizado na Assembleia Legislativa de Sergipe na manhã de segunda-feira, dia 13.

Temos plena convicção e o dever de alertar a toda a nossa sociedade sobre a necessidade de mobilização popular com relação às propostas de reforma previdenciária e trabalhista, para que os Parlamentares Federais não possam aprovar esses projetos que vão de encontro aos direitos sociais dos brasileiros. Se



não houver mobilização popular, a exemplo do Comitê Sergipano de Defesa dos Direitos Sociais, o Governo e sua base não vão recuar.

O Comitê em Defesa dos Direitos Sociais é uma iniciativa é da Arquidiocese de Aracaju, através do Conselho Nacional do Laicato do Brasil — CNLB, Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Sergipe — OAB/SE, da Associação dos Dirigentes Cristãos de Sergipe — ADCE e União dos Ministros Evangélicos de Sergipe — UMESE. Ontem, dia 13, em seu lançamento, teve a adesão de várias entidades, associações, movimentos sociais e sindicais, a exemplo da Associação dos Magistrados de Sergipe — AMASE, da Associação dos Magistrados do Trabalho — AMATRA 20, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sergipe — FETASE. O Comitê defende que as reformas só devem acontecer se houver a chancela popular a partir de um referendo.

Para isso, o primeiro passo do Comitê será fazer a coleta de assinaturas por todo o Estado reivindicando a realização desse referendo. Num segundo momento, o Comitê iniciará uma forte articulação política junto a todos os Parlamentares Federais de Sergipe para que não apoiem a proposta do Governo Federal da reforma previdenciária e trabalhista da forma como está. Também terá continuidade o trabalho de adesão de mais entidades e movimentos sociais e sindicais ao Comitê.

É preciso ressaltar que o Governo Federal e os que defendem a reforma da Previdência têm tentado, 24 horas por dia, convencer a população que há déficit. Mas nossa Constituição é muito clara sobre como é composta a Previdência, os recursos de captação e despesa. Por isso, é preciso colocar esse debate para a sociedade.



Temos certeza de que a bancada federal de Sergipe ouvirá a todos, desde que as ruas exijam maior debate sobre temas tão importantes. Nosso mandato está à disposição porque essa é uma luta nossa, uma luta histórica da classe trabalhadora. É uma obrigação, pois fomos eleitos em cima desse projeto.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Izalci Lucas, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu havia me inscrito para falar no período de breves comunicações, mas é exigir demais que fiquemos no plenário ouvindo do Partido dos Trabalhadores que temos 12 milhões de desempregados.

Eles conseguiram quebrar o País. Nunca se roubou tanto na história deste País como no Governo petista. Lula vai ser preso, aliás, ele já devia estar preso há muito tempo, porque acabou com o País. Há o déficit da Previdência, fruto da desorganização e da incompetência desses últimos 13 anos.

Eles defendem a modernização da CLT, que era carro de boi, e hoje nós temos a área da tecnologia e do conhecimento. E eles ficam com essa demagogia aqui no plenário. É absurda a forma como se fala aqui!

Sr. Presidente, eu só queria registrar isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, em permuta com este Presidente, ao Deputado Laudivio Carvalho, do Solidariedade de Minas Gerais.

O SR. LAUDIVIO CARVALHO (Bloco/SD-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar nossa indignação e nosso descontentamento com a situação em que se encontra a Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde, do início do ano até agora, 12 ônibus foram queimados. Nos últimos 3 dias, 5 ônibus foram incendiados, por ordem de traficantes que ou estão presos ou estão mandando nas ruas da Capital.

É preciso que o Governador Fernando Pimentel tenha pulso firme. A Polícia Militar está nas ruas, está trabalhando e fazendo o papel que lhe cabe, mas é preciso mais: é preciso o apoio do Governo; é preciso o apoio da sociedade, que deve ligar para o Disque-Denúncia, por meio dos números 190 ou 181, para denunciar os traficantes que agem queimando ônibus na Região Metropolitana de Belo Horizonte, deixando as cidades próximas sem transporte coletivo.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Líder, Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de dar como lido o meu pronunciamento sobre a prioridade da reforma política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgar o seu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a política, enquanto instrumento para organizar e gerir relações e os destinos da sociedade, deve se expressar através de ações com foco, prioritário, no bem-estar e na felicidade das pessoas. O ser humano é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da política, e o seu espaço se estabelece em um mundo plural, sendo irremediável a dualidade da manifestação, bem ou mal, no seu exercício.

Em nosso País vivemos profunda e absurda ausência de foco no bem, com desvios de finalidade das práticas políticas, quando a irresponsabilidade, a incompetência e a má-fé protagonizam a desconstrução dos valores éticos e morais, consolidados através das nossas tradições histórico-culturais a partir do judaico-cristianismo. A corrupção contaminou, de forma desenfreada e sistêmica, o exercício da boa política nos diferentes níveis de liderança.

A ação recente e contínua dos agentes responsáveis pela fiscalização, controle, e repressão das práticas de desvio de conduta no exercício político de



autoridades constituídas, além de revelar as fragilidades jurídicas e estruturais que induzem e facilitam a corrupção, sinaliza, também e felizmente, à possibilidade e urgência de serem adotadas medidas corretivas.

Aos poucos vai aumentando o entendimento e a conscientização das pessoas responsáveis de que, para sair dessa situação avassaladora, principalmente na política e na economia, são necessárias reformas definitivas, capazes de restaurar o poder coercitivo do Estado, a independência entre os Poderes da República, o equilíbrio orçamentário, o desenvolvimento econômico, o pacto federativo, o processo legislativo e os sistemas eleitoral e partidário, entre outros.

Como toda transformação social começa e termina na política, impõe-se sua imediata estabilização para que medidas essenciais sejam adotadas ajustando também a execução orçamentária a partir do que as reformas estruturais poderão ser encaminhadas, debatidas e por fim realizadas. A estabilização e o equilíbrio assentados apenas na vontade política dos detentores transitórios do poder têm um caráter superficial e temporário, necessitando ser institucionalizados através de legislação própria e adequada que lhes garanta profundidade e perenidade.

É um princípio fundamental previsto no parágrafo único do primeiro artigo da Constituição Federal, "*que todo poder emana do povo que o exerce através de representantes eleitos ou diretamente...*". Assim, a organização da sociedade civil para exercer o poder através de representação, passa pelo sistema partidário que deve refletir os anseios e as diversidades ideológicas da população na escolha de seus representantes.

A atual legislação é bastante aberta, quase permissiva, à criação de novas siglas partidárias, as quais, frequentemente, se transformam em grupos de pessoas



sem compromisso com qualquer ideário político, motivados pelo acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão, importantes moedas de negociação nos pleitos eleitorais.

A proliferação de partidos — hoje são 35 — produz efeitos danosos não apenas ao funcionamento dos três níveis legislativos (União, Estados e Municípios), como também à estabilidade das relações entre os Poderes da República, senão vejamos:

O processo legislativo é prejudicado pelo elevado número de encaminhamentos, requerimentos, emendas e questões de ordem, na grande maioria inócuos, que obstruem e retardam as votações;

Cada partido representado, com pelo menos um Parlamentar, tem direito a espaços de Liderança e quadros de funcionários, criando custos desnecessários à manutenção das atividades legislativas;

Um número muito elevado de partidos impõe o presidencialismo de coalizão e ao mesmo tempo dificulta o estabelecimento de base parlamentar sólida, acarretando instabilidade. Por outro lado, facilita barganhas não republicanas como atalho ao diálogo e ao entendimento da boa política;

Disputas perdidas em plenário e outras instâncias acabam gerando inumeráveis ações junto ao Supremo Tribunal Federal, principalmente de pequenos partidos políticos, judicializando a política e estabelecendo canais de interferências indesejáveis no Poder Legislativo;

As reuniões do Colégio de Líderes para o estabelecimento das pautas de votação, composição de Comissões e escolha de Relatores para projetos em



tramitação, acabam se transformando em intermináveis e pouco produtivas discussões.

Isto posto, percebe-se como é significativa e urgente uma drástica redução do número de partidos políticos. Muitos projetos nesse sentido tramitam no Congresso como parte de reformas políticas, mas encontram resistências devido ao elevado grau de incertezas que geram nos interesses parlamentares.

Duas medidas nesse sentido começam a ser debatidas com prioridade, tanto na Câmara como no Senado. A primeira foca a proibição de coligações nas eleições proporcionais, ou seja, para deputados e vereadores. Os partidos que não alcançam, isoladamente, os quocientes eleitorais, costumam se beneficiar de coligações entre si, ou com partidos maiores, para manter representações mínimas do partido. A proibição provocará fusões partidárias definitivas ou simples extinções das pequenas legendas.

A outra medida, chamada de cláusula de barreira, estabelece um desempenho eleitoral mínimo para cada partido ter representação na Câmara dos Deputados. Normalmente, a barreira é imposta através da exigência de um percentual mínimo de votos a nível nacional distribuído, também, com um percentual mínimo em cada um de certo número de Estados. Para atenuar o corte do desempenho pode ser instituída a possibilidade de formação de blocos ou de federações partidárias, cuja soma dos votos obtidos supere a barreira. Os direitos parlamentares individuais serão garantidos aos Deputados dos partidos que não alcançarem os quocientes.

Parece pouco chamar essas duas medidas de reforma política, mas, como vimos, o impacto na estabilização do funcionamento legislativo, internamente e nas



suas relações externas, somar-se-á às ações na área econômica e em outros setores, formando uma corrente de confiança regenerativa na recuperação do País após a devastação ocorrida nos últimos anos.

Muitos sinais apontam para a inflexão positiva que começa a ocorrer, e que a população já percebe, renovando sua confiança e suas esperanças de que sairá da crise com o País fortalecido e num patamar mais elevado dos padrões éticos e morais nas práticas políticas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em breve acabaremos tendo a tristeza de anunciar a maior rapinagem do século XXI no nosso País: o projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Todos sabem que sou crítico contundente, com fundamento técnico, deste projeto. Este projeto já estava falido desde o seu planejamento, porque não produz energia, ou produz muito menos que os 12 mil megawatts anunciados.

Os custos são infundáveis. Primeiro, foram previstos 6 bilhões de reais; depois, na licitação, 18 bilhões de reais. Já se gastaram mais de 30 bilhões de reais — a maior parte recursos públicos, recursos do nosso povo, um povo desempregado e faminto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde 2010, quando o projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte foi iniciado, tenho me colocado, ao lado de diversos movimentos sociais, contrário à construção deste empreendimento, localizado nas proximidades do Rio Xingu. À época já se comprovava — hoje está confirmado — que este e outros grandes projetos ameaçam não só o futuro das nossas florestas, da biodiversidade e da água como bem social, mas também as condições de vida de milhões de brasileiros.

Desde então, tenho feito, como Deputado, o bom combate, seja na Assembleia Legislativa do Pará, seja na Câmara dos Deputados, contra o



funcionamento da Usina antes que as 40 condicionantes estabelecidas pelos órgãos de fiscalização e controle sejam de fato cumpridas. Destas, apenas 4 foram efetivamente implementadas.

Não só a Usina Hidrelétrica Belo Monte, mas também os demais grandes projetos na Amazônia seguem um modelo perverso de desenvolvimento na região, que a transforma num verdadeiro almoxarifado do País, de onde tudo é retirado, explorado e vendido, deixando para o povo destruição e miséria.

Agora, leio com grande preocupação notícias de que parte do controle da Usina Hidrelétrica Belo Monte estaria à venda. Segundo notícia publicada pelo jornal *O Estado de S.Paulo*, as empresas Neoenergia, CEMIG, Light, Vale, SINOBRAS, J. Malucelli e os fundos de pensão PETROS, da PETROBRAS, e FUNCEF, da Caixa Econômica Federal, que possuem 50,02% da Norte Energia, já teriam contratado o Bradesco BBI para buscar potenciais investidores pelo preço de 10 bilhões de reais — uma verdadeira “pechincha”!

Como não se indignar diante desse absurdo? Como explicar um valor tão rebaixado para uma obra que teve o orçamento inicial de 18 bilhões de reais e terá, até a sua conclusão em 2019, gasto mais de 31 bilhões de reais, sendo mais de 22 bilhões de reais de dinheiro público, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES?

Ainda segundo a mesma reportagem, algumas empresas chinesas, como State Grid e China Three Gorges, teriam interesse no empreendimento. Note-se que a State Grid está bem localizada, haja vista ter ganho o contrato de construção do linhão de Belo Monte.



Hoje, a Norte Energia, concessionária da Belo Monte, é uma empresa de capital misto, em que 49,98% pertencem ao grupo ELETROBRAS (ELETROBRAS, CHESF, ELETRONORTE), 20% de fundos de pensão (PETROS, FUNCEF) e 30,02% de empresas privadas.

Caso tais notícias sejam confirmadas, estaremos diante do maior caso de rapinagem da história do nosso País: privatização e desnacionalização de nosso território e de nossos recursos naturais em favor do capital estrangeiro.

Este Parlamento precisa agir para proteger a soberania do nosso País, proibindo que tal operação seja realizada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira, do PR de Minas Gerais.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Deputado Laudívio Carvalho disse há pouco que foram 13 ônibus incendiados. Não foram 13 ônibus — foram 25! Do momento em que S.Exa. falou para cá, foram incendiados mais 12 ônibus. Portanto, são 25 ônibus incendiados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, por causa da apreensão de drogas que aconteceu no Município de Sarzedo, onde também foram presas 15 pessoas, entre elas 9 menores de idade.

Nós já aprovamos nesta Casa a redução da maioria penal, matéria que agora se encontra no Senado Federal. Porém, ninguém faz nada!

Portanto, nós repetimos o alerta, como fizemos em relação às penitenciárias: alguma coisa vai acontecer.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que aceite como lido meu pronunciamento, ao tempo em que peço seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, retorno a esta tribuna para abordar, mais uma vez, a situação de pânico que está vivendo a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A onda de ataques a ônibus coletivos continua. Nas últimas 48 horas, 13 deles foram incendiados por bandidos, totalizando 25 desde o início do ano. Lamentavelmente, a situação se agravou: na madrugada desta quarta-feira, surgiram as primeiras vítimas dos ataques.



Pouco depois da meia-noite, o Corpo de Bombeiros foi atender a uma ocorrência na região do Barreiro, onde foram encontrados dois corpos dentro de um veículo. Testemunhas que estavam dentro do ônibus contaram que o ônibus foi atacado por dois marginais, que se disfarçaram de passageiros para conseguir a atenção do motorista.

Eles aguardavam normalmente o ônibus no ponto, deram sinal e, quando entraram, ordenaram o desembarque. Pelas informações dos passageiros, podemos deduzir que eles não esperaram a saída de todas as pessoas para jogar gasolina no coletivo e atear fogo.

Os suspeitos entregaram um bilhete ao motorista, avisando que o crime era uma retaliação aos maus-tratos sofridos por presos do presídio de Bicas II, localizado em São Joaquim de Bicas, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Felizmente, os bandidos foram presos, juntamente com outros seis. Do total de nove, seis seriam menores de idade. A população está em pânico, sem saber o que fazer e a quem recorrer. Quem utiliza o transporte público não tem mais tranquilidade nem para seguir para o trabalho! E toda essa ousadia desses facínoras é consequência da impunidade que tomou conta deste País.

Precisamos de leis mais duras para tratar de situações de terror como estas, que são um crime hediondo, Sr. Presidente!

Até quando vamos fechar os olhos para a caótica situação da segurança pública no nosso País? Desde minha chegada a esta Casa, tenho trabalhado exaustivamente para tentar mudar esta situação, porque me foi confiada pelo povo esta tarefa.

Espero que todos estes alertas nesta tribuna não sejam em vão.

É o que eu tenho a dizer, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

O PSOL registra a nossa presença no ato de hoje, no Senado Federal, de lançamento da anticandidatura da Professora de Direito Beatriz Vargas, jurista que tem um currículo acadêmico louvável e jamais copiou, sem dar crédito, nenhum outro autor do mundo jurídico.

A Professora Beatriz Vargas tem uma visão progressista, é um nome respeitado, foi apresentada por um conjunto de mulheres lutadoras contra o patriarcalismo e o machismo e, certamente, não iria para o Supremo Tribunal Federal fazer o papel de defensora de qualquer réu, mas, sim, agir com independência, tudo de que o Brasil precisa e que, pelo visto, não está sendo encaminhado e não será homologado pelo Senado.

Por fim, peço que se registre nos Anais da Casa o meu artigo publicado no *Blog do Noblat*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O pronunciamento de V.Exa. também será publicado no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. CHICO ALENCAR - Obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todo(a)s o(a)s que assistem a esta sessão ou nela trabalham, apresento aqui, para os Anais da Câmara, artigo



publicado ontem, dia 14 de fevereiro, no *Blog do Noblat*, no qual trato da falta de legitimidade do atual Governo para propor as “reformas” que tem proposto:

Com que autoridade?

Virou lugar-comum: ou o governo Temer é bem sucedido nas reformas ou será devorado pela Lava Jato. É preciso destrinchar essa afirmação.

Primeiramente, o governo Temer — essa coalização de investigados, fisiológicos e privatistas — tem um defeito congênito: não foi ungido pelas urnas.

E para os que lembram, oportunamente, que Michel Temer era o vice de Dilma, vale destacar que, na campanha de sua chapa, nenhuma das propostas que ele tenta implementar foi apresentada à população.

Aliás, o “estelionato eleitoral” começou a ser praticado pela própria Dilma, em 2015, ao propor projetos do segmento derrotado, representado por Aécio.

“Estelionato” compartilhado pelo PSDB, que naquele ano, como oposição, votou contra o que sempre defendera. Já no Império brasileiro, durante o segundo reinado, se dizia que “nada é mais parecido com um conservador do que um liberal no poder”...

Depois, é necessário examinar o que se entende por “reformas”. A palavra tem um conteúdo positivo. Reformar a casa, a estrada, até uma roupa é sempre para



melhorar. Mas “reformular” a Previdência sem uma real auditoria nas suas contas, conhecendo seus grandes devedores, e sem esclarecer quanto e como têm sido gastos os recursos superavitários da Seguridade Social é começar muito mal.

Propor 49 anos de contribuição para o usufruto da aposentadoria é condenação a trabalhar até morrer.

“Reformular” a legislação trabalhista em contexto de gigantesco desemprego, aproveitando-se da fragilização do fator Trabalho — historicamente bem menos remunerado que o Capital — é flexibilizar a legislação no exclusivo interesse do patronato.

Nessas mal chamadas “reformas”, a retirada de direitos dos “de baixo” é a tônica, e não o combate a privilégios de casta, inclusive no serviço público.

A crise do nosso modelo econômico não será superada radicalizando-se o que a produziu: redução do investimento público e aposta exclusiva no investimento privado, tão paparicado com irresponsáveis desonerações.

Fazer uma reforma liberal-conservadora do Estado a fim de torná-lo mínimo (exceto em sua função penal), precarizando os direitos sociais inscritos na Constituição, não é caminho civilizatório para o Brasil.



O rumo devia ser outro: reforma tributária progressiva, redução dos juros, articulação internacional com novos blocos comerciais, estímulo a arranjos produtivos locais voltados para o mercado interno, garantia de direitos remuneratórios que se refletem na retomada do dinamismo da economia.

Tudo na perspectiva de uma nova forma, sustentável, de produzir e consumir. E reforma política, claro.

Por fim, o que as chamas da Lava Jato devem incinerar, superando os que agem para “estancar sua sangria”, é o histórico conluio entre agentes públicos e particulares, que sempre colocou o Estado a serviço dos grandes grupos privados.

Por isso, as iniciativas desse governo não têm autonomia em relação a ações judiciais que desvendam um esquema estrutural de propinas montado para comprar exatamente essas políticas, em licitações e aditivos fraudados, desonerações, projetos de lei ou emendas.

A dinâmica corrompida de um sistema o constitui.

Um governo é sempre reflexo das práticas políticas dos que o integram.

Agradeço a atenção.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Lopes, do PCdoB do Ceará. S.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. CHICO LOPES (PCdoB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria novamente de fazer um apelo ao Ministro da Educação para não diminuir o valor da bolsa concedida aos estudantes de Medicina de 7 mil para 5 mil reais. Para mim, 2 mil reais é uma economia de ponta de lenço, para quem gasta tanto dinheiro do Governo com coisa sem utilidade.

Nós sabemos que, ao se investir na educação, na saúde e na formação dos nossos estudantes de Medicina, quem ganha é a sociedade. Tenho certeza de que isso não vai quebrar nosso País.

Portanto, apelamos para o Ministro da Educação no sentido de que mantenha os 7 mil reais da bolsa concedida aos estudantes de Medicina.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação da Casa, especialmente pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Tenente Lúcio, do PSB de Minas Gerais.

O SR. TENENTE LÚCIO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença, neste plenário, do Prefeito Edinho, que já passou pelo meu gabinete. Ele é Prefeito da cidade de João Pinheiro, o maior Município do Estado de Minas Gerais em extensão territorial.

Parabenizo os Vereadores Luizinho da Ambulância e Alexandre da Farmácia, que nos solicitaram uma emenda para que fosse asfaltada avenida do Distrito de Canabrava.

O Prefeito veio aqui, nós já acertamos, atendendo também aos dois Vereadores. Já colocamos 300 mil reais, para que seja feito esse asfaltamento, e mais 300 mil reais. Então, será um total de 600 mil reais para esse asfaltamento no Distrito de Canabrava, uma reivindicação muito antiga.

Tanto o Vereador Luizinho quanto o Vereador Alexandre vieram a esta Casa, e agora já estão resolvendo a questão.

Nossos parabéns e nossos cumprimentos a todos!

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nenhum ramo do Direito é mais simbólico do poder do Estado que o Direito Penal. Uma das funções estatais mais essenciais é a de promover a segurança pública, investigando crimes, processando e punindo os culpados.

Porém, na primeira semana deste ano e agora também no caso do Espírito Santo, ficou claro que, no Brasil, o Direito Penal virou ficção. Nossa Lei de Execução Penal é uma obra muito bonita, mas está distante da realidade dos presídios, onde facções criminosas, e não o Estado, é que mandam e desmandam.

Neste pronunciamento escrito, recapitulo muito brevemente os episódios que desnudaram a crise no sistema carcerário.

O sistema carcerário brasileiro, Sr. Presidente, está carcomido, apodrecido, corrompido, bem como a nossa segurança pública. Temos que fazer uma profunda reforma da segurança pública em nosso País, para que possamos ter de fato uma segurança de qualidade. Ter segurança é um direito humano, é um direito de todos.

Peço, Sr. Presidente, que os meios de comunicação da Casa deem a devida publicidade a este pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

O discurso de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nenhum ramo do Direito é mais simbólico do poder do Estado que o Direito Penal. Uma das funções estatais mais essenciais é a de promover a segurança pública, investigando crimes e processando e punindo os culpados. Na primeira semana deste ano, porém, ficou claro que, no Brasil, o Direito Penal virou ficção. Nossa Lei de Execução Penal é uma obra muito bonita, mas está distante da realidade dos presídios, onde facções criminosas, e não o Estado, é que mandam e desmandam.

Permitam-me recapitular muito brevemente os episódios que desnudaram a crise no sistema carcerário. Em vez de comemorar a Confraternização Universal, em 1º de janeiro, o Brasil testemunhou o maior massacre em prisões, desde o de Carandiru, em 1991. No Complexo Penitenciário Anísio Jobim, em Manaus, presos associados à Família do Norte — FDN, facção criminosa que domina o tráfico de drogas na Amazônia, assassinaram os companheiros de cárcere ligados a uma facção rival, o Primeiro Comando da Capital — PCC, fazendo 56 mortos. Logo no dia seguinte, também em Manaus, mais quatro presos foram mortos na Unidade Prisional do Puraquequara. Na sexta-feira, 6, houve novo choque de facções, mas não aconteceu em Manaus, e sim em Boa Vista, onde o PCC retaliou, matando 33 detentos. E logo mais adiante, no dia 14 de janeiro, o massacre ocorreu no Rio Grande do Norte, na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, em Nísia Floresta, na Região Metropolitana de Natal, onde também integrantes ligados ao PCC levaram à morte 26 detentos.

A fim de separar as facções, o Governo amazonense enviou 284 condenados a uma prisão sem condições de funcionar, a Cadeia Pública Desembargador



Raimundo Vidal Pessoa. O resultado? Nova rebelião e mais quatro mortos no domingo, 8.

A situação é tão absurda que mal dá para acreditar. Numa só semana, foram quase cem pessoas mortas, pessoas essas que estavam sob a responsabilidade do poder público, que deveria garantir a segurança dos presos. Mais de 1 centena de presos escaparam, ameaçando a segurança pública, o que é igualmente falha do Estado, pois a ele também compete proteger os cidadãos em geral.

O cidadão brasileiro que acompanhou o noticiário deve ter ficado atônito, chocado não só com a barbárie dos criminosos, que decapitaram e mutilaram, mas também com a falência escancarada das prisões brasileiras. Vídeos dos massacres foram gravados pelos celulares dos presos. Sim, pelos celulares dos presos, que têm acesso fácil não só à telefonia móvel, como também a armas de todos os tipos: brancas, de fogo e até de demolição, uma vez que os autores do massacre de Manaus usaram explosivos para derrubar um muro. Ficou escancarado também que grandes organizações criminosas já estendem sua área de influência por todo o País.

Para aumentar o desespero do cidadão comum diante dessas notícias, só mesmo a inépcia do Governo Federal. A Organização das Nações Unidas — ONU, a Anistia Internacional, a imprensa mundial e até o Papa já tinham se pronunciado sobre as mortes em Manaus, quando, enfim, alguém deve ter lembrado ao Presidente Temer Golpista e Usurpador que Manaus fica no Brasil. O que se seguiu, porém, não foi demonstração alguma de competência para enfrentar a crise, e sim uma sucessão de gafes. O Presidente Golpista e Usurpador chamou a tragédia de “acidente pavoroso”. O Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, alegou que o



Governo Federal não recebera pedidos de ajuda do Governo roraimense, e logo foi desmentido pela imprensa, que mostrou que os pedidos haviam sido feitos, mas não atendidos. O Secretário Nacional de Juventude, do PMDB, vale ressaltar, declarou a um jornal: *“Sou meio coxinha sobre isso. Tinha é que matar mais. Tinha que fazer uma chacina por semana”*.

A falta de vontade de melhorar o sistema penal brasileiro já vinha se manifestando. Em dezembro, o Presidente Golpista e Usurpador já havia assinado medida provisória retirando fontes de arrecadação do Fundo Penitenciário Nacional. No mesmo mês, em vez de apresentar uma política sobre drogas sensata e realista, o Ministro da Justiça expressou o desejo de erradicar a maconha do continente. Nada indica, portanto, que o Governo Temer Golpista e Usurpador esteja em busca do que é mais importante: o uso racional do poder de punir, enquanto incumbência do Estado.

O encarceramento em massa só serve aos que querem transformar a execução penal em negócio. Para eles, quanto mais presos, melhor. Em vez disso, o Brasil precisa é de muito mais moderação no uso da pena privativa de liberdade e das prisões cautelares e a aplicação das medidas alternativas.

A prisão é a resposta padrão do nosso sistema penal, mas deve ser usada apenas para indivíduos realmente perigosos e evitada para pequenos infratores não violentos ou usuários de drogas. Esses, uma vez colocados no cárcere, acabam cooptados por organizações criminosas, e saem piores do que eram quando entraram.



Por outro lado, a ideia de jogar adolescentes nas prisões brasileiras — onde, segundo o ex-Presidente da Juventude do PMDB, deveria haver uma chacina por semana — é de causar arrepios.

Os aliados do Palácio do Planalto são os mesmos que, em peso, se posicionam a favor da redução da maioria penal como solução. Enquanto isso, temos um Governo mais preocupado em se eximir de responsabilidades do que em tomar providências.

Há, portanto, pouca esperança de melhora.

Muito obrigado pela atenção.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estamos recebendo, de todo o Brasil, os Prefeitos que estão vindo à Capital Federal, porque, nesta semana, há a distribuição de emendas, e isso é muito válido.

Eu queria dar as boas-vindas a todos os Prefeitos do Maranhão, que vêm reivindicar melhorias na questão da saúde e estão aqui capitaneados pelo Presidente da FAMEM, Cleomar Tema, pelos Diretores da entidade e pelo Prefeito de Arari, Djalma de Melo Machado.

O gasto *per capita* com a saúde no Maranhão é um dos piores do Brasil. Para se ter ideia, há Município que recebe do SUS só 10 mil reais! Não se pode fazer a saúde pública em 1 ano recebendo 10 mil reais!

Então, eles estão aqui para ter uma conversa com a bancada, com o Ministério, para que possamos resolver esse problema da saúde pública do Maranhão. Realmente, falta recurso para 7 milhões de habitantes no Estado do Maranhão. Nós precisamos urgentemente resolver esse sério problema.

Sejam bem-vindos todos os Prefeitos.

Um abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Leo de Brito, do PT do Acre.

O SR. LEO DE BRITO (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço o registro no programa *A Voz do Brasil* e pelos órgãos de comunicação da Casa de dois pronunciamentos. Um é a respeito do descaso do Governo Federal com a questão ambiental, sobretudo na Amazônia, com a tentativa de redução de 35% das unidades de conservação, no momento em que o Brasil está se comprometendo com metas de emissão de carbono, e também com essa retirada da Serra do Divisor como patrimônio da humanidade.

O segundo pronunciamento é sobre a minha visita aos Municípios de Epitaciolândia e Brasília, no último final de semana, e a conversa que tivemos com educadores.

Quero dialogar com os Parlamentares do PSDB e do PMDB que me antecederam, que vieram falar sobre roubos e quadrilhas. Eles não têm moral para falar isso, inclusive por conta da lista da Odebrecht. O Governo Temer só tem compromisso com a destruição dos direitos dos trabalhadores, a entrega das riquezas nacionais e a proteção de corruptos. Eles têm que colocar a mão na consciência.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar minha indignação diante da falta de compromisso e responsabilidade com as quais o Governo Federal vem tratando a pauta ambiental no Brasil. Quero dar destaque aos absurdos como a flexibilização da lei de licenciamento ambiental, que o Governo de Temer quer



passar adiante, ignorando o risco que isso representa para o meio ambiente e, portanto, para sociedade.

Outro absurdo diz respeito a um projeto que tem o objetivo de diminuir em 35% as áreas de unidade de conservação na Amazônia, mais precisamente na região do Pará. Caso essa nefasta proposta seja aprovada, significará a redução de mais de 1 milhão de hectares de áreas preservadas no Brasil, e o que é pior: numa região do País onde a grilagem de terras e o desmatamento registram números altos.

Por último, esta semana o Governo Federal brincou com a população. Enviou à UNESCO uma proposta para que o Parque da Serra do Divisor, localizado no Acre, se tornasse Patrimônio da Humanidade. O Ministério do Meio Ambiente defendeu a proposta, mas o Conselho de Defesa Nacional retirou a candidatura do parque e justificou apenas que *“identificou uma possível ameaça à segurança nacional”*.

Quero ressaltar que reconhecemos o empenho do Ministério do Meio Ambiente em manter e fortalecer projetos que salvaguardem as populações tradicionais e preservem o meio ambiente. Inclusive, na última semana recebemos a visita do Ministro Sarney Filho, que na oportunidade reconheceu o pioneirismo do Acre em políticas públicas que aliam desenvolvimento econômico com sustentabilidade, vencendo ao longo dos anos o grande vilão da Amazônia: o desmatamento. Mas, ao que tudo indica, o Ministério do Meio Ambiente parece pregar no deserto, em um Governo que não tem nenhum compromisso com a pauta ambiental.



Um Governo que não está preocupado com as nossas florestas, que inclusive permitiu que o desmatamento na Amazônia aumentasse 51%, não tem credibilidade para desautorizar políticas ambientais sérias.

A Serra do Divisor, que já é uma unidade de conservação, abriga dez tipos de floresta, coleciona ecossistemas únicos na Amazônia brasileira, alto teor de endemismo e tem um dos mais altos níveis de biodiversidade registrado na Bacia Amazônica.

A aprovação junto à UNESCO traria uma série de benefícios tanto para o meio ambiente no Brasil quanto para o Estado do Acre. Tornar o Parque da Serra do Divisor patrimônio da humanidade fortaleceria a preservação e o potencial turístico, além da cooperação internacional.

O Presidente já mostrou que está disposto a atender a pressão dos ruralistas que querem apenas o desmonte das políticas públicas ambientais, culminando com um cenário de devastação. Temos no Acre uma parte importante da Amazônia. Esse bioma representa mais da metade das florestas tropicais remanescentes do planeta e compreende a maior biodiversidade em uma floresta tropical no mundo.

Estou cobrando explicações do Governo Federal por tal decisão, pois o que o País precisa no momento é de uma gestão que entenda a importância do momento em que vivemos, em relação às mudanças do clima, bem como sobre os desafios ambientais que devemos enfrentar.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias tenho fortalecido meu compromisso com a educação, um dos focos centrais do meu mandato, com



agendas específicas para o setor, na capital e também no interior do Acre. Iniciamos em Brasília, com diretores e coordenadores de escolas públicas do primário e ensino médio do Município, tanto da zona rural quanto urbana.

Ouvi atentamente as principais demandas dos gestores, para trazer melhorias às instituições de ensino público, como já temos feito. Agradeço a todos que contribuíram com suas falas, em nome da Coordenadora do Núcleo de Educação, Leda Santiago.

Também estivemos em Epitaciolândia, onde tive a oportunidade de ouvir os servidores da educação. Gostaria de agradecer a todos, em nome da Coordenadora Neide Lopes, uma grande parceira do mandato.

Também estive com a turma da educação do Bujari, discutindo os planos para 2017. Vamos fortalecer o trabalho que a SEE já está fazendo, mas vamos também unir esforços para viabilizar mais recursos e buscar soluções criativas para todas as demandas apresentadas.

Nesta segunda-feira, participei da entrega de equipamentos, pelo Governo do Acre, muito importantes para a melhoria das condições do ensino das escolas rurais de Porto Acre, Município com o qual já firmei um compromisso de apoio contínuo, inclusive com a destinação de emendas parlamentares. É sempre um aprendizado estar junto dessa turma que enfrenta desafios todos os dias para levar uma educação de qualidade a pessoas que moram em locais de difícil acesso.

Fechei essa série de agendas com o setor educacional no Acre, ouvindo atentamente a equipe de educação especial e do núcleo de tecnologia da Secretaria de Educação. Falamos um pouco das dificuldades e desafios da área,



especialmente o desafio da inclusão 100%. Como Parlamentar Federal, vamos tentar avançar em diversos pontos colocados.

Mandato é do povo, portanto, o povo que manda. É ouvindo cada uma das falas que podemos entender um pouco da realidade de cada escola, para assim poder contribuir da melhor forma.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Celso Maldaner, por 1 minuto.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, gostaria de encaminhar dois pronunciamentos como lidos.

O primeiro é sobre o Projeto de Lei nº 6.787, de 2016, a reforma trabalhista.

Nós somos membros titulares da Comissão Especial criada para tratar do assunto e já estamos trabalhando. Na próxima quinta-feira, teremos a primeira audiência pública.

A reforma prevê que prevalecerá o negociado sobre o legislado em relação a alguns pontos, como o parcelamento de férias, a participação nos lucros da empresa e o cumprimento da jornada, limitada a 220 horas. Não se trata de tirar direitos dos trabalhadores, mas simplesmente de criar um País mais competitivo, para gerar mais empregos.

O outro pronunciamento que quero dar como lido é sobre os 63 anos do Município de Itapiranga, em Santa Catarina. Estivemos lá para comemorar a data e entregar recursos ao Município.

Gostaria que esses dois pronunciamentos fossem divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que, durante a instalação da Comissão Especial que irá discutir a reforma trabalhista, da qual sou



membro titular, destaquei que o Brasil tem pressa. Precisamos criar um ambiente de negócios mais competitivo, desburocratizado, para podermos inclusive manter as garantias e os direitos de nossos trabalhadores e criar novas vagas de emprego em nosso País.

Eu estou muito otimista quanto a 2017. Acho que será o ano da retomada do pleno emprego, do crescimento e do desenvolvimento do Brasil — já são mais de 12 milhões de desempregados, problema que deve ser considerado prioritário e urgente ao buscarmos soluções e desburocratização.

Durante a reunião de instalação, o Deputado Daniel Vilela, do PMDB de Goiás, foi eleito Presidente, e o Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, confirmado na relatoria da Comissão.

A Comissão inicia os trabalhos nesta terça-feira, dia 14, quando será proposto cronograma para ouvir centrais sindicais, associações e trabalhadores, entre outros.

A reforma encaminhada pelo Governo (PL 6.787/16) prevê a validade do negociado sobre o legislado em relação a alguns pontos, como o parcelamento de férias, a participação nos lucros da empresa e o cumprimento da jornada, limitada a 220 horas.

A expectativa é a de que o relatório seja votado na Comissão até julho. De acordo com o Regimento Interno da Câmara, o Relator tem o prazo de 10 sessões para apresentar seu parecer. A decisão do colegiado sobre a matéria é conclusiva, exceto se houver recurso para apreciação em Plenário.

Muito obrigado.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de destacar que realizei na noite desta terça-feira, dia 14, a entrega oficial para o Corpo de Bombeiros de Itapiranga de uma ambulância novinha, adquirida com recursos de emenda parlamentar de minha autoria, via Ministério da Saúde, no valor de R\$ 200 mil. Sei da importância para a população de receber um atendimento de socorro célere e eficiente, que, sem dúvida, pode — e vai — salvar muitas vidas.

Itapiranga é um Município pelo qual eu tenho o maior carinho, respeito e comprometimento. Por isso, nesta terça-feira, dia 14 de fevereiro, data que marcou o aniversário do Município, entreguei oficialmente ao Prefeito Jorge Welter emendas no valor total de R\$ 540 mil, sendo R\$ 140 mil para a aquisição de um ônibus adaptado para a APAE do Município e outros R\$ 400 mil para investimentos em infraestrutura urbana. Os recursos são provenientes dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Agrário e das Cidades, respectivamente.

Além de entregar as emendas ao Prefeito, também fiz questão de entrega-las em mãos ao Sr. Afonso, que é o atual Presidente da Câmara de Vereadores e representou os Vereadores do PMDB.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Lobbe Neto, por 1 minuto.

O SR. LOBBE NETO (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero agradecer a visita de alguns Prefeitos e Vereadores que estão esta semana conosco aqui em Brasília, tratando de assuntos municipais, de demandas dos seus Municípios.

Saúdo a Prefeita Patricia, de Santa Cruz da Conceição, e o Presidente da Câmara Municipal.

Quero saudar igualmente o Prefeito Boiani, de Jacanga, que esteve presente aqui também, e Vereadores que estão em Brasília nesta semana para solicitar apoio a suas demandas.

Um abraço aos Srs. Prefeitos, aos Srs. Vereadores e às suas comunidades!

Vamos continuar trabalhando e exigindo que o Governo possa repassar recursos aos Municípios necessitados.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha, do PMDB, por 1 minuto.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, quero registrar na tarde de hoje a presença nesta Casa de diversos Prefeitos do Maranhão, entre eles o Prefeito da cidade de Carolina, Erivelton, recém-eleito, recém-empossado, mas que já está fazendo um grande trabalho na cidade. Ele veio acompanhado de vários Prefeitos, como o Prefeito de Estreito, Cicin; o Prefeito de São José de Ribamar, Luis Fernando; o Prefeito de Campestre do Maranhão; e a Prefeita de Sucupira do Norte.

Vários Prefeitos aqui estão, juntamente com a Federação dos Municípios do Estado do Maranhão — FAMEM, em busca de elevar o percentual *per capita* da saúde no Estado. Atualmente o Maranhão tem um dos menores percentuais *per capita* da saúde de nosso País.

Hoje vamos nos reunir com o Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia, e amanhã com o Ministro da Saúde, Ricardo Barros, a fim de sensibilizá-los no sentido de aumentar o percentual *per capita* da saúde no Maranhão.

Nós também vamos trabalhar, internamente, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, por 1 minuto.

O SR. MARCUS PESTANA (PSDB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma questão eclodiu nas ruas e preocupa a população nesses primeiros dias de 2017: a crise da segurança, a violência e a crise do sistema penitenciário.

Um conjunto de fatores leva a esse estrangulamento profundo em uma questão vital: segurança é direito do cidadão e dever do Estado.

Nós temos 320 mil vagas para 670 apenados — essa é uma desproporção incrível. E a crise das polícias militares que explodiu no Espírito Santo, que é a ponta do *iceberg*, merece a atenção das instituições e dos governos.

Nós aqui temos de fazer o nosso papel. Mais do mesmo não vai produzir soluções à altura do tamanho dessa crise.

Deixo aqui registrada esta preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Marcus Pestana. O discurso de V.Exa. será divulgado pelo programa *A voz do Brasil*.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Uma das faces dramáticas da crise brasileira é a que veio à tona nas semanas iniciais de 2017, envolvendo a segurança pública e o sistema prisional.

De um lado, um verdadeiro filme de terror assistido por toda a população pela TV, onde facções criminosas organizadas nacionalmente demonstraram um nível surpreendente de atuação e apresentaram ao país um mundo paralelo, regido por regras próprias à margem da ordem constitucional e das instituições republicanas.

O caldo de cultura que propiciou esta verdadeira tragédia foi alimentado por nossa obsoleta ordem penal, em que contraventores de baixa periculosidade se misturam com assassinos e grandes traficantes, criando uma verdadeira



“universidade do crime”. Também os baixos níveis de investimento no sistema prisional levaram a uma situação insustentável. A população carcerária é hoje no Brasil de 622.202 detentos. Mas as vagas disponíveis são apenas 371.884. Resultado: a superpopulação carcerária transforma os presídios em verdadeiros paióis de pólvora, nas mãos das facções criminosas.

De outro lado, a crise da segurança pública no Espírito Santo revela a importância de discutirmos as políticas públicas setoriais e os direitos e deveres envolvidos na relação sociedade, Estado e corporações policiais. Não haverá vencedores no confronto entre governantes e servidores policiais militares e civis. Segurança é um direito universal, difuso e abstrato que a sociedade tem de se sentir protegida, garantido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 e definido no artigo 144 como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública, com proteção às pessoas e ao patrimônio privado ou público.

Não me parece nada razoável que os policiais capixabas sequestrem esse direito da sociedade em busca de melhores salários. Serviços essenciais não devem ter direito à greve, porque na sua ausência impera o caos, refletido nas imagens terríveis que assistimos no Espírito Santo. Mas também não é nada razoável que morra um policial a cada dois dias no Rio de Janeiro, como se estivéssemos numa verdadeira guerra civil. O diálogo e o respeito mútuo têm que ser a premissa. Não é papel das Forças Armadas, como regra, suprir essas lacunas.

As raízes da crise são muitas. O estrangulamento orçamentário que limita os investimentos, a falência do modelo previdenciário com aposentadorias precoces e dificuldade de reposição dos efetivos, dado o sistema de repartição simples. As falhas na política de combate às drogas e ao crime organizado. A peneira em que se transformaram nossas fronteiras. O fracasso na prevenção que deveria vir do sistema educacional e das políticas voltadas para crianças e jovens em situação de risco social.

Mais do mesmo não nos levará ao sucesso. Só uma abordagem ousada, corajosa, integrada, criativa e eficaz pode jogar na “lata de lixo da história” as cenas lamentáveis a que assistimos neste início de ano.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Capitão Augusto, do PR de São Paulo, por 1 minuto.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa. por ter apresentado o projeto que anistia os policiais militares do Estado do Espírito Santo. O Deputado Alberto Fraga e eu também apresentamos esse projeto. Trata-se de uma injustiça muito grande.

O grande culpado de toda essa situação é o Governador Paulo Hartung, uma pessoa com quem não se tem diálogo. Ele levou a segurança pública ao caos, acabou com as famílias dos policiais militares e, inclusive, teve a pachorra de colocar os policiais militares numa previdência privada. Isso contraria a Constituição Federal, porque nós temos uma previdência própria.

No caso da previdência, ele quer tratar os policiais como se fossem celetistas, mas não lhes quer dar os mesmos direitos celetistas, como o direito de fazer greve, o direito de se associar a sindicato, os direitos políticos. Isso não tem cabimento.

Eu parabenizo V.Exa. pela apresentação do projeto. Nós temos que anistiar os policiais, não podemos puni-los a toque de caixa, como estão fazendo agora. É inconcebível a atual situação do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado Capitão Augusto.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Silvio Torres, que dispõe de 1 minuto.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas registrar com muito pesar o falecimento súbito do empresário Edson Bueno. Ele era sócio proprietário da Amil, que é sem dúvida nenhuma a maior empresa de seguro saúde do Brasil.

Ele havia vendido a sua empresa há pouco tempo, pouco mais de 2 anos, e estava envolvido com outras atividades, quando foi surpreendido por um infarto fulminante ontem pela manhã.

Edson Bueno foi um homem que nasceu pobre, conseguiu se formar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apostou em uma atividade nova de plano de saúde e construiu uma das maiores fortunas, sem dúvida. Enfim, teve uma trajetória de um homem lutador, humilde e que merece a nossa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Martins, por 1 minuto.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, trago aqui um tema polêmico para a cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Recentemente, Teresina estava ficando inteiramente suja devido a pichações por parte de uma única pessoa. Eu não estou aqui defendendo nenhum transgressor ou criminoso, mas foi feita uma verdadeira pirotecnia durante a prisão desse elemento, que depois foi apresentado à sociedade.

Nós esperávamos que esta mesma pirotecnia fosse dada em resposta à sociedade pela criminalização que lá se está vivendo, principalmente com o número de assaltos a bancos e feminicídios que têm acontecido ultimamente.

Aqui eu deixo a nossa crítica ao que lá ocorreu. Este é um tema polêmico que recentemente foi abordado em São Paulo. Fica aqui o registro, para que a segurança pública possa dar maior atenção à população e uma resposta de fato aos crimes existentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Angelim, do PT do Acre, por 1 minuto.

O SR. ANGELIM (PT-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o País convive hoje com um apagão social, político e institucional, haja vista a reforma previdenciária que o Governo mandou para esta Casa. É uma verdadeira afronta à Constituição Federal.

Os Constituintes determinaram que haveria um sistema de seguridade social composto pela saúde, pela previdência e pela assistência social. E ele é superavitário. Não dá para o Governo dizer que a Previdência, hoje, seja deficitária. Se ela é deficitária, é porque o Governo não repassa a sua contribuição para compor essa receita. Só o empregador e o empregado contribuem.

E digo mais ainda: o Governo Federal quer fazer com que os Estados façam ajuste fiscal, aumentando a alíquota da previdência, quando ele próprio não dá o exemplo de pagar a sua contribuição, além de fazer outros desmandos e afrontas ao texto constitucional.

Eu acredito, Sr. Presidente, que esta reforma não deva passar nesta Câmara, a não ser que sofra profundas modificações no sentido de não apenar tanto o trabalhador brasileiro.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu pronunciamento seja considerado como lido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Nós vamos divulgá-lo no programa *A Voz do Brasil*.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sras. e Srs. Parlamentares, cidadãos e cidadãos brasileiros que nos acompanham neste momento pelos canais de comunicação da Câmara dos Deputados.

Subo mais uma vez a esta tribuna para somar minha voz à voz de milhões de brasileiros que não aceitam a tentativa espúria, de um Governo ilegítimo e impopular, de alterar as regras da aposentadoria do nosso povo trabalhador, tentando impor aos cidadãos brasileiros um regime de trabalho que lembra os tempos da escravidão.

Ao propor a idade mínima de 65 anos para que qualquer brasileiro possa se aposentar, seja homem ou mulher, viva no campo ou na cidade, como se não houvessem diferenças abissais entre nossas regiões, o Governo afronta qualquer princípio de razoabilidade e rasga a própria Constituição do País.

É evidente que, se essa medida provisória insana for aprovada, a maior parte dos trabalhadores brasileiros irá contribuir compulsoriamente para uma previdência da qual nunca vai usufruir. Os dados mostram que os jovens brasileiros oriundos de famílias de baixa renda começam a trabalhar aos 16 anos de idade, geralmente em condições adversas de habitação e alimentação.

Ou seja, vamos fingir que o operário ou o trabalhador rural tem um direito chamado aposentadoria, assim como a Lei dos Sexagenários, no século XIX, fingia que um escravo brasileiro seria livre aos 60 anos de idade, numa expectativa de vida irreal para eles. Temer e seu Governo querem, com toda a sua base de apoio aqui na Câmara, nos levar de volta aos tempos da escravidão!



Não permitiremos isso, escutem bem, Srs. Deputados que colaboraram com o golpe parlamentar que nos levou a um dos governos mais impopulares da nossa história. Vocês que deram o golpe em Dilma agora querem dar o golpe nos direitos do povo brasileiro, rasgando a Constituição, extinguindo direitos duramente conquistados em mais de um século de lutas dos trabalhadores, direitos estes que são pilares do humanismo, do nosso processo civilizatório.

Outro absurdo proposto nessa chamada reforma da Previdência é a tentativa de igualar o tempo de contribuição de homens e mulheres, esquecendo-se da responsabilidade social das mulheres pela geração e pelos cuidados de nossas crianças e afazeres domésticos, que implicam em dupla jornada de trabalho.

No mesmo diapasão, a reforma proposta por Temer desconsidera as diferentes categorias do serviço público e propõe um tratamento não isonômico aos servidores que, caso aprovado, colocará em risco a já combalida eficiência e eficácia do serviço público brasileiro.

Qualquer leitura que se faça das várias versões da proposta apresentada pelo Governo mostrará um texto contraditório, que não resiste a uma análise técnica, feito de forma açodada e sem qualquer debate.

É um texto eivado de inconstitucionalidades, que, além de alterar a idade mínima para aposentadoria, aumenta o tempo mínimo de contribuição, veda o recebimento cumulativo de benefícios, reduz a pensão por morte, altera as aposentadorias especiais e por invalidez, eleva a idade do benefício assistencial para 70 anos e extingue a garantia do valor mínimo deste benefício.

Como bem disse o Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado — FONACATE, “*antes de apresentar medidas somente restritivas*



e redutoras de benefícios, o Governo tem também que formular propostas de aperfeiçoamento no lado das receitas, recuperando a dívida ativa, combatendo a sonegação das contribuições, revisando os programas de incentivo que retiram recursos destinados às aposentadorias e deixando de se apropriar de 30% das contribuições sociais para gerar superávits destinados ao serviço e amortização da dívida pública”.

Aliás, é sempre bom lembrar aos membros de algumas dessas carreiras que contribuíram para o golpe contra a Presidenta da República, legitimamente eleita, Dilma Rousseff, que foi ela quem instituiu, pelo Decreto nº 8.443, de 30 de abril de 2015, o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, com a *“finalidade de promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do Poder Executivo federal com vistas ao aperfeiçoamento e à sustentabilidade das políticas de emprego, trabalho e renda e de previdência social e a subsidiar a elaboração de proposições pertinentes”.*

Nós temos na Liderança do PT uma equipe técnica muito qualificada e experiente, que há muito tempo está debruçada sobre esse problema. Essa equipe nos lembra que o Fórum reuniu-se especialmente com representantes de todas as centrais sindicais e estabeleceu um cronograma de trabalho na perspectiva de oferecer ao Congresso Nacional o fruto de uma concertação institucional e social, almejando os ajustes necessários de segurança e proteção aos diversos segurados da Previdência e, ao mesmo tempo, de responsabilidade com o enfrentamento das causas de problemas referentes à sustentabilidade dos regimes, sem riscos às



gerações futuras. Tudo isso foi desfeito com o envio açodado e o texto perverso da proposta aqui analisada.

Na visão do nosso partido, o discurso do déficit da Previdência precisa ser melhor contextualizado em todos os casos e momentos — inclusive separando a inserção das despesas assistenciais ao se falar de previdência, o que é um erro primário e de má-fé —, além de ser importante sempre fazer a separação dos regimes, inclusive considerando o passivo em relação aos militares e às peculiaridades do Regime Próprio de Previdência Social do serviço público. Não é correta a adoção genérica de soluções idênticas para circunstâncias e pessoas diferenciadas.

O congelamento do teto das despesas promovido pelo Governo, através da Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, que no Senado virou Proposta de Emenda à Constituição nº 55 e foi promulgada como Emenda Constitucional nº 95, em 2016, agora é usado para justificar uma reforma previdenciária que joga sobre a classe trabalhadora a culpa pelo déficit. Impõe-se aos segurados o ônus da restrição de acesso a direitos, extinguindo benefícios com rigorosas mudanças nas regras e o estabelecimento do retrocesso social em proporções gigantescas vivenciado pelo País.

A nossa proposta é de que se discuta a revisão de renúncias e isenções, haja a substituição contributiva patronal, se promovam medidas de combate a fraudes e sonegações, se diagnostiquem os impactos de mudanças feitas recentemente na legislação previdenciária, para verificação das estimativas dos gastos reais antes de “justificar” tal intervenção de direitos, como faz a Proposta de Emenda à Constituição nº 287, de 2016.



Antes de meter a mão no bolso dos trabalhadores e jogar sobre os ombros deles todo o ônus da reforma previdenciária, o Governo e a sociedade brasileira precisam enfrentar os reais problemas que impactam nas contas da Previdência.

Por exemplo, é preciso criar uma contribuição sobre a comercialização dos produtos do agronegócio; é preciso combater a sonegação e a fraude, que impactam na composição financeira do sistema; e é preciso rever a CPRB — Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, tributo criado para substituir a contribuição patronal à Previdência e que representou, no ano de 2015, o maior percentual das renúncias de contribuição previdenciária de mais de 25 bilhões de reais.

Aliás, é preciso aprofundar o debate com a sociedade sobre o tema das renúncias, como a do SIMPLES, que possui contribuição previdenciária reduzida e representou renúncia de 22 bilhões de reais, assim como a concedida para as entidades filantrópicas, que representou outros 10 bilhões de reais em 2015.

Um sistema que renuncia a uma receita de cerca de 57 bilhões de reais de arrecadação do setor empresarial em 1 ano não pode jogar a conta sobre os ombros dos trabalhadores, que continuaram contribuindo com sua parcela de forma compulsória, sem nenhum tipo de “renúncia”.

O sistema previdenciário brasileiro precisa, sim, de ajustes. Vamos, sim, continuar construindo, juntos com a sociedade, um diagnóstico responsável dos problemas que atingem a Previdência Social brasileira, inclusive separando as contas da Previdência e da Assistência Social.

Vamos discutir seriamente a revisão das renúncias, das isenções, da substituição contributiva patronal; vamos estudar de maneira profunda os impactos



das mudanças feitas recentemente na legislação previdenciária, para verificarmos as estimativas dos gastos reais antes de aprovarmos essa PEC feita de forma açodada.

Acima de tudo, vamos promover uma verdadeira guerra cívica de combate a fraudes e sonegações. Quem sabe não aparece por aí um juiz de primeira instância, cercado de promotores e delegados da Polícia Federal, assessorado por auditores da Receita Federal, dispostos a acabar com a corrupção da sonegação fiscal promovida por empresas nacionais e estrangeiras?

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga, do Democratas do Distrito Federal, por 1 minuto.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a crise das Polícias Militares é provocada pela incompetência e pela intolerância dos Governadores, que usam a Constituição e se prevalecem do fato de os policiais militares não poderem fazer greve, e eles abusam. O Governador do Espírito Santo fez isso. Durante 4 anos negou todas as negociações.

Eu entrei, sim, com um projeto para anistiar policiais militares, assim como V.Exa. o fez.

E quero dizer ao jornalista Ricardo Boechat, esse fanfarrão, que na minha família não há bandidos. A grande maioria dos 144 que morreram no Espírito Santo é de bandidos. Poucos pais de família foram assassinados.

Então, o que os Governadores têm que fazer é respeitar a Polícia Militar, respeitar o Corpo de Bombeiros. Não é porque não podem fazer greve e porque a sociedade também não apoia o movimento que eles vão ser tratados como marginais.

O Governador tem que respeitar a Polícia Militar do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Parabéns!



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Danilo Cabral por 1 minuto.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, quero manifestar a nossa preocupação com o debate da reforma da previdência.

Nós tomamos conhecimento hoje, em uma reunião da nossa bancada, do Partido Socialista Brasileiro, do plano de trabalho que foi apresentado na Comissão Especial da Reforma da Previdência, onde se aponta o próximo dia 16 de março como o prazo máximo para apresentação do relatório final da Comissão.

Nós já havíamos alertado para o fato de que esse tema precisa de um debate mais aprofundado. Falamos a respeito disso com o Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que se comprometeu o PSB. Nós estamos tratando de uma proposta que vai mexer com a vida de todos os brasileiros. É importante abriremos um amplo diálogo com a sociedade. Esta Casa não pode mais uma vez impedir que a sociedade discuta temas que ela tem o direito de discutir.

Por isso, nós queremos a atenção do Presidente Rodrigo Maia, para que seja aberto um amplo diálogo com a sociedade.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Edinho Bez, por 1 minuto.

O SR. EDINHO BEZ (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, todos nós Deputados e Senadores — e também o Governo Federal — estamos recebendo centenas de Prefeitos, que fazem fila na porta dos nossos gabinetes, cada um trazendo o seu lamento.

Atendi a mais ou menos 30 Prefeitos ontem e hoje e vou atender a outros mais. Isso significa o quê? Que a situação realmente está difícil. Não é possível que não haja um Prefeito que diga que a situação esteja equilibrada — não precisaria nem dizer que está boa.

Essa é mais uma razão para fazermos as reformas de que o Brasil necessita. Precisamos buscar o equilíbrio das contas públicas. Temos que ter coragem para fazer as reformas.

Meu caro Presidente, gostaria que fosse dada ampla divulgação a este meu discurso pelos meios de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass, por 1 minuto.

O SR. BOHN GASS (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço que o meu discurso seja dado como lido.

Mais uma vez, quero insistir em dizer que está cada vez mais claro que o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff foi coisa de uma organização criminosa. Quem está dizendo isso é Rodrigo Janot, Procurador-Geral da República, que inclusive acusa a quadrilha do PMDB de ter articulado isso.

Houve uma denúncia, e o Supremo Tribunal Federal está fazendo a investigação. E nestes poucos segundos eu quero repetir uma frase do Senador Romero Jucá. *“Eu só acho o seguinte: com a Dilma não dá. Tem que haver impeachment. Tem que mudar o Governo, para poder estancar essa sangria”*. O que era estancar a sangria? Era não haver mais investigação da corrupção, era acabar com a Lava-Jato.

Essa organização criminosa que se montou não é composta apenas pelo PMDB. Nós temos que pegar todos os que votaram a favor disso, porque estancar a sangria era não respeitar o povo e a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na conversa gravada por Sérgio Machado — lembrem, Srs. Deputados? — o Senador Romero Jucá confessou o golpe quando disse: *“Eu só acho o seguinte: com a Dilma não dá. Tem que ter impeachment. Tem que mudar o Governo para poder estancar esta sangria”*.



A sangria, já não há dúvida, era a Lava-Jato. Quando se soube da conversa, Dilma já tinha sido substituída por Temer, que já nomeara Jucá seu Ministro. Aliás, foi por causa dessa conversa que Jucá deixou o Ministério.

Pois bem, Machado foi preso e deu detalhes da trama do PMDB para barrar a Lava-Jato. O Ministério Público acusou a cúpula do PMDB de ter formado uma quadrilha. O Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia e autorizou que se investigasse a quadrilha.

Vemos isso e pensamos: *“Puxa, as instituições estão funcionando”*. Mas uma pergunta não sai da minha cabeça: se o plano da quadrilha do PMDB começava pela retirada de Dilma, onde estão os outros que ajudaram a quadrilha do PMDB?

Sim, eu saúdo a ação do Dr. Janot e a decisão do Supremo. Mas espero, sinceramente, que a investigação, agora autorizada, sobre Jucá, sobre Sarney e sobre Renan alcance todos os que fizeram parte dessa organização criminosa. Alcance, por exemplo, os tucanos, que desde o primeiro momento se alinharam com os quadrilheiros do PMDB e foram cúmplices do golpe.

A Lava-Jato, o Dr. Janot e o Supremo não podem fingir que o PMDB agiu sozinho. Eles sabem que não. Sabem que o *impeachment* de Dilma foi, sim, coisa de uma organização criminosa e que dela fazem parte não só o PMDB, mas todos os que ajudaram no crime.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra a Deputada Jô Moraes, por 1 minuto.

A SRA. JÔ MORAES (PCdoB-MG. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje ocorreu a reunião da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres, que tomou como decisão a concentração de uma jornada nacional contra a retirada de direitos das mulheres na reforma da previdência.

É um absurdo essa tentativa de negar que as mulheres têm dupla jornada; que as trabalhadoras rurais se colocam de sol a sol e que jamais vão ter carteira assinada com 49 anos de contribuição.

Por isso, esta Casa tem que ter a compreensão de que não pode haver pressa nem tratamento no projeto de reforma da previdência. Nós precisamos discutir e não aceitaremos que haja a retirada de 10 anos de direitos das trabalhadoras, que passariam a se aposentar aos 65 anos e não mais aos 55 anos.

Quero registrar o nosso protesto.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada. O discurso de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Cabuçu Borges, por 1 minuto.

O SR. CABUÇU BORGES (PMDB-AP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar a equipe do Ministério do Planejamento, particularmente os técnicos do DEPEX — Departamento de Órgãos Extintos, que estão trabalhando com afinco para concluir a transposição de servidores do Amapá para o quadro da União.

Nós temos muito que agradecer ao Sr. Erasmo e a todo aquele corpo técnico que está trabalhando diuturnamente para, num breve intervalo de tempo, garantir aos servidores do ex-Território que tenham sua transposição concluída.

Aproveito para pedir que aumentem, cada vez mais, a equipe de técnicos que estão fazendo essa análise, para tornar mais breve o resultado desse trabalho, que é tão importante para os servidores dos Estados do Amapá, Roraima e Rondônia.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Paulão, por 1 minuto.

O SR. PAULÃO (PT-AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um registro de pesar pela morte de um amigo que vinha convalescendo na cidade de Fortaleza, embora residisse em Maceió. Estou falando de Marco Antônio Alves dos Santos, o companheiro Marcão, de 53 anos de idade, militante histórico do PT na cidade de Maceió.

O que ocorreu com ele foi uma fatalidade, é claro, mas aproveito para falar sobre os planos de saúde.

Marcão estava sendo assistido pelo plano de saúde Hapvida, o mais conhecido no Nordeste, cuja matriz fica na cidade de Fortaleza. Devido a uma complicação cardiológica, ele teria que passar por uma intervenção cirúrgica, mas não havia estrutura médico-hospitalar para fazer a cirurgia em Maceió. Por isso, ele foi transportado para Fortaleza.

Com a assistência limitada que recebeu, a situação de saúde dele se agravou, e ele faleceu.

Eu queria fazer esse registro devido a sua caminhada, a sua militância, desde a igreja católica, no movimento sindical.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Enquanto o próximo orador inscrito, o Deputado Chico d'Angelo, do PT do Rio de Janeiro, sobe à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Vaidon Oliveira, por 1 minuto.

O SR. VAIDON OLIVEIRA (DEM-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que seja dado como lido pronunciamento que faço agradecendo ao povo do meu Estado por ter me conduzido a esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Parabéns, Deputado. V.Exa. merece. Muito honrará o Estado e o Brasil.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a essa tribuna agradecer ao povo do meu Estado do Ceará, especialmente ao povo de Fortaleza, por ter me conduzido a esta Casa.

É com muita responsabilidade que assumo o mandato Deputado Federal, no lugar de Moroni Torgan, que renunciou para assumir o cargo de Vice-Prefeito de Fortaleza. Com sua experiência na área de segurança pública, ele vai contribuir muito para a diminuição da violência em nossa Capital e no Estado.

Sinto-me horado em fazer parte da nova “política” que se inicia no nosso País, quando nós políticos temos que priorizar o interesse público, com o pensamento de que quero fazer política porque acredito que a política é um dos meios que temos para transformar a vida das pessoas.

Cumpri um mandato de Vereador em minha Capital e conheço de perto a realidade das pessoas que mais precisam ser beneficiadas pela política e que na



maioria das vezes são deixadas de lado por conta dos grandes interesses de uma classe da nossa sociedade, que quanto mais tem mais quer ter, esmagando a classe mais humilde com os seus interesses e usando a política para isso.

Temos que mudar essa realidade, pois representamos uma sociedade como um todo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Chico d'Angelo.

V.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, recentemente, o Ministro Eliseu Padilha fez um relato detalhado, em um evento na Caixa Econômica Federal, sobre como foi feita a escolha do Ministro da Saúde Ricardo Barros.

Disse ele que o Governo queria escolher alguém de notório saber, com quadro qualificado na área da saúde e que essa era a visão do Governo em relação à saúde.

Pensou-se, a princípio, em um grande médico paulista, que não sabemos quem era. Daí o Ministro foi conversar com a bancada do Partido Popular, segundo gravação viralizada nas redes sociais do País.

Essa conversa se deu da seguinte forma. Disse o Ministro: *“Aí, nós ensaiamos uma conversa de convidar um médico famoso em São Paulo para o Ministério da Saúde. Fomos conversar com o Partido Popular”. “O Ministério da Saúde é de vocês, mas gostaríamos de ter um Ministro de Saúde com reconhecimento na área, um notável.”*

Resposta do Partido Popular: *“Diz para o Temer que o nosso notável é o Deputado Ricardo Barros.”*

Isso é um verdadeiro escárnio, um deboche com a saúde da população brasileira!

O Ministério da Saúde foi criado em 1953 por Getúlio Vargas e já teve figuras de projeção, como Miguel Couto Filho, Ministro de Getúlio, Mário Pinotti, Ministro de



Juscelino Kubitschek, Wilson Fadul, o grande Wilson Fadul, no Governo de João Goulart, Adib Jatene, Ministro de Fernando Henrique Cardoso, e José Gomes Temporão, Ministro do Presidente Lula.

Neste ano, em que se comemora o centenário de morte de Oswaldo Cruz, o grande sanitarista, exemplo de dedicação ao seu país e à nossa gente, o Brasil volta a enfrentar o problema da febre amarela e tem como Ministro da Saúde o “notável” — entre aspas — engenheiro Ricardo Barros.

Parte da população brasileira ainda está anestesiada com as barbaridades cometidas por este Governo, mas já começa a ter um novo cenário brasileiro.

A população começa a acordar e a abrir os olhos dessa anestesia, porque as vitórias da Constituição de 1988 estão sendo atacadas por esse Governo ilegítimo. Aliás, o Governo Temer é disparado o Governo mais corrupto e mais incompetente de toda a história da República. Esse áudio que viralizou pelo Brasil, das afirmações do Ministro, é a confirmação da incompetência da escolha de um Ministro da Saúde.

Este Governo, apesar de ter grande apoio aqui no Congresso Nacional, não tem apoio popular, e conta com uma desaprovação explosiva de 62,4%, segundo pesquisa do CNT divulgada hoje. É um Governo para o qual cresce progressivamente a rejeição popular, apesar do apoio aqui na Câmara e no Senado. Por isso, nomeou um Ministro, o Eliseu Padilha, que disse que precisa ter no Congresso brasileiro um apoio de 88%. Mas a população está acordando, e a reprovação a este Governo incompetente e corrupto cresce dia a dia.

Muito obrigado.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro Padilha, Chefe da Casa Civil, afirmou que o Governo indicou Ricardo Barros para Ministro da Saúde em troca de apoio do PP no Congresso.

Detalhou em um evento na Caixa Econômica Federal como foi feita a negociação da escolha do Ministro da Saúde.

Disse que inicialmente o Governo queria indicar apenas pessoas com reconhecimento na área de seu Ministério, reconhecidos na sua profissão em todo o Brasil, os chamados notáveis.

“Aí nós ensaiamos uma conversa de convidar um médico famoso em São Paulo para o MS. Fomos conversar com o PP. O Ministério da Saúde é de vocês, mas gostaríamos de ter um Ministro da Saúde com reconhecimento na área, um notável”.

Resposta do PP: *“Diz para o Temer que o nosso notável é o Deputado Ricardo Barros”.*

Um escárnio, um deboche com a saúde da população. O Ministério da Saúde foi criado em 1953 no Governo Vargas e já teve Ministros da projeção de Miguel Couto Filho, Ministro de Getúlio, Mário Pinotti, Ministro de Juscelino Kubitschek, Wilson Fadul, no Governo de João Goulart, Adib Jatene, Ministro de Fernando Henrique Cardoso, e José Gomes Temporão, Ministro do Presidente Lula.

No ano do centenário da morte de Oswaldo Cruz, grande sanitarista exemplo de dedicação ao seu país e à sua gente, o Brasil volta a enfrentar a febre amarela, tendo como Ministro da Saúde o “notável” engenheiro Ricardo Barros.



Parte da população ainda está anestesiada com todas as barbaridades cometidas por este Governo ilegítimo.

Mas essa anestesia vai passar e a população abrirá os olhos porque os avanços sociais da Constituição de 1988 estão sob ataque com perdas de direitos.

Esse Governo Temer é o mais corrupto e incompetente de toda a história da República.

Esse áudio que viralizou no País com as afirmações do Ministro Padilha sobre a nomeação do Ministro da Saúde é a confirmação disso.

Este Governo, apesar de ter grande apoio no Congresso Nacional, não tem apoio popular, e conta com uma desaprovação explosiva de 62,4%, segundo pesquisa CNT divulgada hoje.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

V.Exa. tem 5 minutos na tribuna.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna manifestar a minha preocupação com a queda acentuada da arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS, proveniente do gás natural importado da Bolívia para o Estado de Mato Grosso do Sul.

A título de exemplo, em janeiro deste ano, o Governo do Estado arrecadou somente R\$ 38,6 milhões, enquanto, no mesmo período do ano passado, a receita foi de R\$ 104,3 milhões, o que representa uma queda de 62,9%. Na mesma comparação, a PETROBRAS, responsável pelo gasoduto que corta o Estado de Mato Grosso do Sul, em janeiro de 2017, captou o volume de apenas 453,4 metros cúbicos de gás, enquanto, em janeiro de 2016, o volume importado foi de 948,2 metros cúbicos.

Principal fonte de receita tributária do Estado, desde 2014, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS do gás natural apresenta um quadro de queda abrupta nas receitas. Naquele ano, a média mensal de arrecadação foi de R\$ 114,7 milhões; em 2015, esse valor registrou queda, ficando em R\$ 107,3 milhões e, no ano passado, despencou, tendo o Estado arrecadado somente R\$ 79,3 milhões por mês, em média.

Sr. Presidente, o gás natural oriundo da Bolívia é distribuído por todo o Mato Grosso do Sul, além de abastecer os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde vai até a cidade de Canoas. São atendidos 137



Municípios e 4.974 propriedades pelo Gasoduto Brasil-Bolívia, popularmente conhecido como GASBOL.

Ao todo, são 3.150 quilômetros de duto de gás, sendo que 2.593 quilômetros em território brasileiro.

Esse gasoduto é de extrema importância para o setor energético do Brasil, sobretudo no fornecimento de gás para o funcionamento das nossas usinas termoeletricas. A PETROBRAS é responsável pela importação de 50% de toda a capacidade de produção da Bolívia.

Segundo a Secretaria de Fazenda do Governo do Mato Grosso do Sul, a PETROBRAS firmou um contrato em que o Brasil pode importar até 30 milhões de metros cúbicos por dia. No entanto, o fluxo de gás captado em janeiro deste ano foi pouco mais de 15 milhões de metros cúbicos por dia.

A queda na arrecadação acendeu alerta vermelho nas contas do Governo do Estado. Se antes o ICMS proveniente do gás natural representava, em média, 18% do total do imposto arrecadado, este ano o tributo não ultrapassou a faixa dos 6%. Em 2016, o Estado deixou de arrecadar 700 milhões de ICMS do gás, representando uma perda de quase 60% do montante previsto.

A queda da compra de gás natural pela PETROBRAS coloca em risco as finanças do meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Embora o Brasil atravessasse a maior crise econômica da sua história, o Mato Grosso do Sul tem honrado todos os seus compromissos em dia, sobretudo na sua capacidade de pagar a folha salarial dos servidores e manter investimentos estratégicos para o desenvolvimento do Estado. No entanto, com a queda da arrecadação do ICMS do gás, os planos para manter o



Estado do Mato Grosso do Sul com suas contas em dia ficam seriamente comprometidos.

Por isso, Sr. Presidente, é importante que a PETROBRAS reveja a sua política de redução da importação do gás da Bolívia, uma vez que o Estado depende da arrecadação do ICMS, para que investimentos e serviços ofertados a população sul-mato-grossense não sejam afetados.

A bancada federal, juntamente com o Governador Reinaldo Azambuja, solicitou, e já está pré-agendada, uma audiência com Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e com o Presidente da PETROBRAS, Pedro Parente, para buscar uma solução no enfrentamento desta crise. Há o risco de nós vermos o nosso Estado do Mato Grosso do Sul entrar em bancarrota.

Era esta a minha preocupação que eu gostaria de externar aqui, Sr. Presidente, sobre a crise de importação do gás natural da Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mais uma vez há a presença de tropas federais no Município do Rio de Janeiro. É lógico! O Governador pediu, e a situação é grave.

No entanto, na Baixada Fluminense, a questão da violência é diferente da verificada na Capital do Estado. Na Baixada, a ousadia dos bandidos também não tem limite e tem sido, sem dúvida, maior do que na Capital. Há um motivo que explica a dimensão. As políticas de segurança pública adotadas pelo Governo do Estado para a Capital sem avaliação das consequências leva o crime para outras cidades. A Baixada vive tensões de guerra civil.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que dê o meu pronunciamento como lido na íntegra e que autorize sua divulgação no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Presidente da República autorizou, mais uma vez, a presença de tropas federais no Rio de Janeiro. A decisão atende a um pedido do Governador Luiz Fernando Pezão e tem, sem dúvida, como pano de fundo, o carnaval e a situação ocorrida no Espírito Santo.

O fato levanta mais uma vez a oportunidade de destacar que a política pública de segurança no Estado do Rio de Janeiro adota um procedimento equivocado, quando age com os olhos voltados para a Capital do Estado e para os interesses exclusivos da cidade do Rio de Janeiro.



Em dezembro, fiz ao Ministro da Defesa, Raul Jungmann, apelo para que estenda aos Municípios da Baixada Fluminense a presença das forças nacionais.

É verdade, Sr. Presidente, que a Capital fluminense vive em estado de ebulição por conta dos protestos de servidores públicos. Ocorre, no entanto, que na Baixada Fluminense, a violência não é diferente da verificada na Capital do Estado. Na Baixada, a ousadia dos bandidos também não tem limite e tem sido, sem dúvida, maior do que na Capital. Um motivo explica essa dimensão da violência: as políticas de segurança pública adotadas pelo Governo do Estado para a Capital, sem avaliação das consequências, leva o crime para outras cidades. A Baixada vive tensões de guerra civil.

A cidade do Rio de Janeiro conhece, no momento, situações de quase calamidade pública, por causa da crise financeira do Estado. Mas os outros Municípios, principalmente os da Região Metropolitana, vivem essa realidade como fato cotidiano há muitos anos.

Em dezembro, o Fórum Grita Baixada publicou o relatório *Um Brasil dentro do Brasil pede Socorro*. O documento mostra o histórico de violência na Baixada Fluminense desde a década de 1960. Um dos dados mais impressionantes é a migração para as cidades da Baixada Fluminense dos criminosos expulsos do Rio de Janeiro na implantação das UPPs.

O relatório mostra que 28,8% dos homicídios ocorreram na Baixada. De um total de 368 homicídios dolosos registrados no Estado, 45 aconteceram em Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis; 31, em Seropédica, Itaguaí, Paracambi, Queimados e Japeri; e 30, em Duque de Caxias.



É justo e oportuno que o Presidente da República, mais uma vez, atenda ao apelo do Governo do Estado para presença das forças nacionais na cidade do Rio de Janeiro. Contudo, nada mais justo e oportuno também do que esse auxílio ser estendido à Baixada Fluminense.

A medida levará algum alívio e percepção de mais segurança para uma população de cerca de 4 milhões de pessoas, que, de forma semelhante aos moradores do Rio de Janeiro, pagam impostos e reivindicam um pouco de paz para viver com respeito, tranquilidade e dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães, por 5 minutos.

O SR. PAULO MAGALHÃES (Bloco/PSD-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último final de semana estivemos no sul da Bahia, em Itabuna, onde o Prefeito Fernando Gomes deu uma demonstração de afinidade com o povo daquela terra.

Durante a campanha, Fernando Gomes, como um grande líder, prometeu que teríamos na cidade, depois de 8 anos, o carnaval. Oito anos se passaram em Itabuna sem carnaval. E foi efetivamente uma consagração: o povo feliz, o povo alegre, exultante, com o seu Prefeito e com o carnaval.

Fernando e a Primeira-Dama Sandra vibraram com o povo harmonicamente. E o povo, sem uma única questão, sem problema nenhum, demonstrou a afinidade que com pelo líder, com o grande comandante e grande vencedor das eleições.

Mas não fica só aí. Fernando já começa a trabalhar com seriedade e com honradez, cumprindo compromissos, levando obras à cidade, mas levando, acima de tudo, a esperança a Itabuna.

É por isso, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna para compartilhar com o povo de Itabuna o grande acerto da eleição de Fernando, que o povo já sabia que seria a grande solução para o momento. Itabuna, que passa um momento difícil, tem hoje a esperança estampada no semblante do povo.

Sob o comando de Fernando Gomes, sob o comando desse líder incontestado, nós temos certeza de que vamos vencer as etapas e a satisfação vai continuar no semblante e no coração do povo daquela terra.



Em contrapartida, Sr. Presidente, em Itaju do Colônia, uma cidade distante de Itabuna 80 quilômetros, a intranquilidade reina. Eu, como Deputado e representante daquele Município, e também como proprietário que sou, sinto-me obrigado a vir aqui para lembrar ao Ministro substituto Levi que estive com o Ministro da Justiça, alertando para os desmandos que são perpetrados pelos índios e falsos índios em Itaju do Colônia, invadindo residências, tomando de assalto um bairro, desrespeitando o direito de propriedade.

Quando estive com o ex-Ministro, obtive o compromisso de que a Polícia Federal e o Ministério da Justiça iam dar tranquilidade àquele povo. Já agora, quando o Ministério Público chama para fazer um recenseamento para detectar quem são os verdadeiros índios e quem são os malandros que ficam invadindo e tomando de assalto as residências, eles já não querem mais, já não aceitam aquilo que assinaram e compartilharam com o Ministério Público.

Aí está, Presidente, a carência que estamos vivendo em Itaju do Colônia. Precisamos da mão forte do Governo, da respeitabilidade do Governo, para punir esses índios e falsos índios, que ficam tomando de assalto um bairro inteiro. Tiram a tranquilidade dos velinhos, das senhoras, das crianças. Enfim, tudo que há naquele bairro, padaria, supermercado, investimento do Estado, como água, pavimentação, escolas, creches, nada disso vale?

Ora, Sr. Presidente, é chegado o momento, e tenho certeza de que o Presidente Michel Temer e o Ministro da Justiça vão honrar o compromisso, banindo daquela região esses malandros que ficam tomando de assalto e tomando a consciência daquele povo.



Tenho certeza de que o Governo vai agir, porque nós estaremos aqui para cobrar do Governo Federal, do Ministério da Justiça, uma ação forte naquele Município.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado Paulo Magalhães.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu estou aqui fazendo uma crítica ao Programa Cartão Reforma, lançado pelo Ministro das Cidades, Bruno Araújo, do PSDB, aquele que aqui deu aquele voto empolgado pelo *impeachment*. Vejam bem, o programa vai contar com 500 milhões de reais por ano para financiar 5 mil reais por família. Ou seja, só para atender os 3 milhões e meio de famílias que estão na faixa de até dois salários mínimos, esse programa demorará 35 anos, enquanto o Governo Lula/Dilma, em 5 anos, contratou 4 milhões de moradias a um preço de 70 mil reais, 80 mil reais cada.

Peço que o programa *A Voz do Brasil* divulgue o meu pronunciamento, porque isso aqui já se adequou aos 20 anos de contenção de gastos que este Governo e que esta Câmara aprovaram aqui no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pelos veículos de comunicação da Casa, como membro da Comissão Mista destinada a examinar a Medida Provisória nº 751, de 2016, que cria o Cartão Reforma e dá outras providências, venho à tribuna apresentar críticas em face da sua insuficiência.

Os objetivos descritos na MP 751/16 são os seguintes: a subvenção econômica será concedida uma única vez, por grupo familiar e por imóvel; não poderá ser cumulativa com outros subsídios concedidos no âmbito de programas habitacionais da União; seu valor poderá ser complementado por Estados, Distrito



Federal e Municípios; não poderá ser utilizada em imóveis de natureza exclusivamente comercial. O programa será financiado com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. A gestão será do Ministério das Cidades. O agente operador será a Caixa Econômica Federal.

Para participar do programa, é necessário integrar grupo familiar com renda mensal de até 1.800 reais (incluídos os rendimentos concedidos por programas de transferência de renda); ser proprietário, possuidor ou detentor de imóvel residencial, em áreas regularizadas ou passíveis de regularização (na forma definida pelo Poder Executivo Federal); ser maior de 18 anos ou emancipado. Serão priorizados grupos familiares com pessoas com deficiência (Lei nº 13.146, de 2005) e idosos (Lei nº 10.741, de 2003). Não podem aderir ao programa ocupantes de imóveis cedidos ou alugados. É vedada a utilização da subvenção em imóveis de natureza exclusivamente comercial.

O Poder Executivo estabelecerá, entre outras ações, os limites da parcela da subvenção econômica destinada aos beneficiários do programa, à assistência técnica e aos custos operacionais do programa (o MCID falou, quando da divulgação do programa, de um valor médio de 5 mil reais por família); as metas a serem atingidas; os critérios de alocação dos recursos no território nacional; os critérios de seleção dos beneficiários.

Apresento essa descrição inicial para afirmar que não faz sentido que o ônus com assistência técnica e custos operacionais seja coberto por recursos já bastante limitados em relação à demanda por melhora habitacional na faixa de renda a ser operada pelo programa (os investimentos previstos não cobrem nem 3% dessa demanda).



Segundo cálculos iniciais, cerca de 15% dos recursos serão utilizados para assistência técnica e custos operacionais, reduzindo, dessa forma, o público-alvo para 85 mil famílias. É necessário garantir que o programa seja complementar à política habitacional que vem sendo desenvolvida pelos últimos Governos, especialmente ao Programa Minha Casa Minha Vida. Embora a renda dos beneficiários do Cartão Reforma coincida com a da Faixa 1 do PMCMV, não há nenhuma relação entre os dois programas.

Vale observar que o sonho da casa própria era mesmo apenas um sonho; entretanto, nos Governos de Lula e Dilma, esse sonho virou realidade. E virou realidade graças ao maior programa habitacional da história do Brasil. Até a Organização das Nações Unidas — ONU considerou o MCMV *“um exemplo para o mundo”*.

Nos Governos dos Presidentes Lula e Dilma, o Minha Casa Minha Vida subsidiou a compra de moradias para os grupos sociais mais carentes, o que também contribuiu para reduzir o déficit habitacional do País. Desde seu início, em 2009, até o final de 2015, o MCMV contratou mais de 4 milhões de unidades habitacionais, com investimento da ordem de R\$288 bilhões, distribuídos em 5.341 dos 5.570 Municípios. Até o fechamento do exercício de 2015, haviam sido concluídas 2.927.114 moradias, beneficiando famílias com renda de até R\$5 mil. Essas unidades beneficiaram cerca de 11,7 milhões de pessoas, o que equivale à população no ano de 2015 de países como Bolívia, Bélgica e Cuba.

O desejo dos Governos do Partido dos Trabalhadores era solucionar os problemas crônicos referentes ao enorme déficit habitacional, até por se tratar de um direito do cidadão e um dever do Estado. Esse é o grande diferencial do MCMV. O



programa foi feito para cidadãos e para cidadãs com direito pleno e direito ao dinheiro público, com a finalidade de proporcionar moradia digna.

Senhoras e senhores, voltando à MP 751/13, ou MP da pseudorreforma, para se ter uma ideia, segundo a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, existem problemas na MP em apreço. Entre eles está a impropriedade técnica no emprego da subvenção econômica, uma vez que se trata de despesa primária destinada à equalização das taxas de juro e empréstimos concedidos por bancos oficiais federais para os beneficiários oficiais do Programa Reforma. Não corresponde, nesse sentido, ao próprio valor com que conta o mutuário. Sobre a aplicação de recursos do orçamento da seguridade social, não se descortinou qualquer hipótese de gasto do programa nas áreas prestacionais exaustivamente arroladas no art. 194 do pacto fundamental: saúde, assistência social e previdência social.

O objeto do programa possui afinidade exclusiva com o Orçamento fiscal; no que se refere à adequação com a LOA, inexistente dotação, no Orçamento corrente ou no projeto de lei para o exercício seguinte (PLN 18, de 2016-CN). Caso seja a MP convertida em lei, será preciso, na tramitação legislativa do PLOA 2017, identificar meios para efetiva adoção do programa.

Senhoras e senhores, vejam bem, enquanto nos Governos do PT se tinha acesso a programa de moradia que proporcionava casa no valor médio de 80 mil reais, este Governo inábil e mequetrefe oferece um limitado cartão de reforma no valor de 5 mil reais! Como se fosse possível fazer uma reforma com esse valor nos quatro cantos do Brasil, sendo que, por exemplo, uma reforma de uma casa no Norte, na Região Amazônica, é em média 30% mais cara devido ao fator amazônico:



grandes distâncias e baixa densidade demográfica, curso dos rios como única opção de acesso; variações climáticas expressivas que às vezes impedem o acesso a determinada localidade; e obstáculos físicos e naturais de maneira geral.

Esse cartão do Temer não atende à maioria esmagadora da população que carece de reforma. Existem no Brasil, segundo o IBGE, cerca de 8 milhões de domicílios precários, o que corresponde a 11,6% dos domicílios do País. Com o recorte da faixa de renda do Cartão Reforma, teríamos 3,5 milhões de domicílios precários como objeto do programa. Diante desse universo de demanda, o Cartão Reforma foi pensado para beneficiar apenas 100 mil famílias, ou seja, nem 3% do público-alvo. A estimativa orçamentária e financeira para 2017 é de 500 milhões de reais para atender 100 mil famílias. Para os Orçamentos de 2018 e 2019, os valores ficam condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira, a ser indicada pelo Ministério das Cidades. A partir de 2020, a manutenção do programa dependerá da avaliação de seus resultados efetivos. Ou seja, estamos diante de uma despesa de caráter discricionário do Poder Executivo, condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira da União.

É um Governo sem voto e sem habilidade para solucionar gargalos sociais, que agora se arvora a oferecer, em quantidade ínfima, arremedos de soluções. Por isso o Brasil já está abrindo os olhos e percebendo que só quem pode fazer pelo povo é quem foi eleito por ele. Daí a fundamental condição de retomarmos a democracia no País, com o *#foratemer* e eleições diretas já.

Para finalizar, tal MP expõe um caráter de insuficiência patente para a demanda necessária das brasileiras e brasileiros que precisam do serviço. Como de costume, esse Governo ilegítimo e desumano apresenta uma proposta incapaz de



solucionar os anseios do povo brasileiro, talvez, mais uma vez, apostando no *marketing* para vender uma solução que não soluciona.

É o Brasil do golpe midiático, jurídico, parlamentar, descendo a ladeira.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Wadih Damous, do PT do Rio de Janeiro, que dispõe de 5 minutos.

O SR. WADIIH DAMOUS (PT-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna hoje — e mais à frente pode parecer inusitado o que vou dizer aqui — é a decisão monocrática do Ministro Celso de Mello ontem no Supremo Tribunal Federal.

Já há algum tempo nós somos prisioneiros — e muitas vezes a responsabilidade por esse fato é nossa — da judicialização da política. Hoje a política está aprisionada, no sentido figurado e no sentido real, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público. O Congresso Nacional já há algum tempo tem sido impedido, ou se tem retraído por temor, de exercer as suas prerrogativas constitucionais.

O princípio da separação dos Poderes, Sr. Presidente, é caro a todas as democracias. É claro que, ao longo dos séculos, aquela formulação inicial de Montesquieu foi sendo mitigada: o Poder Judiciário, às vezes, exerce poderes executivos; o Poder Executivo exerce, no julgamento dos seus funcionários, poderes judiciais; o Poder Legislativo *idem*. Mas o cerne das funções tradicionais de cada Poder tem que ser mantido. Tanto é que a Carta da ONU diz que não reconhece como Constituição aquela que não prevê a separação, a divisão entre os Poderes.

E por que estou fazendo essa digressão, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Todos lembram que, no ano passado, quando da nomeação do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil da Presidência da República, o Ministro Gilmar Mendes, a pedido de um partido desta Casa, suspendeu a nomeação, alegando desvio de finalidade e apresentando provas que foram produzidas de



forma ilegal, criminosamente, pelo Juiz Sergio Moro. Muito bem, impediu-se a Presidenta Dilma Rousseff de nomear o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva para a Chefia da Casa Civil.

Ontem, o Ministro Celso de Mello, numa decisão diametralmente oposta, garantiu a nomeação do Sr. Wellington Moreira Franco para o cargo criado para ele, a Secretaria-Geral da Presidência da República.

Sr. Presidente, o voto do Ministro Celso de Mello está aqui. Fazendo uma autocrítica, digo que o voto está correto. Incorreto estava o Sr. Gilmar Mendes, quando impediu a nomeação de Lula para a Casa Civil.

Nós não podemos, nesta Casa, facilitar a judicialização da política, Sr. Presidente, para que todos os nossos problemas sejam resolvidos pelo Poder Judiciário.

Desvio de finalidade não se presume. Desvio de finalidade tem que estar patenteadado, provado, antes que se anule um ato administrativo com base nesse tipo de alegação. Esse é o voto do Ministro Celso de Mello.

Agora, o Supremo Tribunal Federal, diante do voto do Ministro Celso de Mello, está obrigado moralmente a julgar novamente o caso de Lula. O ex-Presidente Lula recorreu da extinção do processo, já que o decreto que o nomeou está extinto, e o processo, em tese, está arquivado.

A Suprema Corte, a exemplo do que fazem as Cortes Constitucionais europeias, como a alemã, que tem, por dever, dirimir interpretações divergentes acerca da Constituição, tem que recolocar o caso Lula juntamente com o caso Moreira Franco na sessão do Supremo Tribunal Federal, que, em colegiado, vai decidir definitivamente sobre isso.



Fica também, Sr. Presidente, uma espécie de aviso para nós, Parlamentares. Temos que pensar duas vezes antes de pedir ao Judiciário para interferir nesse ou naquele caso. Um Presidente da República, qualquer que seja — a ex-Presidente Dilma Rousseff, o golpista Michel Temer, o ex-Presidente Lula —, tem a prerrogativa de nomear os seus auxiliares, nomear os seus Ministros. Não cabe ao Poder Judiciário interferir nisso, indevidamente, com base em alegações que não estão provadas. Elas têm que estar provadas.

Eu não tenho a menor dúvida de que o Sr. Wellington Moreira Franco, quando tiver o seu julgamento no Supremo Tribunal Federal, será condenado, porque os indícios contra ele são bastante sólidos, mas isso neste momento não se afigura. Por isso, não podemos ficar banalizando ações. Estou fazendo uma autocrítica, porque fiz isso. Eu vou retirar a representação que protocolei na Procuradoria-Geral da República, nesse sentido.

E fica o apelo ao Supremo Tribunal Federal para colocar os dois casos em julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, do PMDB do Rio de Janeiro. Enquanto S.Exa. sobe à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Gonzaga Patriota, por 1 minuto.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradecendo à Deputada Laura Carneiro, que está aqui desde a Constituinte, eu gostaria de registrar que minha terra querida, Sertânia, vai receber na próxima semana água do Rio São Francisco.

É uma dádiva de Deus levar água do Rio São Francisco para Sertânia. De lá, vai para a Paraíba, através de Monteiro, e vai atender 69 Municípios no Agreste pernambucano.

Estive, na segunda-feira, com o Ministro Hélder Barbalho em Petrolina e irei com ele a Sertânia para a inauguração dessa obra que vai levar água para a Paraíba através de Monteiro.

Eu não poderia deixar de, neste instante, dirigir-me ao povo de Sertânia com este pronunciamento, que peço a V.Exa. dê divulgação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cidade de Sertânia, minha terra natal, distante 314 quilômetros do Recife, continuará a receber água pela rede de distribuição, apesar dos dois mananciais que atendem a cidade estarem em colapso, consequência da estiagem prolongada em Pernambuco.

A Companhia Pernambucana de Saneamento — COMPESA finalizou, nesta semana, a fase de testes do novo trecho do ramal da Adutora de Jatobá,



responsável pelo abastecimento da cidade. A obra custou R\$4 milhões e foi executada pela Casa Militar, com recursos do Ministério da Integração Nacional.

Foram substituídos 12 mil metros de tubulações antigas em PVC da adutora por outras de ferro, o que irá garantir maior confiabilidade operacional à distribuição de água no Município, já que o trecho antigo apresentava constantes vazamentos. Segundo o Diretor Regional do Interior, Marconi de Azevedo, além de evitar os frequentes vazamentos ainda vai ser possível aumentar a vazão do sistema de 16 para 20 litros de água por segundo.

Quando os mananciais Açude da Barra, operado pelo Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas — DNOCS, e o Açude Cachoeira I, mantido pelo Instituto Agrônômico de Pernambuco — IPA, secaram, a COMPESA perdeu as duas fontes de abastecimento da cidade. O Açude da Barra, quando cheio, contribuía com 2,738 milhões de metros cúbicos de água, e o Cachoeira I, com 5,950 milhões metros cúbicos. Para manter o abastecimento da cidade, a solução encontrada pela Companhia foi transportar água da Adutora de Jatobá, dos poços profundos em Ibimirim. Foi implantado um calendário de distribuição de 3 dias com água contra 24 dias sem. Porém esse calendário não conseguia ser cumprido em função do estado da adutora, muito antiga, que apresentava cerca de 10 vazamentos por mês.

A necessidade constante de paralisação do sistema, Sr. Presidente, fazia com que os moradores tivessem o fornecimento de água suspenso para os serviços de manutenção. Com isso, o calendário não era cumprido. *“Com a substituição do trecho da adutora, conseguiremos manter agora o calendário estabelecido, e a população saberá exatamente o dia que receberá água”*, observou Marconi de Azevedo.



O Diretor explicou também que os constantes vazamentos eram provocados pela alta temperatura da Adutora de Jatobá, cuja água é captada em poços de mais de 700 metros de profundidade, no Município de Ibimirim. *“A tubulação em PVC foi se fragilizando com o passar do tempo, e os rompimentos se tornaram constantes, afetando o abastecimento da cidade”*, relata Marconi de Azevedo.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro, do PMDB do Rio de Janeiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu trago à tribuna hoje um texto que não é meu, mas do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Pezão. Junto com V.Exas., tentarei entender o que está acontecendo com a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, no Rio de Janeiro.

O Governador disse o que está neste texto no final do ano passado. Portanto, não foi há tantos meses assim. Eu diria que foi há 3 ou 4 meses.

Pergunta a jornalista da *GloboNews*: “O senhor cogita privatizar a CEDAE?”

E ele responde:

“Não acho hoje que resolve o problema privatizar a CEDAE. Eu pedi ao Banco de Boston” — eu acho que todos nós aqui conhecemos o Banco de Boston e quem o administrou — “para avaliar a CEDAE. Recebi a avaliação agora, recentemente: 4 bilhões de reais — 1 bi de passivo com a PRECE” — Fundo de Pensão da CEDAE — e “1 bi de passivo trabalhista.” E continua: “Não paga uma folha de pagamento vender a CEDAE. Agora, a CEDAE já está saneada, pagando dividendos para o Estado. Pode-se falar que ela poderia pagar mais, poderia pagar mais, há que melhorar, mas está universalizando hoje a água da Baixada Fluminense. Ela virou uma empresa tão capaz, uma empresa que teve a gestão do ex-Presidente Wagner



Victor, que nós fomos à Caixa Econômica Federal pegar 3 bilhões e 200 milhões de empréstimo. Hoje, ela possui um rating nas agências de risco, e nós estamos colocando água na Baixada Fluminense, universalizando a água, uma dívida antiga que nós temos. E, no saneamento, hoje, nós temos dívidas com a população, principalmente com a mais carente dos complexos de favelas. Nós estamos lançando agora uma PPP para levar esgoto para a Rocinha. A CEDAE está fazendo parceria com o setor privado em 28 comunidades, e queremos fazer parcerias também com o setor privado para levar o esgoto para a Baixada Fluminense. Então, é uma empresa que, hoje, se for vendida, eu posso trabalhar com um pouco de ações. Aí nós queremos securitizar junto com os royalties do petróleo, junto com a dívida ativa, 40, 35, 45% das ações do Estado. O Estado é dono de 99%. Agora, eu não posso queimar um ativo”.

Prestem atenção, essas palavras não são minhas, são do Governador Pezão.

“Eu não posso queimar um ativo.” E ele continua:

“Marconi Perillo foi tentar vender a CELG — Companhia Estadual de Energia Elétrica. Botou no mercado a 2.800 e hoje já está a 1.800. E não conseguiu vender. Não é o momento de vender os ativos.” Repito: “Não é o momento de vender os ativos”. E termina: “Eu



não vou penalizar uma empresa que está colocando hoje a grande dívida social que ela tem”.

Sr. Presidente, essas palavras não são minhas. Como eu disse, são palavras do Governador Pezão.

O mais grave é que ele disse isso há 3 meses, e hoje a solução do Estado do Rio de Janeiro é a privatização da CEDAE. Pior, o que se diz nas ruas é que os funcionários públicos só receberão o seu salário se a CEDAE for vendida.

Sr. Presidente, isso é uma chantagem inaceitável! Não é possível que, para pagar os salários atrasados, se venda o único ativo do Estado.

Vários Deputados da bancada do Rio de Janeiro montaram uma comissão da crise. Existem soluções.

É necessário o Governo Federal entender que não pode exigir do Rio de Janeiro a venda de uma companhia que põe água e esgoto na casa das pessoas. Isso é criar mais um monopólio. Eu estou falando da água que se bebe, da água que salva vidas, e do esgoto, que influi diretamente no custo de saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, o Governador do Estado do Rio de Janeiro e o Presidente da República são do meu partido. Eu tenho um respeito enorme pelos dois. Mas eu não acho isso justo. Eu não seria Laura Carneiro, filha de Nelson Carneiro, se não tivesse esta atitude. É um absurdo completo o que querem fazer com o único ativo real do Estado do Rio de Janeiro, que é a CEDAE!

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra, por 1 minuto, ao Deputado Miguel Lombardi.

O SR. MIGUEL LOMBARDI (PR-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, saúdo a presença do Vereador Luciano Bonsucesso, de Rio Claro, que está nos prestigiando, e de Marco Peres, Coordenador Regional do PR em Limeira.

Sr. Presidente, sou vicentino há mais de 20 anos. A Sociedade de São Vicente de Paulo tem o forte compromisso de ajudar as Obras Unidas, que acolhem famílias pobres e oferecem conforto espiritual por meio da Palavra de Deus. É um trabalho desafiador.

Para colaborar com as Obras Unidas, destinei 4 milhões e 900 mil reais em emendas de minha autoria para a Sociedade de São Vicente de Paulo. Tudo isso é um trabalho em conjunto com as consócias e com os confrades.

Parabenizo a ação de todos, mas destaco aqui, Sr. Presidente, a ação maravilhosa do Presidente-Geral Internacional da Sociedade de São Vicente de Paulo, o confrade Renato Lima de Oliveira.

No dia 31 de janeiro de 2017, o confrade emitiu a primeira carta-circular do seu mandato frente ao Conselho Geral Internacional — CGI. Esse documento é importante por ser uma mensagem direta aos vicentinos, membros das Conferências Vicentinas em todo o planeta.

Pela primeira vez na história da Sociedade de São Vicente de Paulo, a carta-circular foi escrita em árabe, italiano e chinês, além dos idiomas oficiais inglês, francês, espanhol e português.



Parabenizo o confrade Renato Lima por retomar a elaboração das cartas-circulares do Presidente-Geral.

A mensagem tem um poder simbólico muito grande, pois convida os vicentinos do mundo inteiro a refletir sobre diversos temas. A carta-circular é estimulada a ser utilizada como leitura espiritual nas Conferências.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado Miguel Lombardi, o discurso de V.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O Deputado Hildo Rocha é o próximo orador, mas o Deputado Arnaldo Jordy está pedindo a palavra por 1 minuto.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado. Deputado Hildo Rocha, agradeço a gentileza.

Sr. Presidente, quero fazer um registro importante. Congratulo-me com o Ministro da Cultura, o Deputado Roberto Freire, que finalmente resolveu fazer mudanças na Lei Rouanet. Esta lei, inclusive, é objeto de uma CPI nesta Casa. O Brasil vai se assustar quando souber dos resultados dessa CPI, inclusive em relação a alguns de seus ídolos.

Finalmente, vai haver um teto de captação, a fim de que essa lei de fomento à cultura não viabilize grandes projetos, megaproduções, que têm atrativos já justificáveis para captar recursos no mercado. Vai ser estabelecida também uma melhor participação de Regiões que ficaram deprimidas ao longo dos últimos anos, como o Nordeste e o Centro-Oeste, assim como o Amazonas.

Portanto, eu quero parabenizar o Ministro Roberto Freire pela coragem de fazer mudanças na Lei Rouanet, no sentido de democratizar o acesso da cultura aos brasileiros.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado Arnaldo Jordy.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Ministro da Cultura, Roberto Freire, em recente entrevista ao programa *A Voz do Brasil*, anunciou que serão realizadas mudanças na Lei Rouanet. As mudanças ocorrerão por meio de instrução normativa, com o objetivo de torná-la mais democrática e descentralizada.

Conforme Freire, *“a cultura tem uma dimensão muito maior do que a simples expressão de uma identidade nacional”*, tendo cada vez mais participação na economia brasileira, na geração de novos empregos e na superação de crise.

A instrução normativa da Pasta trará mudanças significativas, como a criação de um teto de captação para cada projeto e a instituição de novas contrapartidas. Esse teto de captação será a principal medida, e a ideia é fixar valores máximos para o incentivo a projetos de acordo com a área de atividade.

Também foi destacado pelo Ministro Roberto Freire que uma parcela maior dos recursos deverá ser destinada a projetos de caráter permanente, como museus.

Ainda segundo Freire, *“a população tem a percepção equivocada de que a Lei Rouanet serve apenas para financiar espetáculos e shows. Os nossos museus e bibliotecas não existiriam se não fosse a Lei Rouanet”*.

A bancada do PPS parabeniza a decisão de democratização da Lei Rouanet, já que ela existe para quem não tem oportunidade. Se não fosse assim, deixaria de ser um incentivo e passaria a ser financiamento. A cultura brasileira merece ser valorizada.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha, do PMDB do Maranhão, que tem 5 minutos na tribuna.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, que preside esta sessão, muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita tristeza que nós lemos no jornal *O Globo* a notícia da retração da economia maranhense pelo segundo ano consecutivo. No ano de 2016, mais uma vez, o Produto Interno Bruto do Estado do Maranhão foi negativo, assim como também foi negativo no ano de 2015. Ou seja, no Governo Flávio Dino, do Governador comunista, o Maranhão está andando para trás.

Nesses 2 anos de Governo, o Maranhão diminuiu mais de 10% a riqueza do Estado, a riqueza dos maranhenses. Tudo por causa de uma política econômica desenvolvida pelo Governador Flávio Dino, que aumentou todos os tributos de competência do Estado. Houve aumento do ICMS para todos os itens, com as maiores alíquotas do Brasil: alimentos, combustíveis e diversos outros setores da economia. Houve também aumento no Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações. Hoje, o nosso Estado tem a maior alíquota do ITCMD, assim como uma das maiores alíquotas do ICMS.

O Governador Flávio Dino, com essa atitude, afugentou os empreendedores do Maranhão, várias indústrias foram fechadas, outras diminuíram o ritmo de produção, desempregando milhares de pessoas, em função desse desastre da política econômica praticada.

O Governo assumiu o Estado com pouca dívida. O Estado estava com grande equilíbrio financeiro, porque vinha do período da administração da Governadora



Roseana Sarney, e o Produto Interno Bruto estava crescendo 3%, 4%, 5%, 6% ao ano. Portanto, era um Estado em franco desenvolvimento. E hoje nós podemos observar a diminuição da atividade econômica no Estado do Maranhão. Os empreendedores não acreditam no Maranhão, porque se criou uma insegurança jurídica enorme. O Governador aumenta as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS a seu bel-prazer, não faz estudos. Aumenta porque quer aumentar a quantidade de comunistas empregados no seu Governo, o que tem onerado muito a folha de pagamento do Estado.

Ele encheu de comunistas o Governo do Estado. E todo mundo que tem uma filiação no Partido Comunista, Deputada Eliziane Gama, está lá pegando uma boquinha no Governo Flávio Dino. Essa é a verdade! E, para bancar esses comunistas, o que faz o Governador? Aumenta o ICMS. Até criador de porco no Maranhão está sendo barrado nos postos fiscais para pagar imposto! Quem cria galinha tem que pagar imposto! Até o verdureiro paga imposto no Maranhão!

Essa é a verdade do que ocorre hoje no Estado com esse Governo comunista, perseguidor, malvado, que não dá o reajuste merecido e justo aos professores da rede estadual de ensino.

Enquanto ele arrecada mais, deixa de pagar os servidores, os professores e coloca cada vez mais serviços contratados para bancar o funcionamento da máquina partidária da qual ele faz parte, que é o Partido Comunista do Brasil.

Portanto, faço, lamentavelmente, esse registro, na tribuna da Câmara, de que a economia do Maranhão está andando para trás.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Agradeço, nobre Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama, por 1 minuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PPS-MA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero cumprimentar o Secretário Nacional de Juventude, Ministro Assis Filho, pela realização hoje de um ato muito importante nesta Casa: o lançamento do Mapa da Violência, um importante indicativo, de autoria do Jacobo, um dos grandes homens que debatem a questão da violência em todo o Brasil.

Entre os vários números que foram apresentados nos Estados, um me trouxe muita preocupação: São Luís, Capital do Maranhão, é a cidade com o maior índice de violência no Brasil. Infelizmente, esse indicativo é gravíssimo. Algum tempo atrás, São Luís não ocupava essa posição. Chegou a ficar em terceiro lugar, depois, em segundo lugar e, agora, em primeiro lugar, exatamente pela falta de uma política municipal arrojada e efetiva para redução da violência naquela cidade.

Sr. Presidente, deixo registrado os meus cumprimentos ao Sr. Assis Filho pelo grande trabalho e pelo lançamento do Mapa da Violência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada. O seu pronunciamento será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Alberto Fraga, do Democratas do Distrito Federal.

V.Exa. dispõe de 5 minutos na tribuna, Deputado.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu disse há pouco que a crise da segurança pública, no caso das Polícias Militares, é por culpa, única e exclusivamente, dos Governadores de Estado.

Por que digo isso? Todos sabem que os policiais militares não podem fazer greve. Os Governadores, de forma esperta, concedem reajustes salariais a todas as outras categorias, e a única categoria do Estado que não tem um sindicato para poder pressionar é a dos policiais militares. Eles se prevalecem dessa situação para ignorarem os pleitos justos dos policiais militares.

Eu tenho dito e volto a repetir: apresentei, assim como V.Exa., Presidente Manato, um projeto a respeito de anistia aos policiais do Espírito Santo. Eu sou coronel da Polícia Militar. V.Exa. não é. V.Exa. é um amigo da Polícia Militar e sabe dos problemas pelos quais aqueles policiais estavam passando.

Veja, há 4 anos o Governador arrota que tem o seu Governo, o seu Estado saneado financeiramente. Ele se esquece de dizer, porém, que deu um calote na Polícia Militar, exatamente uma das poucas categorias a que ele não deu, no mínimo — no mínimo —, a reposição da inflação. É muito fácil.

As mulheres dos policiais ocuparam os quartéis, ocuparam as ruas para se manifestarem. Isso é triste, isso é doloroso. Um homem, um profissional acostumado ao perigo passa a ter que ver a sua esposa, a filha ou os filhos se expondo para mostrar as feridas que existem dentro da caserna.



O Governador Paulo Hartung e o seu Secretário de Segurança são pessoas descredenciadas para falar da maneira como vem falando dos policiais. Os policiais militares não são marginais.

Agora chegam ao absurdo de dizer que as mortes que aconteceram foram praticadas pelos policiais militares. Triste Polícia Militar! É o que eu digo sempre aqui: na hora do perigo, todo mundo lembra da Polícia Militar e chama por Deus. Passou o perigo, esquece-se de Deus e xinga a Polícia.

Essa é a realidade do policial brasileiro, que há muitos anos vem trabalhando sem equipamento, sem salário. A única coisa que faz com que esses profissionais continuem trabalhando, Presidente Manato, é a motivação pessoal, é o desejo de ser policial, é a possibilidade de voltarem para casa e dormirem com a consciência tranquila porque salvaram algumas vidas nas ruas. Existe policial que, quando chega a uma favela, tira dinheiro do próprio bolso para, muitas vezes, dar a uma mãe para que compre pão e entregue ao filho, que está ali chorando porque tem fome.

Esses governantes, esses Governadores insensíveis a esse problema não sabem disso, só sabem ir à televisão dizer que vão expulsar policiais. Vão expulsá-los porque sabem que não há um sindicato por trás deles.

Agora, Governador, vou lhe dizer uma coisa: faça isso. A consequência vai ser desastrosa, porque o policial que vai estar na rua estará desmotivado. O senhor finge que paga e eles fingirão que vão trabalhar.

Governador, o senhor não se indigna quando vê um juiz ou um promotor ganhar 40 mil reais por mês, e quer pagar 2.600 reais àquele que dedica a vida a salvar pessoas que ele nem sequer conhece!



É essa a realidade do policial brasileiro! É essa a realidade! Esta Casa precisa acordar para esses problemas!

Eu vou pedir sim o apoio dos colegas para o meu projeto que, assim como o seu, Presidente Manato, objetiva anistiar o policial militar, aquele que fica calado, que é oprimido o tempo todo. E Paulo Hartung vem dizer que o policial não tem direito a greve. Ele é um produto da greve! O PT é produto da greve! E agora querem tirar um direito, uma pretensão de um policial, que não pode se manifestar.

Fica registrado aqui o meu repúdio.

Quero parabenizar V.Exa. pela coragem que teve de apresentar o projeto. Aqueles que batem em V.Exa. talvez nunca venham a precisar de um policial, talvez achem que nunca vão precisar de um policial militar. Coitados! Coitados! Ninguém pode dizer que um policial militar não é importante para a sociedade.

É lamentável. Essa sociedade está doente, pois quem estava assaltando o mercado, quem estava arrombando lojas era a sociedade. Não era rico nem pobre, não. Eram pessoas de classe média.

Por que não vai apurar a responsabilidade desses bandidos? Quer botar na rua 161 pais de família. Tome vergonha, Governador Paulo Hartung! Trate com respeito a sua Polícia Militar, que é uma das melhores deste País, mesmo ganhando a miséria que o senhor paga — 2.600 reais! Tome vergonha, Governador!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu vou ter que começar o Grande Expediente, como determina o art. 87 do Regimento Interno, pois o Presidente quer começar a Ordem do Dia às 16 horas.

O SR. VITOR VALIM - V.Exa. não poderia me conceder 1 minuto apenas?



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu convido o Deputado João Daniel para se encaminhar à tribuna e, enquanto isso, concedo a palavra por 1 minuto ao Deputado Rocha e depois ao Deputado Vitor Valim.

O SR. ROCHA (PSDB-AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer o registro de que ontem a população do meu Estado, o Acre, viveu mais uma noite de pânico e de terror, quando marginais queimaram 6 ônibus na Capital do Estado do Acre, Rio Branco. E, para espanto da população acriana, pelas redes sociais, o Governador Tião Viana parabenizou os gestores da segurança pública, como se vivêssemos em outro Estado, distante da realidade que o povo acriano vive.

O Governador Tião Viana tem hoje mais de 100 policiais a sua disposição e não vive o mesmo clima de terror que vive a população do meu Estado, um clima criado graças à incompetência, graça ao descaso com que o Governador, o Secretário de Segurança Pública e o Comandante da Polícia Militar tratam a gestão da segurança pública no Estado do Acre.

Peço a V.Exa. a divulgação deste pronunciamento no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Vitor Valim.

O SR. VITOR VALIM (PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Presidente Manato, eu quero lamentar aqui declaração infeliz do Ministro Barroso, da Suprema Corte. Para resolver a crise carcerária, S.Exa. quer apagar fogo com gasolina, legalizando o uso de drogas neste País, começando pela maconha, indo para a cocaína e depois outras drogas. Eu não quero crer que isso seja verdade, mas está no jornal *O Globo*. E se trata de um Ministro da mais alta corte do Judiciário brasileiro.

O mesmo jornal *O Globo*, em matéria recente, informa que 70% dos produtos contrabandeados neste País são cigarros, mostrando que existe cigarro legalizado e existe cigarro contrabandeado.

Será que todos os traficantes vão mudar de profissão, Ministro Barroso, e deixar de ser traficantes, porque legalizaram o uso de drogas? V.Exa. não está vendo o exemplo muito claro do que acontece com o cigarro? Existe cigarro legalizado e existe cigarro contrabandeado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento está ocorrendo no Auditório Nereu Ramos uma mobilização de magistrados e membros do Ministério Público do Brasil inteiro. Estão lá a Associação dos Juízes Federais do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, membros do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos Estaduais. Todos vêm nos pedir reflexão e diálogo sobre a reforma da Previdência.

Eu tive a oportunidade de participar da abertura desse evento e disse que sou contra esta proposta de reforma, e também a bancada do Partido dos Trabalhadores. Nós esperamos que haja um amplo debate, que o processo não seja atropelado, como infelizmente está sendo: em 24 horas a proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, e querem aprová-la em meados de março, no máximo em abril. E sabemos que o problema da Previdência pode começar a surgir a partir de 2060.

Quero fazer este registro e parabenizar os magistrados e membros do Ministério Público do Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE

Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Daniel.

V.Exa. tem até 25 minutos.



O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, telespectadores que nos acompanham pela *TV Câmara*, nós queremos saudar todos e todas e deixar registrado nos Anais desta Casa o nosso pronunciamento no dia de hoje.

Para nós, esta semana marca 12 anos do assassinato da Irmã Dorothy, uma das grandes missionárias lutadoras que orgulhou todos os religiosos e as religiosas. Ela orgulhou também todos os movimentos sociais e os movimentos sindicais populares que lutam pela defesa dos direitos da cidadania, em especial, do direito mais sagrado do povo brasileiro do povo de todo o mundo, que é o direito à terra, o direito a ter o seu pedaço de terra, urbano ou rural.

A Irmã Dorothy, missionária de nacionalidade americana, veio para o Brasil e doou sua vida por essa causa. Ela deixou a sua história e a sua luta. Portanto, em sua pessoa, saúdo todos os brasileiros e brasileiras que continuam acreditando nas lutas sociais e numa sociedade com justiça.

Também quero saudar e lembrar os nossos grandes lutadores latino-americanos.

Hoje é aniversário de morte de um grande religioso e revolucionário, Camilo Torres, que teve uma bela história de luta registrada na América Latina, em especial na Colômbia, onde lutou pela distribuição da terra, da riqueza e da justiça.

Sras. e Srs. Deputados, nós, nunca antes na história, vivemos — pelo menos a nossa geração — uma crise ética da magnitude da que estamos vivendo hoje. Este Governo que não foi eleito e que não apresenta nenhum projeto de nação não submete as suas propostas à sociedade brasileira. Graças ao apoio de um



Congresso conservador, apresenta e começa a aprovar projetos e emendas que vão aprofundar cada dia mais a desigualdade social. Nós estamos vendo isso no dia a dia, quando milhões de brasileiros vão sendo desempregados.

Este Governo submete o nosso País aos objetivos corporativos das grandes empresas nacionais e internacionais, com a hegemonia de uma imprensa entreguista que distorce os fatos e passa a omitir as informações e a divulgar versões mentirosas de fatos, como vem fazendo nos momentos em que a notícia não interessa aos seus financiadores.

Este Governo montou, junto com os seus aliados, uma trama que levou à deposição de uma Presidenta honesta e trabalhadora. A Presidenta Dilma foi tirada à força por este Congresso conservador, com o voto da maioria dos que compõem esta Casa pela quebra do processo democrático, como se estivessem votando contra a corrupção.

Esses mesmos Parlamentares defendem este Governo, um Governo corrupto, composto de uma maioria de Ministros citados em delações e que respondem a processos por supostas atitudes desonestas. Agora, defendem que seja indicado como novo Ministro do Supremo Tribunal Federal um filiado a um dos partidos responsáveis pela organização do golpe no Congresso Nacional.

Vivemos uma situação de grande risco. A crise na segurança do Espírito Santo, que foi relatada por outros Parlamentares há pouco, não é uma questão isolada; é resultado da política recessiva imposta com a submissão dos Estados a uma cartilha de arrocho que vem provocando a quebra de contratos e a falta de pagamento dos servidores que estourou nas polícias e se alastrará por todas as



categorias e que, certamente, não ficará restrita aos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e outros.

Essa crise é também reflexo da quebra de legalidade constitucional promovida por este Governo e pelos seus aliados e que vem abrindo as portas para os grupos criminosos agirem sem preocupação e levando também cidadãos de bem a atitudes que não teriam em momentos de legalidade institucional. O estado de exceção permite — permite sim — que cada um se sinta autorizado a também romper os princípios da ética, já que isso deixou de ser regra no País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nunca vimos uma desfaçatez tão grande; nunca vimos de forma tão escrachada a apropriação dos destinos de nossa Nação por um grupo que foi imposto por este golpe consolidado no ano passado.

É revoltante ver que conquistas históricas estão indo pelo ralo.

Para falarmos de conquistas do nosso povo obtidas num tempo mais recente, podemos pensar no processo da Constituinte de 1988. O período anterior à atual Constituição ficou marcado na trajetória constitucional brasileira pela sua inovadora abertura à ampla participação popular, motivada pelo anseio de redemocratização do País.

Como consequência, embora algumas críticas possam ser feitas ao texto, o que ficou claro é que a Constituição Federal de 1988 teve uma especial atenção com a garantia dos direitos fundamentais do cidadão, resultado da interferência da sociedade organizada no processo constituinte através de emendas, mobilizações, abaixo-assinados etc.



A consolidação dos nossos direitos é fruto de uma luta histórica. Nós demoramos muito para construir esse processo. Passamos um tempo para poder respeitar a Constituição de forma integral.

A Constituição passou a ter mais valor e foi consolidada durante o período de 8 anos do Governo do Presidente Lula, eleito democraticamente pelo povo brasileiro. Após esse Governo, nós estamos vendo tantas emendas, projetos e medidas que vão desconfigurar e destruir a nossa Constituição.

Para quem trabalha este Governo? A quem ele serve? Quem está por trás dele? Se não soubermos, teremos as desculpas que alguns utilizam aos microfones até hoje: *“Nós tiramos o PT porque era corrupto”*; *“Nós tiramos o Governo Dilma porque havia desempregados”*; *“Nós tiramos o Governo porque queríamos um Governo diferente”*.

As grandes empresas internacionais, o capital brasileiro, o agronegócio, os bancos e as empresas de comunicação mandam hoje no País e têm neste Governo e neste Parlamento a força que move grande parte dos projetos.

O Governo Temer e seus aliados fiéis desrespeitam a nossa Constituição para implementar a política de terra arrasada que vivemos.

A nossa Carta Magna define que os atos normativos infraconstitucionais e administrativos de autoridades públicas não podem desrespeitar nem negar eficácia aos direitos sociais. O Estado tem que garantir os direitos sociais, dando um tratamento prioritário aos cidadãos e às famílias mais vulneráveis, equacionando o problema da pobreza. Foi assim que governou a Presidente Dilma, foi assim que governou o Presidente Lula.



Este Governo vem fazendo exatamente o contrário. Escolheu como foco de suas ações o desrespeito aos direitos dos mais pobres, escolheu romper o processo de superação das desigualdades sociais no Brasil e caminha a passos rápidos no sentido de reverter todas as conquistas até então obtidas, para concentrar cada vez mais a renda e levar de volta à condição de miséria mais de 14 milhões de pessoas que saíram dessa situação.

A PEC do Teto, mais conhecida como a PEC da morte, ou a PEC da maldade, aprovada pelo Congresso Nacional, bloqueou os gastos das áreas de saúde, educação e seguridade social em níveis inconcebíveis, colocando toda a geração futura em um risco real de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais ou mesmo não recebê-la, ficando a mercê da caridade pública. Outra maldade dessa proposta é que o limite de custeio e investimento não se aplica aos gastos financeiros. Ou seja, esse ato do Governo golpista não limita gasto com os bancos, com a rolagem da dívida e nem com o aumento de patrimônio dos ricos. Essa PEC retirará toda a nossa proteção social.

Agora, vem a PEC da Previdência, que os trabalhadores e trabalhadoras chamam de “A PEC da Morte 2”, que vai em caminho totalmente contrário ao conceito da nossa Constituição, que diz que a nossa previdência social visa à proteção do cidadão quando ocorre a perda temporária ou permanente da sua capacidade de trabalho. Diz ainda que o Estado, a partir da assistência social, deve ter o objetivo de prover o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos mais humildes, criar as condições para proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice e as pessoas portadoras de deficiência, independentemente



da contribuição à seguridade social, sob pena de incorrer em omissão manifestamente inconstitucional.

Não há Previdência descolada da seguridade social. Se nós seguirmos exatamente as fontes do financiamento, veremos que não há déficit, como é pregado todos os dias pelos técnicos burocratas a mando deste Governo para provar para os pobres, para o povo, que a Previdência tem déficit, está quebrada. Fazem isso exatamente para que faça esta reforma — que não é reforma; é o fim da previdência pública, para transformar a previdência em negócio, em comércio, em produto: quem tem dinheiro compra; quem não tem está à margem de tudo, sem nenhum apoio do Estado.

Os efeitos futuros dessa reforma da Previdência são desastrosos. Estabelece a idade mínima de 65 anos para aposentadoria para homens e mulheres, bem como para categorias como professores e trabalhadores rurais. Isso é uma afronta às conquistas das mulheres e dos homens.

A medida acaba com a possibilidade real de homens e mulheres — o trabalhador rural, que hoje se aposenta com 60 anos; a trabalhadora rural, que hoje se aposenta com 55 anos; os professores ou outras categorias — continuarem acreditando que, quando chegarem ao seu tempo de contribuição, à idade avançada, terão uma vida com mais dignidade.

Essa reforma é ruim para os homens, mas é muito pior para as mulheres, porque a proposta vai na contramão do reconhecimento da sobrecarga de trabalho e responsabilidade historicamente imputadas às mulheres e propõe igualar a idade de homens e mulheres trabalhadores (as) rurais e urbanos para 65 anos, com 25 anos



de contribuição. Dessa forma, as trabalhadoras rurais, por exemplo, que até agora se aposentavam com 55 anos, precisarão trabalhar pelo menos 10 anos a mais.

Equiparar a idade de homens e mulheres para aposentadoria é desconsiderar a tripla jornada de trabalho das mulheres, que garantem a realização do trabalho doméstico e de cuidados outros, além da reprodução da força de trabalho.

Está instalada na Casa a Comissão da Reforma Trabalhista. Essa reforma trabalhista, que é comentada e discutida pelos setores atrasados que querem pagar a conta para a FIESP e para aqueles que financiaram o golpe, tramita nesta Casa e é outro descalabro, pois tira a força dos sindicatos e submete os trabalhadores ao regime escravo, quebra as regras consolidadas da nossa CLT, enterrando-a totalmente. Com ela, os trabalhadores ficarão desamparados, totalmente na mão dos patrões, que darão aumento quando quiserem, sempre olhando primeiramente para os seus lucros.

Os Estados e os Municípios, principalmente os da Região Nordeste, hoje estão numa quebradeira. Isso vem acontecendo porque o Governo, a cada dia, concentra mais, garante o pagamento de juros aos bancos e não implementa nenhuma política real de apoio aos Municípios e Estados.

O nosso Estado, Sergipe, vive atualmente o sexto ano de seca, uma das piores secas da história já registradas dos últimos 50 anos. Há 28 Municípios em estado de emergência e vários outros se encontram com pedido de decretação de estado de emergência.

Na última semana, a pedido do Governador, realizamos uma audiência com a bancada federal, com o Senado e com todos os Prefeitos. As medidas tomadas pelo Governo em relação à seca não são nada, porque não interessam ao Governo as



Regiões Nordeste e Norte. O que interessa a este Governo é dar resposta àqueles que o patrocinaram, àqueles que o financiaram e àqueles que se encontram nos lugares nobres deste País, no primeiro andar da elite brasileira.

Nós, neste momento, queremos fazer uma convocação. Eu tive o prazer de, nesta manhã estar na sede da CONTAG, aqui em Brasília, com representantes de todos os movimentos sociais e do campo: da Via Campesina, da CONTAG, da FETRAF, juntamente com todos os dirigentes que até sexta-feira debaterão e discutirão essas reformas, em especial a reforma da Previdência.

Nós tivemos a oportunidade de participar de uma série de debates que estão sendo realizados no Estado de Sergipe. Tive a oportunidade de, no último domingo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Nossa Senhora da Glória, debater com mais de 500 homens e mulheres a reforma da Previdência. No próximo sábado, haverá outro debate na região Boquim.

O que nós estamos vendo e ouvindo é a indignação de todo o movimento sindical, dos trabalhadores do campo e da cidade. E nós não temos dúvida de que o comitê formado na última segunda-feira na Assembleia Legislativa de Sergipe e que hoje está sendo formado em todos os cantos do Brasil poderá barrar a reforma da Previdência e a reforma trabalhista, se houver, por parte da sociedade, nos Municípios...

Porque esta reforma da Previdência quebrará em torno de 650 Municípios que vivem da economia da Previdência rural, que é a base mais forte e maior do que qualquer outra fonte de financiamento. Se esses Municípios e se essa base, seja do comércio dos Municípios, seja do sindicato dos servidores, seja do sindicato de trabalhadores rurais, seja de movimentos sociais, fizerem grandes mobilizações,



exigirem de seus Parlamentares — Senadores, Deputados e Deputadas — que tenham firmeza e que não votem a favor dos interesses da previdência privada....

Porque o que está por trás da reforma da Previdência são os interesses das previdências privadas e dos bancos. Esses é que financiaram parte das campanhas. Basta observar os financiadores dos membros das Comissões da reforma trabalhista e da reforma da Previdência que estão hoje na Câmara e no Senado e nós veremos que as posições que cada um toma estão de acordo com aqueles que o pressionam, com aqueles que o financiam.

Portanto, nós esperamos paciência do povo brasileiro, que esperava um Governo que fizesse aquilo que prometeu, retirando a Presidenta Dilma para voltar a crescer, para voltar a gerar empregos, para por fim à corrupção.

Mas hoje exatamente tudo aquilo que denunciávamos — a nossa bancada federal na Câmara e no Senado, o nosso partido e os movimentos sociais — é o que de fato está concretizado.

Mas há luz para o futuro. Não adianta fazer 24 horas de terror, de criminalização contra o nosso líder, o ex-Presidente Lula. Não foi o PT, não fomos nós que mandamos fazer pesquisas. As mais recentes pesquisas feitas em todos os cantos do Brasil mostram que o povo brasileiro foi correto, foi honesto, foi digno ao eleger, nas últimas quatro eleições, o nosso Presidente Lula e a Presidenta Dilma, pois hoje o Lula ganharia as eleições, no primeiro ou no segundo turno, de todos os seus concorrentes. Isso mostra que o povo brasileiro acredita na liderança que nasceu da história e da luta do nosso povo. Isso mostra que o nosso povo brasileiro está de olhos abertos e sabe distinguir a mentira da verdade.



Em relação à mentira que se prega através da grande mídia, em especial do Sistema Globo, de ódio contra Lula e contra o nosso partido, as urnas mostram a diferença.

Esse Governo precisa tomar essas medidas e fazer essas reformas agora, porque elas jamais seriam feitas, jamais seriam implementadas por um Governo nascido democraticamente do voto. Afinal, ninguém tem coragem de ir ao povo pedir votos para retirar direitos, para cortar saúde e educação e fazer o desmonte do Estado brasileiro.

Enfim, senhores e senhoras que nos ouvem, que nos escutam e que nos acompanham pela *TV Câmara*, o que está em curso é a desconstrução da Nação brasileira. O que está em curso é um novo programa neoliberal que quer transformar as pessoas, para que acreditem que tudo o que foi conquistado ao longo da história não serve e que, daqui para frente, tudo será mercadoria que elas poderão comprar, como fazem na feira ao adquirirem, por exemplo, um produto alimentício. Assim, elas comprarão a saúde, comprarão a previdência. Só que a previdência prevista nesse projeto, como a saúde e a educação, levará milhões de homens e mulheres, e em especial a nossa juventude e as futuras gerações, à degradação, à humilhação e à falta de possibilidade de sonhos e de esperança.

É lamentável ver hoje a nossa juventude negra, pobre, da periferia sendo assinada. É lamentável ver milhões de brasileiros desempregados, nas filas, sem nenhuma esperança, porque a nossa economia caminha, cada vez mais, para trás, já que o Governo cede ao setor financeiro, aos bancos, aos rentistas, por não ter responsabilidade com um projeto de Nação.



Só a luta dos petroleiros e do povo brasileiro poderá tirar a PETROBRAS e o pré-sal das mãos das multinacionais que, covardemente, levarão essa riqueza que pertence à nossa Nação e ao nosso povo brasileiro. Somente as ruas, as mobilizações do povo brasileiro poderão impedir essa danosa e triste reforma trabalhista, que destrói a nossa CLT e as conquistas históricas dos sindicatos e dos trabalhadores. E somente a luta impedirá essa reforma da Previdência, que não é reforma, mas é o fim da Previdência construída na nossa Constituição de 1988 graças a Parlamentares que tivemos nesta Casa, a exemplo do Deputado Federal mais votado do Brasil, que coordenou os trabalhos relativos aos direitos sociais, que foi Luiz Inácio Lula da Silva, nosso grande líder; graças aos Deputados Federais sergipanos José Queiroz da Costa e Acival Gomes e tantos outros Parlamentares que não se uniram ao Centrão, que não se uniram aos golpes e lutaram para fazer essa Constituição, a Constituição Cidadã, coordenada por Ulysses Guimarães, com a participação de tantos homens e mulheres da luta democrática.

A luta dos movimentos sociais, do movimento sindical e do povo brasileiro e as pesquisas que estão sendo feitas mostram que precisamos urgentemente de eleições diretas e do direito de o Presidente Lula ser candidato, do direito de o Presidente Lula disputar as eleições, do direito de o povo brasileiro decidir.

Se tiver coragem, Presidente Michel Temer, faça um referendo sobre essas emendas que estão nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Muito obrigado, Deputado.



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de iniciar este discurso falando de três grandes personalidades que deram a vida na luta em defesa da classe trabalhadora.

Em nome dos movimentos sociais e trabalhadores do campo, falo de Irmã Dorothy, que há 12 anos foi assassinada covardemente por grileiros. Ela foi exemplo de luta na defesa do povo trabalhador do campo, dos quilombolas e indígenas. Era uma estrangeira mais brasileira do que os querem tirar os direitos do nosso povo.

Em nome da luta dos revolucionários na América Latina, homenageio Camilo Torres, símbolo de luta na defesa da classe operária, das comunidades pobres urbanas, dos povos indígenas, dos camponeses. Foi fundador do movimento Frente Unida e integrante do Movimento Exército de Libertação Nacional e, no dia 15 de fevereiro de 1966, morreu em combate com as forças reacionária do governo Colombiano.

Em nome dos Parlamentares combativos da Esquerda brasileira, lembro o ex-Deputado Federal Carlos Marighella, filho de imigrante italiano e de mãe baiana, filha de escravos, que foi preso e torturado pela ditadura do Estado Novo. Depois eleito de Deputado Federal, em 1946 e, embora tenha perdido o mandato pela proscricção do Partido Comunista, continuou sua militância em defesa de melhores condições de vida para o povo brasileiro. Foi assassinado por agentes do DOPS em 1964, deixando um legado de resistência e luta.

Falo agora da crise ética no País.

Nunca antes, na história, o Brasil viveu uma crise ética da magnitude da que estamos vivendo hoje. Um golpista, sem apresentar um projeto de Nação, sem



submeter as suas propostas à sociedade, impõe ao nosso povo uma série de reformas que nos levará de volta a uma desigualdade social que vínhamos pouco a pouco superando, com o resgate de mais de 14 milhões de brasileiros da situação de miséria.

Este Governo submete o Brasil aos objetivos corporativos de empresas nacionais e internacionais, em um país onde parte hegemônica da imprensa entreguista distorce fatos e passa a omitir informações ou divulgar versões mentirosas de fatos, como vem fazendo a cada momento em que a notícia não interessa aos seus financiadores.

Este Governo montou com seus aliados uma trama que levou à deposição de uma Presidente honesta e trabalhadora, tirada do Poder à força por um Congresso conservador, com o voto da maioria dos que compõem esta Casa e que votaram pela quebra do processo democrático, como se estivessem votando contra a corrupção.

Esses mesmos Parlamentares defendem um Governo corrupto, composto de uma maioria de Ministros citados em delações e respondendo a processos por supostas atitudes desonestas. Defendem também a indicação do Governo, para o Supremo, de um seu ministro, filiado ao principal partido de sua base. Estou falando de um cargo permanente, que exigirá do indicado a isenção de juiz — aliás, a quebra da institucionalidade está mexendo também com a isenção exigida aos juízes.

Vivemos uma situação de grande risco. A crise da segurança no Espírito Santo não é uma coisa isolada; é resultado da política recessiva imposta, com a submissão dos Estados a uma cartilha de arrocho que vem provocando a quebra de



contratos e a falta de pagamento dos servidores que estourou nas polícias e se alastrará por todas as categorias e que, certamente, não ficará restrita aquele Estado.

Essa crise é também reflexo da quebra de legalidade constitucional promovida por esse Governo e pelos seus aliados e que vem abrindo as portas para os grupos criminosos agirem sem preocupação e levando também cidadãos de bem a atitudes que não teriam em momentos de legalidade institucional. O estado de exceção permite, assim, que cada um se sinta autorizado a também romper os princípios da ética, já que isso deixou de ser regra no País.

Nossas conquistas históricas descem pelo ralo.

Nunca vimos uma desfaçatez tão grande; nunca vimos de forma tão escrachada a apropriação dos destinos de nossa Nação por um grupo que foi imposto por este golpe consolidado no ano passado.

É revoltante ver que conquistas históricas estão indo pelo ralo.

Para falarmos de conquistas do nosso povo obtidas num tempo mais recente, podemos pensar na Constituição de 1988. O período anterior a ela ficou marcado na trajetória constitucional brasileira pela sua inovadora abertura à ampla participação popular, motivada pelo anseio de redemocratização do país.

Como consequência, embora algumas críticas possam ser feitas ao texto, o que ficou claro é que a Constituição Federal de 1988 teve uma especial atenção com a garantia dos direitos fundamentais do cidadão, resultado da interferência da sociedade organizada no processo constituinte.

A consolidação dos direitos constitucionais se deu com Lula.



Demoramos muito para construir este processo, passamos um tempo para poder respeitar a Constituição de forma integral, o que só foi feito com a chegada à Presidência da República de um homem saído do povo, do chão da fábrica, um operário que resolveu fazer valer os direitos dos excluídos da nossa sociedade. Só com Lula as garantias e os direitos fundamentais passaram a ser respeitadas em nosso País.

E aí vem o golpista que se vangloria de ter acabado com tudo isso em menos de 1 ano pretendendo completar a sua obra maquiavélica e jogar no lixo todas as conquistas sociais que custaram suor, sangue e lágrimas de muitos brasileiros.

A quem serve este Governo? Para quem trabalha este Governo?

Quem está por trás de suas propostas e ações está bem claro: as grandes empresas internacionais, o capital brasileiro, o agronegócio, os bancos e as empresas de comunicação mandam no País e têm seus representantes atuando de forma organizada neste Parlamento.

O Governo golpista de Temer e seus aliados mais fiéis do PMDB, do DEM, do PSDB e do PPS, bem como seus puxadinhos, desrespeitam a nossa Constituição para implementar esta política de terra arrasada que vivemos.

A nossa Carta Magna define que os atos normativos infraconstitucionais e administrativos de autoridades públicas não podem desrespeitar nem negar eficácia aos direitos sociais, com o Estado garantindo os direitos e dando um tratamento prioritário aos cidadãos e famílias mais vulneráveis, equacionando o problema da pobreza.

Este Governo golpista vem fazendo exatamente ao contrário. Escolheu como foco de suas ações o desrespeito aos direitos dos mais pobres; escolheu romper o



processo de superação das desigualdades sociais no Brasil; e caminha a passos rápidos no sentido de reverter esta situação, de concentrar mais a renda e de levar de volta à condição de miséria os mais de 14 milhões de pessoas que saíram desta situação nas últimas décadas.

Os instrumentos da maldade.

A PEC do Teto, mais conhecida como “a PEC da Morte” aprovada no Congresso bloqueou gastos da saúde, educação e seguridade social em níveis inconcebíveis, colocando toda uma geração futura sob o risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais, ou mesmo de não recebê-la, ficando a mercê da caridade pública.

Outra maldade dessa proposta é que o limite de custeio e investimento não se aplica aos gastos financeiros. Ou seja, esse ato do Governo golpista não limita gasto com os bancos, com a rolagem da dívida e nem com o aumento de patrimônio dos ricos.

A PEC da Previdência, que também pode ser chamada de A PEC da Morte 2, vai ao contrário do conceito constitucional que diz que *“a Previdência Social visa à proteção do cidadão quando da perda, temporária ou permanente, da sua capacidade de trabalho”*. Diz ainda que *“o Estado, a partir da assistência social, deve ter o objetivo de prover o atendimento das necessidades básicas dos cidadãos mais humildes, criando condições para a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e à pessoa portadora de deficiência, independentemente de contribuição à Seguridade Social, sob pena de incorrer em omissão manifestamente inconstitucional”*.



Não há Previdência descolada da seguridade social. Se nós seguirmos exatamente as fontes de financiamento, veremos que não há esse déficit que o Governo exhibe, mesmo ele tendo aumentado entre 2010 e 2015.

Os efeitos futuros da proposta da reforma da Previdência são desastrosos. Igualar a idade mínima de 65 anos para aposentadoria de homens e mulheres e abranger categorias como professores e trabalhadores rurais, que antes se aposentavam com idade inferior. A medida acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição e implica que cada trabalhador terá que fazer no mínimo 300 contribuições. Além disso, desvincula do salário mínimo os benefícios pagos pela Previdência.

A reforma é ruim para os homens e muito pior para as mulheres, já que a proposta vai na contramão do reconhecimento da sobrecarga de trabalho e das responsabilidades historicamente imputadas às mulheres, propondo igualar a idade mínima para a aposentadoria de homens e mulheres, trabalhadores (as) rurais e urbanos, em 65 anos, com 25 anos de contribuição. Dessa forma, as trabalhadoras rurais, por exemplo, que até agora se aposentavam com 55 anos, precisarão trabalhar pelo menos 10 anos a mais.

Equiparar a idade de homens e mulheres para aposentadoria é desconsiderar a tripla jornada de trabalho das mulheres, que garantem a realização do trabalho doméstico e de cuidados outros, além da reprodução da força de trabalho.

A reforma trabalhista que tramita nesta Casa é outro descalabro, pois tira a força dos sindicatos e submete trabalhadores a regimes de trabalho extenuantes e à quebra de regras consolidadas na nossa legislação. Enterra a Consolidação das



Leis dos Trabalhos e deixa os trabalhadores desamparados e totalmente na mão dos patrões, cujo único compromisso é com o aumento dos lucros.

Esta reforma, como diz Marilena Chauí, faz parte de uma ideologia neoliberal que transforma direitos em serviços, tratando o indivíduo como uma empresa que vai procurar o empregador portando o seu diploma, o seu seguro saúde e o seu plano de previdência privada. Faz um curso de gestão, ganha um terno e uma gravata e se apresenta para o emprego com custo zero para a empresa e para o Governo.

Essas medidas trazem a perda da noção de classe e um processo de meritocracia enganosa, já que tornam o individualismo a base para as oportunidades no mercado.

A privatização de empresas estatais também desonera o Governo e promove a degradação de serviços públicos para as populações mais pobres. Além disso, joga o trabalhador na mesma lógica neoliberal do empregador privado.

Hoje, em Sergipe, temos um embate dos trabalhadores contra a privatização da Companhia de Saneamento de Sergipe, a DESO, com financiamento do BNDES a grupos privados para compra daquela empresa.

Aproveito para solidarizar-me com todos os trabalhadores da DESO, empresa estratégica para a prestação dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário, fundamental para o Estado e para o nosso povo.

Não é possível pensar em uma sociedade mais justa e digna, com o Estado efetivando os direitos e equacionando o problema da pobreza, com essas medidas tão lesivas aos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras e da sociedade.

A quebradeira dos Estados e a seca no Nordeste.



Os Estados brasileiros estão numa quebradeira geral, e os que fazem parte da Região Nordeste são os que mais sofrem, pois historicamente necessitaram da presença do Governo Federal para a implantação de obras estruturantes.

Em Sergipe vivemos atualmente o sexto ano de uma seca, e 28 Municípios já tiveram decretado estado de emergência. São eles: Carira, Graccho Cardoso, Itabi, Macambira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Ribeirópolis, Cedro de São, Propriá, Porto da Folha, Simão Dias, Poço Verde, Moita Bonita, São Miguel do Aleixo, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Gararu, Feira Nova, Cumbe, Canindé de São Francisco, Pedra Mole, Canhoba, Nossa Senhora das Dores, Monte Alegre de Sergipe, Aquidabã, Tobias Barreto, Japoatã. Há, ainda, dois Municípios aguardando o decreto de estado de emergência. São eles: Tomar do Geru e Riachão do Dantas. Milhares de pessoas estão vivendo em situação precária, sem água para beber, plantar e cuidar dos animais.

E por que não se veem os saques tão comuns em outras épocas? O cenário mudou por conta da expansão das políticas sociais, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos, o programa de construção de cisternas e dos recursos advindos dos pagamentos de benefícios e aposentadorias, notadamente as rurais. Com o fim dessas políticas ou o corte drástico de suas concessões e aplicações, que quadro futuro nos espera?

Este é um Governo sem propostas para os mais pobres.

Tivemos na semana passada uma audiência com o Ministro da Integração Nacional, juntamente com os Prefeitos da região seca do Estado, e saímos de lá sem propostas objetivas. Acenam-nos com o atendimento de carros-pipas, mas com nada de estruturante, como a limpeza e a preparação de barragens, a construção de



mais cisternas ou qualquer outra proposta que aponte para uma solução mais definitiva para o problema.

Para onde caminhamos?

Nos demais Estados o quadro é semelhante, e, em todos, não só na nossa região, teremos um ano tumultuado de greves e motins que levarão o País à beira do colapso, caso os golpistas mantenham o apetite de avançar sobre os direitos do nosso povo, de tirar os direitos dos indígenas, de desrespeitar as regras ambientais e de criminalizar todos os movimentos sociais, como vem fazendo.

A CPI da FUNAI/INCRA não tem outro objetivo que não o de oferecer aos ruralistas um fórum para realização de suas maldades contra os indígenas e os sem-terra de nosso País.

A criminalização dos movimentos sociais.

A necessidade de reformas estruturais e de uma reforma agrária que garanta terra para quem nela trabalha é urgente. Precisamos fechar trincheiras contra a MP 759/16, que provoca um grande retrocesso no programa de reforma agrária e propõe uma regularização fundiária rural e urbana que avança sobre terras públicas, favorecendo unicamente o capital.

Fortalecimento da luta dos trabalhadores.

Temos que fortalecer a luta de todos os trabalhadores do campo e da cidade contra a reforma da Previdência, que, além de cortar benefícios e inviabilizar as aposentadorias, levará a uma quebradeira geral 70% dos nossos Municípios, principalmente os menores.

Sem a volta à normalidade democrática, sem eleições diretas e sem a reconstrução de um pacto social, podemos chegar a um nível insuportável de



convivência social. Daí, o nosso entendimento de que devemos antecipar as eleições diretas, para que seja devolvido ao povo o direito de escolher os seus representantes. Essa é a única forma de voltarmos à normalidade democrática.

O medo de que Lula volte à Presidência em 2018 está provocando uma verdadeira união dos empresários, da imprensa corrompida, do Governo e de setores da Justiça que não perdem tempo em buscar criminalizá-lo e afastá-lo do processo eleitoral.

Até onde vai a paciência do nosso povo?

Sinceramente, não sei até onde irá a paciência do nosso povo, ao ver tanta mentira e a pressa com que Temer quer tirar todos os seus direitos e se apropriar de todos os bens do País.

Retomada dos destinos do País.

A nossa luta, junto com os movimentos sociais, com os trabalhadores do campo e das cidades e com suas representações, será a de retomar o processo democrático e eleger de forma direta um Presidente que tenha compromisso com o Brasil e com seu povo. Podemos resumi-la em alguns pontos.

O primeiro deles é retomar o papel do Estado, fazendo com que todo o seu aparato se coloque a favor da sociedade como um todo, e não apenas de uma burguesia que pretende se apropriar de todas as suas riquezas.

O segundo: rever o programa de entrega do nosso patrimônio às empresas nacionais e internacionais; retomar a proposta original do pré-sal, com a destinação de seus resultados para a saúde e educação, como proposto originalmente.

O terceiro: retornar os investimentos públicos e permitir que a economia volte a crescer com mais créditos e mais empregos.



O quinto: fazer uma auditoria da dívida pública e renegociar a sua liquidação em bases transparentes, reais e justas.

O sexto: retomar o protagonismo na busca da unidade sul-americana, quebrada por este Governo, pelo o seu chanceler, que se propôs a ficar de joelhos para os Estados Unidos.

O sétimo: retomar o investimento público em obras e estruturas, como estradas, ferrovias e abastecimento de água e energia, que permitam o crescimento do nosso parque industrial e deem melhores condições para o escoamento da produção.

O oitavo: estancar a reforma trabalhista e a da Previdência que estão propostas, pois se, em curto prazo, elas podem beneficiar os empresários, ao longo dos anos, vai tirar do mercado consumidor milhões de brasileiros que serão excluídos do processo de desenvolvimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil precisa se mobilizar, e a maioria da nossa população, se conscientizar que eleger um Presidente como Lula é trazer de volta o desenvolvimento com inclusão social, tendo também o entendimento que isso só não basta. É preciso que o nosso povo saiba que o golpe institucional aplicado no Brasil foi construído pelas elites econômicas, mas foi consolidado por esta maioria conservadora eleita para o Congresso Nacional.

Temos várias frentes de luta, seja nos sindicatos, nos movimentos sociais, nos Municípios e em todos os Estados, contra todas as medidas que estão sendo tomadas.

Teremos grandes mobilizações durante o mês de março, começando no dia 8 (Dia Internacional da Mulher), quando faremos a mobilização de todas as mulheres



contra este Governo e todas as suas maldades. No dia 15 de março, teremos o Dia Nacional de Lutas contra a Reforma da Previdência. Já no dia 31 de março (o fatídico dia do golpe militar) teremos um dia de luta com a bandeira *Fora, Temer*.

Assim, conclamamos todas as pessoas comprometidas com a democracia e com os princípios de igualdade e solidariedade a juntarmos mãos e mentes em favor da democracia e da retomada dos nossos direitos e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Vamos à luta! Venceremos!

Durante o discurso do Sr. João Daniel, o Sr. Carlos Manato, 4º suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Fraga, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Misael Varella.

O SR. MISAEL VARELLA (DEM-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, companheiro Deputado Alberto Fraga, Sras. e Srs. Deputados, a crise na segurança pública reacende um questionamento: quando iremos retomar a lógica de defender o cidadão de bem?

Não entro no mérito da greve dos policiais, que merecem melhores condições de trabalho; tampouco nos abusos deste movimento grevista, que devem ser punidos com rigor, mas sim na necessidade de aperfeiçoar e revogar o Estatuto do Desarmamento, para que crises como essa não afetem a fragilidade de um povo que não tem o mínimo direito à defesa.

Solicito a V.Exa. que considere meu pronunciamento como lido e autorize sua divulgação pelos meios de comunicação da Casa e no noticiário *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - V.Exa. será atendido regimentalmente.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a crise na segurança pública reacende um questionamento: quando iremos retomar a lógica de defender o cidadão de bem? Não entro no mérito da greve dos policiais, que merecem melhores condições de trabalho; tampouco nos abusos deste movimento grevista, que devem ser punidos com rigor, mas sim da necessidade de aperfeiçoar e revogar o Estatuto do Desarmamento para que crises como esta não escancarem a fragilidade de um povo que não tem o mínimo direito à legítima defesa.



Quando se fala em revogar o Estatuto do Desarmamento, não quer dizer que cidadãos comuns sairão às ruas atirando para todos os lados. Trata-se simplesmente de desburocratizar o acesso e o porte legal de armamento e munições, delimitando os necessários requisitos e restrições.

Novas leis podem, inclusive, reduzir o comércio ilegal de armas, uma vez que a sociedade encontra dificuldades em obter ou renovar o registro e porte. Nossa população de bem vem pagando uma pena muito maior que a de bandidos condenados e nós, como representantes do povo, não podemos fechar os olhos para essa injustiça.

Infelizmente, criou-se uma cultura de defesa dos criminosos, sob o argumento de garantia de direitos humanos. Ora, sou totalmente favorável a que a população carcerária goze de condições para o cumprimento digno de sua pena e a políticas de ressocialização, incluindo políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social, que podem prevenir e tirar nossos jovens do caminho do crime.

Porém, é importante resgatar em nossa sociedade o respeito pelo povo. Ao Estado cabe regular e avaliar as condições de quem requisitar o acesso e o porte de armas. A decisão final deve ficar a cargo do cidadão, que pode escolher a maneira como quer se sentir mais seguro.

Tenho dito.



O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, por 1 minuto.

O SR. LUIZ SÉRGIO (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na terça-feira, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ, artistas, estudantes e professores fizeram um grande ato pela democracia e em favor daquela instituição, já que, pela quinta vez, o ano letivo é adiado.

O Governo do Estado não pode liquidar a esperança de milhares de jovens que conquistaram o direito de cursar naquela Universidade.

Sr. Presidente, milhares de jovens estão para concluir o curso universitário, e hoje esse adiamento gera enorme angústia e dúvida, que o Governo do Estado do Rio não esclarece. O Estado do Rio de Janeiro não tem o direito de liquidar a esperança desses jovens.

Nós precisamos defender que a Universidade volte a funcionar, que o ano letivo inicie, que os estudantes possam concluir os cursos e que a esperança, a alegria do entra e sai de estudantes, a algazarra positiva que é peculiar da juventude possa ecoar naqueles prédios da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) – Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Caetano, por 1 minuto.

O SR. CAETANO (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no próximo dia 14 de março, entra em vigor a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC que permite às companhias aéreas cobrarem pelo despacho das bagagens dos passageiros em voos comerciais.

Além de absurda, essa medida sacrifica milhões de brasileiros que necessitam do serviço aéreo nacional, já complicado, ruim, com constantes aumentos de tarifas.

O Senado Federal já aprovou decreto legislativo sustando essa resolução da ANAC. Agora, estamos apenas aguardando que a Presidência desta Casa o coloque em pauta.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que solicite ao Presidente desta Casa, o Deputado Rodrigo Maia, que coloque em pauta essa matéria, para que possamos acompanhar a decisão do Senado. O povo brasileiro não tem que pagar esse absurdo de tarifa nos voos comerciais deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - V.Exa. será informado, com certeza.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no próximo dia 14 de março entrará em vigor uma resolução da ANAC que permite às companhias aéreas realizar cobranças sobre as bagagens dos passageiros nos voos comerciais.



Além de absurda, essa medida sacrifica milhões de brasileiros que necessitam do serviço aéreo nacional, já escorchado com os constantes aumentos das tarifas.

O Senado Federal já aprovou um decreto legislativo sustando essa resolução da ANAC. Estamos apenas aguardando a Presidência da Câmara coloque em pauta esse decreto.

Presidente Rodrigo Maia, faço aqui da tribuna um apelo a V.Exa. para colocar em votação esse decreto legislativo, a fim de preservar os interesses do povo brasileiro e manter a situação atual. Hoje é permitida a cobrança apenas sobre a bagagem que excede a franquia de 23 quilos por passageiro.

Em meio à crise econômica vivida hoje em nosso País, não há justificativa plausível para impor mais esse sacrifício à população brasileira.

Fica registrado aqui o meu protesto e a minha solicitação ao Presidente da Câmara para votarmos esse decreto legislativo já aprovado no Senado, impedindo essa cobrança indevida sobre bagagens aos passageiros das companhias aéreas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Marcus Vicente.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que dê como lido discurso que faço sobre a segurança pública no Estado do Espírito Santo e que seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Deputado Marcus Vicente, V.Exa. será atendido.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, todos que nos acompanham pelos canais de comunicação da Câmara dos Deputados, boa tarde.

Ontem o Espírito Santo continuou a viver momentos de terror, com um caminhão e ônibus incendiados, acreditamos, ainda em virtude da paralisação da Polícia Militar. Uma imagem em especial nos chocou a todos: com os braços ensanguentados, marcados pela tortura, o Frei Pedro Engel, um dos guardiões do Convento da Penha, de 80 anos, foi amarrado, enquanto criminosos fugiram com o dinheiro das ofertas arrecadado nas missas.

Este meu pronunciamento, senhoras e senhores, é em solidariedade ao religioso, que sofreu ontem com este roubo, e também a todas as famílias, principalmente da periferia, que sofrem diariamente com a violência, já que a greve não cessou.

O Governo Estadual precisa reabrir um canal de negociações. A bancada federal capixaba está à disposição para auxiliar nesse caminho, caso haja



necessidade, a fim de poupar os capixabas de mais cenas de violência desmedida, de novos casos de barbárie.

Dois mil servidores da PM na rua, o Exército e a Força Nacional garantiram alguma melhora. Esses homens são um paliativo, mas não substituem os mais de 10 mil da corporação capixaba, que sempre prestaram bons serviços à população.

Desde o dia 6 de fevereiro, quando foi deflagrado o movimento que deixou as ruas capixabas sem policiamento militar, estivemos em Brasília, nos Ministérios, e em interlocução com a Presidência da República, buscando reforços em recursos humanos que pudessem mitigar essa ausência do efetivo policial.

Agora é hora de chegar a um bom termo, de trazer de volta a PMES ao trabalho, de garantir um acordo que devolva normalidade à vida dos capixabas. Toda a sociedade roga por paz, e somente as partes envolvidas podem chegar a esse entendimento.



O SR. PRESIDENTE (Alberto Fraga) - Concedo a palavra ao Deputado Silas Freire.

V.Exa. dispõe de 25 minutos.

O SR. SILAS FREIRE (PR-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Alberto Fraga, Sras. e Srs. Deputados, ao completar meus 2 primeiros anos na Câmara dos Deputados, cheguei à conclusão de que a população lá fora cria expectativa sobre a nossa participação no Parlamento. E muitas vezes não conseguimos atender à expectativa do eleitorado que nos traz para esta Casa.

Vou fazer uma pequena recapitulação desses 2 anos em que estou nesta Casa. Vim para cá com alguns propósitos. Um deles foi o de lutar pela regularização da redução da maioridade penal. Por quê? Porque a criminalidade infanto-juvenil estava imperando à época e continua imperando no Brasil. Pode-se até perguntar: *“E se os menores estivessem presos no sistema prisional agora, com toda esta crise?”* Primeiro: a lei aprovada nesta Casa, que ainda não foi a ideal, não levaria os menores criminosos que praticaram crimes hediondos diretamente para essas penitenciárias. Eles seriam separados.

Continuo defendendo a redução da maioridade penal, Sr. Presidente, como uma regra: cometeu crime hediondo, nem que seja de fraldas, tem que pagar por ele.

Penalizando os menores que adentram o crime todos os dias, não só pelas questões sociais, mas também pela sensação de impunidade, nós poderíamos evitar que eles virassem massa de manobra, quando maiores, dentro dos presídios. A maioria desses recém-maiores que adentram as penitenciárias do Brasil são escravos das drogas e massa de manobra das chamadas quadrilhas e dos grupos



organizados. Agora eles é que são colocados como escudos nas manifestações criminosas dentro dos presídios brasileiros.

Sr. Presidente Alberto Fraga, nós já havíamos detectado, na CPI da Carceragem, que os presídios brasileiros estavam sob o comando das facções criminosas. Detectamos naquela CPI tão bem dirigida por V.Exa. que o Estado havia perdido o comando da população prisional do País. Detectamos naquela CPI, para a qual o Brasil resolveu fechar os olhos, que uma massa de manobra estava à disposição das facções criminosas dentro dos presídios. Isso que acontece hoje não é novidade, principalmente para esta Casa, na qual há dezenas de Parlamentares ligados à área da segurança pública, que conhecem profundamente o caos em que a segurança pública está mergulhada, que apontam a sua ferida, que apontam a solução, mas infelizmente não são ouvidos. Por isso eu iniciei o discurso dizendo que nós frustramos a população que nos traz para cá. Muitas vezes não conseguimos atender às suas demandas.

Ainda espero que nós cobremos do Senado Federal uma decisão a respeito da proposta de redução da maioria penal votada nesta Casa. Que ela seja votada no Senado. Que o Senado a aprove ou não. Que a reprove. Sabemos que o Senado defende, na sua grande maioria, a reformulação do Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA. Para nós, isso não resolve. Mas os Senadores precisam levar a matéria à votação, e não sentar em cima, como sentaram em cima da proposta de redução da maioria penal. Precisamos disso.

Quando eu vim para esta Casa, trouxe uma bandeira de luta: a de acabar com a brincadeira com a cara dos concursados, Deputado Delegado Edson Moreira. Hoje, no Brasil, se você passa num concurso público, leva meses ou anos para ser



chamado e nomeado. Os governos brincam de concurso público, eles brincam com a cara daqueles que queimam livro a noite inteira, que dispensam a última casinha que têm, o último animal que têm no interior para pagar pela formação dos seus filhos, para que passem em concurso público. E muitos deles são aprovados, comemoram e são frustrados, porque não são nomeados.

Nós precisamos encontrar uma fórmula, dentro da lei, para que essa brincadeira com a cara do brasileiro que procura a estabilidade do serviço público seja encerrada. Nós também temos proposição sobre isso nesta Casa.

Voltando a falar da segurança pública, para conceder um aparte ao Deputado Delegado Edson Moreira, especialista na área, que se faz presente neste plenário, pergunto: quantas vezes nós discutimos aqui, Delegado, o financiamento da segurança? Não adianta ficar dizendo que a Polícia Militar é indisciplinada, não adianta ficar dizendo que a Polícia Militar quer fazer greve, não adianta ficar dizendo que o Governo é isso ou que o Governo é aquilo, se não houver financiamento. Segurança pública só se faz com financiamento. Esta é a grande verdade.

Eu propus nesta Casa, quando os *royalties* do petróleo eram o ouro, eram a princesa do País, que nós dispensássemos o percentual para a segurança, embora de forma temporária, na redivisão, que ainda hoje está judicializada, apenas para a educação e para a saúde, e que incluíssemos um percentual menor para a segurança, para que chegássemos a alcançar o sonho do melhor salário para o policial ostensivo deste País pelo menos, que é a Polícia Militar, que ganha mal, que não ganha bem no Brasil inteiro. Essa é a grande verdade.

Nós precisamos identificar esse financiamento, seja com os *royalties* do petróleo, que já não são mais aqueles diamantes, seja com o dinheiro da



repatriação, que esta Casa aprovou, seja com a legalização dos jogos. Precisamos dizer: *“Este dinheiro serve para financiar a segurança”*. Com esses recursos, as forças de segurança pública terão um plano de cargos e salários, para que nós não passemos mais pelo que passamos hoje no País.

Eu concedo um aparte ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O Sr. Delegado Edson Moreira - Deputado Silas Freire, parabéns pelo tema que aborda. V.Exa. pôs o dedo na ferida. Por quê? Nós aprovamos aqui na Câmara a redução da maioria penal para crimes hediondos. A matéria foi para o Senado, e ninguém tomou conhecimento. Quer dizer, o Senado não está nem aí para a população brasileira, quer saber apenas de presídios que deverão ser construídos. Primeiramente, é preciso dizer que a segurança pública está explodindo no País, que há mortandade, carnificina nos presídios. E, o que é pior, o Estatuto do Desarmamento, que serve para defender o cidadão, está parado aqui na Câmara. A Comissão Especial o aprovou, mas até agora o Presidente não o colocou em votação, para ser renovado. E a população está decaindo. Para que V.Exa. tenha uma ideia, incendiaram 25 ônibus na Região Metropolitana de Belo Horizonte porque a polícia fez uma grande apreensão de drogas em Sarzedo, Município pequeno da Região Metropolitana. Pegaram 15 pessoas que estava ateando fogo nos ônibus — nove eram menores. De 50% a 60% dos crimes violentos no País são cometidos por menores. Então, tem que ser feita alguma coisa. V.Exa. tocou na ferida e foi feliz no tema que escolheu. Parabéns!

O SR. SILAS FREIRE - Obrigado, Deputado.

Pode-se continuar perguntando: *“Com os presídios lotados, onde nós colocaríamos os menores delinquentes que cometem crimes hediondos?”* Eu repito:



a lei que nós aprovamos nesta Casa não os colocaria nesses presídios. Os menores que cometem crimes hediondos serão os jovens adultos que se transformarão em massa de manobra das quadrilhas e das facções dentro dos presídios amanhã. É por isso que elas conseguem verdadeiros exércitos, porque os menores são criminosos motivados pelo combustível da impunidade. Chegam lá através do tráfico, porque se tornam escravos da droga, escravos químicos, e lá dentro se tornam escravos das facções, que os usam como verdadeiros escudos.

Este momento pelo qual passam os presídios brasileiros serve também para pensarmos em como ressocializar os presos. Existem aqueles que querem se ressocializar, mas existem aqueles que não querem se ressocializar. Nós precisamos abrir os olhos para isso.

Hoje o detento brasileiro encontra na lei feita nesta Casa a oportunidade de obter direito a saídas temporárias. Embora reincidente, embora cometa novos crimes e volte para o serviço prisional, ele recebe nova oportunidade de seguir a fila para conseguir novamente concessões.

Eu tenho nesta Casa também proposta sobre o fim das oportunidades para aqueles presos reincidentes no crime dentro do serviço prisional. Quem quer se ressocializar não pratica reincidência, quem quer se ressocializar agarra a primeira oportunidade que lhe aparece.

Quero falar também, Sr. Presidente, dos momentos difíceis que este País vive. Também vivi, nesses 2 anos aqui, a disputa política que começou logo depois da eleição geral, entre Oposição e Situação. Vivi nesta Casa, nesses 2 primeiros anos em que aqui estou presente, o acirramento de ânimos entre Situação e Oposição, que, é claro, não levou este País ao buraco, mas colaborou para isso. Vivi



nesta Casa o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, a Presidente que teve o mandato cassado por esta Casa, cassação que foi confirmada pelo Senado. E, como o povo escolheu os representantes que cassaram o seu mandato, eu não vou discutir quem a levou à cassação ou quem cassou. Mas faço uma pergunta: se cassamos o mandato da Presidente Dilma é porque tínhamos a solução para este País. Mas ainda não a encontramos. Torcemos muito para que o atual Governo, Governo que é apoiado pelo meu partido, pelo partido do qual faço parte, acerte ou pelo menos erre menos, porque tem errado demais. Enquanto corremos atrás da recuperação dos empregos, o Ministro mais forte do Governo, numa palestra pública, diz que trocou cargos por votos.

Nós estamos perdendo tempo com besteira. Ora, os mais experientes políticos estão tropeçando nos próprios dedos, estão cometendo erros infantis, em vez de olhar para a frente.

Eu não quero atirar pedras no Governo. Eu acho que, embora conviva com a sombra da Operação Lava-Jato — e não é fácil conviver com a sombra de uma investigação como essa —, ele busca, sim, a solução para este País, ele busca soluções econômicas, sim. Melhorou? Ainda não vi melhoras. Estagnou? “Ah! Mas os juros diminuíram. A inflação está caindo.” O juro real não diminuiu. O juro real, quando se retira a taxa SELIC, quando se retira a inflação, hoje é de mais de 7%, muito maior do que em 2016. Vamos abrir os nossos olhos. Precisamos melhorar? Sim, senhor. Precisamos. Ainda não melhoramos, ainda não demos passos largos.

Então, vamos suspender um pouco a prática da política pela política para cuidar deste País. Nós estamos fazendo única e exclusivamente política neste País.



Muitos, quando não estão tentando fugir das mãos de uma investigação nacional como é a Lava-Jato, estão fazendo meramente política por cargos.

Nós temos que enfrentar a dificuldade que estamos vivendo. O desemprego chega à casa dos milhões de trabalhadores. Não podemos nem nos dar ao luxo de dizer que só com a estagnação da taxa de desemprego já estamos felizes. Não. Porque, se ela estagnar, vai parar em 12,5 milhões de desempregados. Isso não nos serve. Temos que chegar à diminuição da taxa de desemprego.

É hora de Situação e Oposição esquecerem o ódio e deixarem as investigações da vida correrem. Que sejam pegos nas investigações, mas vamos olhar para o País, senão este País vai acabar! Prestem bem atenção: se nós formos ligar só para a Lava-Jato e para a política, este País vai acabar.

Pois não, Deputado Alberto Fraga.

O Sr. Alberto Fraga - Meu querido amigo Silas Freire, eu queria parabenizá-lo pela lucidez do seu discurso. O seu discurso é tão importante e tão necessário que conseguiu até prender a atenção do nosso Presidente, o Deputado Rodrigo Maia. V.Exa. está sendo prestigiado por S.Exa., que, na Presidência da sessão, está ouvindo o seu discurso. O que V.Exa. fala são coisas óbvias, claras, mas, para elas, lamentavelmente, parece que os nossos governantes ficam cegos, ficam surdos — mudos, não, porque falam muitas bobagens. Veja que agora estão anunciando o nome do Ministro da Justiça. Se for Carlos Velloso, eles têm todo o nosso apoio. Nós fomos lá pedir a criação do Ministério da Segurança Pública, e estão falando em indicar José Mariano Beltrame para Ministro da Segurança Pública. Ele gastou 36 bilhões de reais no Rio de Janeiro e deixou a segurança pública naquela desgraça que está lá. Eu acho que, se os governantes não ouvirem aqueles que têm domínio



sobre determinados assuntos, estarão fadados ao fracasso. Estamos aqui porque fomos eleitos pelo povo e temos as nossas bandeiras. Cada um defende aquilo que conhece. Não podemos botar o chapéu onde não conseguimos pegar. Então, parabênizo V.Exa. pela lucidez com que abordou fatos da CPI do Sistema Carcerário, de que participou. Detectamos todos aqueles problemas. Dissemos: “*Vai acontecer*”. E está aí a prova. O Ministro da Justiça, quando assumiu, anunciou medidas e ignorou totalmente o trabalho que fizemos durante 6 meses. Parabênizo V.Exa. pela coragem e pela qualidade do seu discurso.

O SR. SILAS FREIRE - Muito obrigado, Sr. Deputado. Incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento.

Já me encaminhando para o final do meu pronunciamento neste Grande Expediente, volto a dizer que precisamos enfrentar as dificuldades do País. Sem querer ser repetitivo, temos que apoiar as investigações, mas não viver só em função delas, porque, senão, este País vai parar. Esta Casa precisa andar, o Senado precisa andar, o País precisa sobreviver.

Sr. Presidente, nós temos duas reformas importantíssimas para o País. Quem disser que não temos que reformar o modelo da Previdência Social do País está completamente cego, e quem disser que a reforma da Previdência Social deste País é esta que o Poder Executivo mandou não está cego, não, está louco, está maluco.

Nós precisamos fazer, sim, uma reforma, precisamos, sim, enxugar a nossa Previdência, mas não da forma como foi proposta, sem respeito às categorias e às regionalidades, misturando-se alhos com bugalhos, tirando-se direitos do homem do campo, diminuindo-se direitos da mulher. Eu acho que não é por aí. Mas também não se pode fechar os olhos e dizer que não precisamos fazer a reforma.



Precisamos encontrar o meio-termo, uma reforma que dê garantias ao País para fazer novos investimentos, uma reforma que dê garantias aos trabalhadores que sonham com uma aposentadoria tranquila.

Vem também a reforma trabalhista. Que nós encontremos um caminho que não desfavoreça tanto aqueles que há anos trabalham, que não tire direitos daqueles que já trabalham muito neste País, mas que também incentive a abertura de novos postos de trabalho, que tire a carga tributária da mão do empresário, essa responsabilidade trabalhista que assusta muitas vezes, que parece um fantasma — *“Ah Eu não vou abrir empresa porque ter empregado para mim é um terror”*.

Então, nós precisamos ter cautela. Vamos exaurir os debates, vamos conversar, vamos debater, vamos esconder ou tirar muitas vezes inclusive a nossa cor partidária e olhar para o verde-amarelo brasileiro. Não podemos fugir das reformas, mas também não podemos engolir uma reforma que seja um monstro.

Sr. Presidente, ainda tenho tempo, mas estamos próximos de alcançar o quórum. Quero apenas dizer que, na campanha de V.Exa. para a recondução à Presidência desta Casa, como jornalista, propus-lhe que os instrumentos de comunicação da Casa dessem mais espaço aos Parlamentares, que fosse criada uma programação regional. Cada um tem a sua região. As bancadas poderiam receber o seu material, produzido pela *TV Câmara*. Por exemplo, a minha bancada do Piauí poderia receber o material trabalhado pela minha bancada durante a semana ou quinzenalmente, para que nós tivéssemos a oportunidade de divulgar nas tevês das Assembleias ou mesmo em espaços conquistados por nós.



Admiramos e respeitamos muito o trabalho da *TV Câmara*, mas sentimos que, como órgão desta Casa, pode fazer mais para a divulgação do trabalho dos Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Silas Freire, o Sr. Alberto Fraga, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero registrar um falecimento.

V.Exa., tanto quanto eu, está absolutamente triste com o falecimento de Edson de Godoy Bueno, que tem uma história de vida no Estado do Rio de Janeiro, que construiu um patrimônio, que construiu a grande empresa que é a Amil, já vendida. Edson era uma dessas pessoas que amavam o Rio de Janeiro, que trabalhavam pelo Rio de Janeiro.

Eu queria agradecer — e tenho certeza de que falo em nome de V.Exa., Sr. Presidente, e da maioria da bancada do Rio de Janeiro, pelo menos em nome da Deputada Soraya Santos, do Deputado Simão Sessim e de tantos outros — a oportunidade da convivência com Edson Godoy e, especialmente, manifestar à sua família, a seus filhos e enteados todo o nosso carinho.

Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rendo minhas homenagens ao Dr. Edson de Godoy Bueno. Ele faleceu ontem, de repente.

A morte dele seria uma perda inestimável em qualquer ocasião da vida nacional, mas, neste momento, é uma grave ocorrência. O Brasil vive uma situação que reclama o exemplo de homens de nobres sentimentos e de capacidade de empreender e de amar o País.

O Dr. Edson Godoy tinha por índole essas qualidades. A sensibilidade para os negócios fez do principal empreendimento dele, a Amil, um caso de sucesso quase singular, num mercado de enormes dificuldades e num País que durante anos prezou pouco os empreendedores.

A razão do sucesso da Amil esteve não só na empatia dele com o risco e com a fé de ser possível empreender com seriedade absoluta e honestidade, como também no fato de que ele acreditava no seu trabalho e no das pessoas que com ele trabalhavam. Poucos talvez saibam, mas a atividade fundamental do Dr. Edson Godoy era o treinamento da sua equipe, dos trabalhadores da Amil, uma colaboração para a empresa dele e para o País.

O Dr. Edson empreendia com o peso de uma paixão que presidia também o seu relacionamento com as pessoas. Ele foi sempre uma voz cordial, fraternal. Era um homem de origem humilde que encontrou no trabalho honesto e dedicado a razão única do enriquecimento pessoal; um médico que fez valer na vida pessoal os



preceitos de Hipócrates: ser sempre fiel à honestidade, caridade e ciência e nunca se servir da profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime.

Por suas qualidades, o Dr. Edson Godoy Bueno fez confirmar-se na vida a promessa que encerra o seu juramento como médico: *“Se eu cumprir este juramento com fidelidade, goze eu para sempre a minha vida e a minha arte com boa reputação entre os homens”*.

Desejo que Deus, neste momento difícil em que perdemos o Dr. Edson, conforte e console sua esposa, Sra. Solange Medina, a família dele e o coração de todos nós que sempre nutrimos por ele uma grande amizade e carinho.

Obrigado.



VI - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 284 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Há sobre a mesa requerimento de urgência.

Item III.

Requerimento nº 5.030/16, dos Srs. Líderes, que requer, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 181, de 2015, do Sr. Vicente Candido e outros, que modifica a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional, para dispor sobre cessão de créditos da dívida ativa consolidada a instituições financeiras.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Este é um pleito dos Governadores.

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a bancada do PSOL tem posição em relação à matéria. Nós achamos que créditos da dívida não podem ser terceirizados ou privatizados, primeiro porque é uma tarefa que tem caráter público e segundo porque pode haver conflito de interesses quando se delega isso à iniciativa privada. Aquele que vai realizar o processo de cobrança pode ter relação com a empresa A ou B, cobrar de uma, e não cobrar de maneira suficiente de outra.

Nós consideramos que esta, necessariamente, é uma matéria de política de Estado e não pode ser vinculada a outras empresas, e, sim, o próprio Governo tem que fazê-lo na arrecadação das suas receitas.

Por esse motivo, o PSOL vota “não” à urgência. Vamos ter então votação nominal.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Na orientação, o PSOL vota “não”.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco PP/PSD/ PTN/ PHS/ PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco PTB/ SD/PROS/PSL/PRP? *(Pausa.)*

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB orienta pela votação da urgência da matéria, embora o Deputado Hildo Rocha e outros tenham algumas divergências no que diz respeito ao mérito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB vota “sim”, apenas à urgência.

Como vota o PT, Deputado Enio Verri?

O SR. ENIO VERRI (PT-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este pedido de urgência é do nosso Líder, o Deputado Carlos Zarattini, do Colégio de Líderes.

Por isso o PT orienta o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “sim”.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “não”.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - O PSC quer orientar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?



O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PR orienta o voto “sim”.

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Democratas?

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, há muita controvérsia sobre esse projeto. Nós entendemos que há inconstitucionalidades nele. A informação que nós temos é que ao Governo não interessa votar essa proposta da forma com se encontra. Nós entendemos que terceirizar esses ativos da União não tem respaldo constitucional.

Portanto, eu gostaria de ouvir a Liderança do Governo para fazer a orientação da nossa bancada. Por enquanto, ela está liberada, com meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ao projeto, não, à urgência.

Como vota a Rede, Deputado?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a possibilidade de terceirização da atividade de cobrança da dívida ativa, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se manifestou da seguinte forma:

(...) a cobrança administrativa ou judicial de créditos tributários da União, Estados ou Municípios



somente poderá ocorrer através de órgãos próprios do ente político respectivo ou de outras pessoas jurídicas de direito público e, no caso da União, somente a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN tem competência para representá-la em juízo na execução fiscal destinada à cobrança de sua dívida ativa.

É claro que já há Municípios e Estados que implementaram isso, mas há uma insegurança jurídica muito grande para que possamos levar adiante esse projeto.

Portanto, a Rede vota “não” à urgência.

O SR. LUCAS VERGILIO (Bloco/SD-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PTB/SD/PROS/PSL/PRP orienta o voto “sim”.

O SR. ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, como autor do substitutivo, eu quero me manifestar.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP e o Bloco orientam o voto “sim”.

O SR. ALFREDO KAEFER (Bloco/PSL-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse projeto de lei complementar é de autoria do Deputado Vicente Candido e a relatoria é de nossa lavra, e nós criamos um substitutivo. Esse projeto é originário de uma Comissão Especial constituída na Legislatura passada, quando nós examinamos toda a estrutura da dívida ativa da União, e, após, formulamos esse projeto.

Quero indicar aqui a aprovação desta urgência, pois o projeto trará um grande benefício à União, aos Estados e aos Municípios. Só no Tesouro Nacional, por parte



da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional, o Governo Federal tem 1,5 trilhão de reais de dívida ativa, dos quais grande parte é de difícil recuperação. Não é diferente também com Estados e Municípios.

Há alguns dias, eu tive uma conversa com o Governador Pezão, do Rio de Janeiro, o Estado de V.Exa., Sr. Presidente, que me disse que a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 181, de 2015, estaria dentro dos pressupostos para a equação financeira daquele Estado e de vários entes federados.

Portanto, eu peço a compreensão a todos os Deputados para que aproveamos a urgência e o mais breve possível levemos o projeto à aprovação do Plenário. É benéfico para União, Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria chamar a atenção de todos os Deputados que estão votando para o fato de que esse projeto terceiriza a cobrança da dívida ativa, vai permitir que ela seja negociada pelos bancos. É um absurdo e lamentável termos um projeto de lei sendo discutido na Comissão e o Deputado Vicente Candido apresentar aqui outro projeto, que a Mesa não apensou — deveria ser obrigação da Mesa apensar —, porque há Comissão Especial tratando da matéria.

Se esse projeto for aprovado, aos bancos será permitido fazer a cobrança da dívida ativa. Isso é uma vergonha! É inadmissível que a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não tenham se manifestado. É uma vergonha permitir que a dívida ativa seja transferida para os bancos, e com o aval desta Casa.



Esta Casa tem que acordar para a realidade. Vejam o que estão votando. Temos que votar “não”. Se votarmos “sim”, a cobrança da dívida será feita pelos bancos. Os bancos já fazem tudo. A reforma da Previdência já cria um incremento absurdo nos planos de previdência privada. Agora querem, na calada da tarde, quando se discute a reforma da Previdência, colocar em votação a urgência para um projeto que eu estava inscrito para falar contra, mas não pude fazê-lo porque estava participando de reunião na Comissão Especial de Reforma da Previdência.

Chamo a atenção de V.Exas.: isso é transferir a dívida ativa para os bancos! É esse projeto que V.Exas. estarão votando. Cuidado! Não acreditem em mim, não. Peçam para a sua assessoria e levantem. Esse projeto é extremamente danoso, desmoraliza a AGU, desmoraliza a PGFN...

(Desligamento automático do desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, é apenas a urgência.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO - O PMB orienta...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, mesmo compreendendo que se trata apenas da urgência, nós temos uma posição consolidada em relação a essa discussão sobre a dívida ativa.

Entendemos que é necessário um aprofundamento maior porque, é claro, na crise, Prefeitos e Governadores precisam de complementação de receita, mas não pode ser a qualquer custo, não pode ser com a punibilidade exacerbada em relação àquele efetivo que deve.



Por isso, o PCdoB orienta o voto “não” à urgência.

O SR. GIUSEPPE VECCI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minutinho. O Deputado Weliton Prado estava na frente.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB orienta o voto “não” à urgência. Trata-se de um projeto incontroverso. Não podemos privilegiar mais ainda o sistema financeiro.

Aproveito e deixo minha solidariedade e meu apoio aos servidores da cidade de Uberlândia. Parte deles inclusive está paralisada, reivindicando os salários atrasados de dezembro, o décimo terceiro e melhores condições de trabalho. Deixo aqui toda nossa solidariedade e apoio.

Ressalto que tenho compromisso público, inclusive registrado em cartório, de que não voto em nenhum projeto contra os servidores públicos, não voto em nenhum projeto de aumento de impostos que prejudique as pessoas mais pobres, projetos sobre a reforma da Previdência. Eu não voto nada contra o servidor. Estou sempre a favor do servidor, do povo e dos trabalhadores. Esta reforma da Previdência é muito injusta. Não é certo, não é correto jogar tudo de ruim, fruto da falta de planejamento, nas costas dos servidores.

Aqui fica nossa solidariedade aos servidores brasileiros.

O SR. GIUSEPPE VECCI (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho que há um paradoxo por parte desta Casa. As pessoas dizem que o Estado não tem capacidade para receber as dívidas que tem, que há um conjunto de cobranças que não ocorrem.



Agora só estamos discutindo a urgência. Quando formos discutir o mérito, certamente vamos propor que o poder público possa receber numa velocidade maior. Isso poderá ocorrer tanto internamente, pelos meios normais da Fazenda ou das Procuradorias, como de forma terceirizada. E aqui ninguém diz que é só para banco.

Eu acho que isso é salutar e construtivo, para que o estoque de dívida a receber por parte do poder público, dos entes federados, possa ocorrer numa velocidade maior.

Eu sei que agora não estamos discutindo o mérito da matéria, só a urgência, mas acho que isso é importante para que nós possamos avançar.

Nesse sentido, o PSDB vota “sim”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB libera a bancada. Por favor, mude a orientação do PTB no painel. O PTB libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PTB libera a bancada.

O SR. ROBERTO ALVES (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PRB libera a bancada.

Como vota o PPS, Deputado Alex Manente?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não”.

Acreditamos ser este um projeto inconstitucional, que fere o princípio da igualdade e o da isonomia tributária. Por isso, essa terceirização do repasse da dívida ativa é algo muito prejudicial.



O PPS não concorda com a aprovação da urgência desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN, Deputado Walney Rocha?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como se trata somente da urgência para a apreciação do projeto e não da discussão do mérito, o PEN vota "sim", a favor do requerimento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. é testemunha de que eu disse que nós votaríamos a favor da urgência, mas sem compromisso com o mérito. Ocorre que houve aqui uma conversa informal entre os Srs. Deputados, e nós vamos mudar a orientação para "não", tendo em vista que não somos favoráveis à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV? (*Pausa.*)

Vou encerrar a votação.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria fazer um apelo aos nossos colegas da bancada do Espírito Santo para somarmos esforços com o Governo do Estado, a fim de efetivamente garantirmos uma solução para a crise da segurança pública, que colocou os policiais militares, que reivindicam melhores salários, no centro de um grande problema, pelo qual o Estado e o Governo têm grande responsabilidade.



O Governo, através do Secretário de Segurança Pública, tem, com insistência, responsabilizado criminalmente o conjunto dos policiais militares daquele Estado por prática de crimes, sem nenhuma motivação, sem nenhuma razoabilidade na investigação. Isso tem acirrado a crise e prejudicado a relação com o conjunto dos policiais militares, independentemente de estarem no movimento de reivindicação, fazendo a paralisação.

A situação é extremamente grave e tende a se espalhar pelo Brasil. Portanto, nós não podemos tratar a crise do Estado do Espírito Santo como uma questão apenas do Governo Paulo Hartung e da população local. Essa é uma questão de segurança pública nacional.

É preciso avançar nas negociações, mas não atropelando nem massacrando os policiais. Tem que haver um processo de negociação de modo que esses trabalhadores efetivamente tenham um ganho. Por estarem há mais de 3 anos sem reajuste, com um dos piores salários do Brasil, eles reivindicam reposição salarial. É necessário que todos nós nos empenhemos, motivo pelo qual faço um apelo à bancada do Espírito Santo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a minha ponderação é a seguinte: este Projeto de Lei Complementar nº 181, de 2015, como o próprio nome designa, vai precisar de maioria absoluta para ser aprovado. Aliás, ele não passou pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



A dúvida que o Líder do partido de V.Exa. levantou não é sobre a operacionalização, mas sobre a constitucionalidade de alguns dos dispositivos do projeto, que é meritório.

Se a Comissão de Constituição e Justiça não examinou o assunto e, pelo que estou informado, nem sequer foi designado o Relator, eu acho que seria prudente que ele voltasse à Comissão de Justiça com uma recomendação da Mesa para a apreciação com celeridade. Acho que isto faria bem para a tramitação desse importante projeto de lei complementar: prudência.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se aprovada a urgência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, depois de instalada, pode, inclusive, continuar votando o projeto, até porque ele é de interesse dos Governadores. Nós pretendemos é construir um entendimento para tentar aprová-lo. Se a Comissão não votar, indicaremos em plenário um Relator da CCJC.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu não entendi o que V.Exa. disse agora.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu disse que, mesmo aprovada a urgência, depois de instalada a CCJC, se a matéria não começar a ser discutida pelo Plenário, ela pode ser votada na Comissão. É só isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Lelo Coimbra.



O SR. LELO COIMBRA (PMDB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu queria registrar que a bancada do Espírito Santo está fazendo esforços com o Governo e o movimento que ocorre em nosso Estado para que cheguemos a uma solução para a crise que se instalou com a paralisação da Polícia Militar.

É importante registrar que os Governadores há pouco, 3 horas atrás, assinaram um manifesto de solidariedade ao Governo do Estado do Espírito Santo na busca de soluções para a crise que se instalou com o movimento na segurança.

Desde que se iniciou o enfrentamento, desde que se iniciaram as dificuldades com o segmento da Polícia Militar, a bancada federal tem-se empenhado, mesmo que em alguns momentos com posições distintas, na busca de soluções para esta crise em nosso Estado. Mas é importante que tenhamos a clareza de que este movimento não é apenas do Estado do Espírito Santo; ele ocorre em todo o Brasil. Em um movimento reivindicatório, é preciso seguir as regras, que estão no marco legal, cumprir a lei, considerando a legitimidade de quaisquer reivindicações, mas sem prejuízo, sem colocar em risco a vida das pessoas, o direito de ir e vir e a segurança patrimonial, em particular, de cada Estado e do País como um todo.

O Estado do Espírito Santo, neste momento, representa um importante referencial para que possamos tratar este assunto com a responsabilidade e com a honestidade necessária.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Governo vota “não”, na medida em que esta matéria



nos trará a renúncia fiscal. Isso não interessa ao Governo nem ao País, no momento em que vivemos. É hora de economizar, de criar receita, e não de perder receita, para outras empresas fazerem o que é da competência estrita da Receita Federal.

Então, o Governo vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós realizamos há poucos minutos uma reunião do Colégio de Líderes na qual foi apresentada a proposta de votar esta urgência. Nenhum Líder se opôs, nem sequer o Líder do Governo. No almoço do qual participamos aqui em Brasília, nós também tivemos o pedido dos Governadores para que esse tema avançasse. Tudo caminhava para a aprovação da urgência, mas estamos vendo que o PMDB e os partidos da base do Governo agora vêm se posicionando contrariamente a essa votação.

Então, nós queríamos sugerir a retirada de pauta dessa urgência, para que possamos esclarecer melhor sobre esse projeto e avançar ou definitivamente abandonar essa ideia.

Nós achamos que, devido a essa confusão, talvez fosse necessário avançar.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero deixar clara uma coisa.

Aparentemente algum Parlamentar disse que não foi apresentado desacordo no Colégio de Líderes por parte de nenhum partido político com relação à matéria. O PSOL apresentou o desacordo na votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade. Fui eu que não ouvi.



O SR. CARLOS ZARATTINI - Desculpe. É verdade. Tem razão o PSOL.

O SR. GLAUBER BRAGA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está retirado o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou agora de item a item. Há um item que eu não tratei...

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. retirou o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Retirei, a pedido dos Líderes.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - A pedido dos Líderes?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Parabéns aos Líderes, que acordaram para essa armação safada e sem-vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Calma, Deputado!

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, V.Exa. precisa de fato consultar todos os Líderes, para que isso não sirva de precedente em outras oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para o Item V, a pedido do Deputado Weverton Rocha, há acordo?

O SR. LEO DE BRITO - Sr. Presidente, o Deputado Leo de Brito votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi cancelada a votação.

Este requerimento não estava no acordo, mas o Deputado Weverton disse que não há problema. Então, eu gostaria de saber se há ou não problema, para que também não fuja daquilo que combinamos. *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Item V.

Requerimento nº 5.267, de 2016, dos Srs. Líderes, que requerem, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 742, de 2011, do Sr. André Figueiredo, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, organização e promoção de eventos esportivos e dá outras providências.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu queria fazer uma questão de ordem a V.Exa.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Qual é o item da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É o item V.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - É lógico que houve um acordo de Líderes para a retirada, mas, regimentalmente, não poderia ter sido retirado, por já ter sido ultrapassado o quórum regimental. Portanto, eu só quero deixar registrado que a retirada foi a destempo e é antirregimental, não poderia ter sido feita.

Eu vou aceitar o que foi feito, mas não quero que isso crie precedente. Isso não pode mais acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. tem toda a razão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB vota a favor do requerimento de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem algum problema o item V, a urgência?

A SRA. LAURA CARNEIRO - Para nós, não.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está de acordo.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. não disse que esse requerimento não estava no acordo das Lideranças? Não seria bom deixar para depois?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há um pedido do PDT.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO - Sr. Presidente, como autor do projeto...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu quero andar com as urgências.

Há acordo para votar esta urgência ou não?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB, ao requerimento de urgência do item V, vota “sim”, porque isso vai fomentar o esporte.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Item VII.

O Item VIII eu vou ter que votar de qualquer jeito, porque trata da renovação da CPI da Lei Rouanet, e o prazo acaba no dia 20. Então, ele precisa ser votado hoje.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes, vamos votar o item VII:

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para o PL 5.850, de 2016, que “Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.



O SR. AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, peço a palavra pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há acordo para votação desse requerimento?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o autor da matéria foi muito solícito, procurou estabelecer um diálogo para a modificação de partes do texto, se necessário fosse. Tínhamos, inclusive, combinado de ver a possibilidade de realizar uma reunião esta semana para dialogar, mas houve uma alteração da data da reunião do Colégio de Líderes de terça para quarta-feira, e essa reunião acabou não acontecendo.

Nós temos duas preocupações claras quanto à proposta.

Uma é que ela prioriza a adoção de crianças de até 5 anos de idade. Então, aquela criança que tem 7 anos, que já tem mais dificuldade de passar por um processo de adoção, passaria a ter uma dificuldade ainda maior, se essa regra prevalecesse.

A segunda questão é que é criada, para a diminuição do tempo de avaliação do Ministério Público, uma regra que nos parece perigosa, que diz que a suposição ou a suspeita de que tenha acontecido um caso desse ou daquele molde pode acarretar a diminuição dos prazos.

Isso nos preocupou, e ainda não temos um acordo com o autor da proposta para a modificação do que seria o texto, acordo esse que teria de ser necessariamente feito também com quem vai relatar a matéria em plenário — e a bancada do PSOL ainda não sabe exatamente quem V.Exa. determinará.



Num primeiro momento, não temos acordo para aprovação da urgência, mas estamos abertos ao diálogo.

O SR. AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, peço a palavra como autor.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A votação foi cancelada, Deputado.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero falar como autor da matéria.

Essa é uma matéria muito importante e que vai facilitar e encurtar muito o processo de adoção no Brasil. É uma matéria que inclusive vem recebendo um apoio muito grande.

Como disse o Deputado Glauber Braga, ontem fizemos uma reunião, na qual contamos com a presença da Deputada Maria do Rosário — o Deputado Glauber não pôde estar presente — e discutimos alguns pontos, a fim de chegarmos a um consenso.

A idade de adotabilidade de 5 anos é uma matéria, inclusive, que já estamos avaliando, e trouxemos ontem à conversa o Deputado Sóstenes Cavalcante, Relator da matéria, que está de pleno acordo.

Então, a matéria está caminhando para um acordo, e foi por isso que nós acertamos ontem com a Deputada Maria do Rosário, representante do PT, para votarmos a urgência, a fim de tentarmos compor um texto que seja consensual, para que possamos votá-lo em plenário até o Dia Nacional da Adoção, daqui a mais ou menos 45 dias.

Esse é o encaminhamento de entendimento.



O projeto é muito bom e por isso pedimos que seja votada hoje a sua urgência.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Pelo PMDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB é contra ou a favor? Não precisa explicar; depois falamos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB é a favor da urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

Como vota o PT?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, nós, de fato, ao longo desta semana, como combinamos através de V.Exa., neste plenário, conversamos com o Deputado Augusto Coutinho.

Nós não temos ainda um acordo construído quanto ao conteúdo, ao mérito do projeto, mas somos favoráveis ao debate. Não queremos trancar a tramitação da matéria; apenas queremos manter o alerta de que estamos tratando de vidas humanas, de crianças que estão distantes das próprias famílias, com vínculos destruídos.

Então, peço a V.Exa. que nos permita nos posicionarmos favoravelmente à urgência, mas pedimos prazo e bom senso na construção do conteúdo da matéria.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, o PCdoB...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O PMDB vota “sim”; o PT vota “sim”.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa é uma das matérias que consideramos de extrema importância. Nós temos hoje mais de 30 mil famílias tentando adotar crianças no Brasil, e há mais de 5 mil crianças depositadas nos abrigos, nos asilos, nas áreas que as abrigam.

No Brasil, infelizmente, demora-se de 3 a 4 anos para um casal, para uma família fazer uma adoção. E nós estamos atrasados com relação a isso.

A CPI do Tráfico de Pessoas lidou com essa matéria, assim como o Deputado Augusto Coutinho, a Deputada Maria do Rosário e outros Parlamentares que estão debruçados sobre o tema, e nós consideramos que essa é uma contribuição importante desta Casa.

O PPS vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O PSOL vota “não”.

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PCdoB tem restrições ao conteúdo do projeto e pretende discutir como garantir o aperfeiçoamento da matéria. Mas, para acelerar o debate, votará “sim” à urgência.



O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR?

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em especial com o compromisso que temos com as crianças que estão em abrigos aguardando uma adoção, e muitas delas por muitos anos, o Democratas tem a grande satisfação, e quero aqui registrar o agradecimento ao bom entendimento com a Deputada Maria do Rosário, do PT, que é uma entendedora do tema... A adoção no Brasil precisa de celeridade. E nós do Democratas queremos contribuir com as quase 55 mil crianças hoje em abrigos aguardando adoção. Para isso precisamos de celeridade.

Com louvor, com alegria, o Democratas vota "sim" à urgência para este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Glauber Braga?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PSOL não tem posição consolidada contra a matéria. O que temos é uma preocupação com a urgência antes que esses temas que foram abordados possam estar equacionados.

Chamo a atenção, inclusive, dos Parlamentares, para que possamos, se aprovada a urgência, ampliar o diálogo sobre o assunto. Por exemplo, crianças que



tenham até 5 anos de idade terão prioridade no processo de adoção. Então quer dizer que uma criança que tenha 7 anos, que tem mais dificuldades na adoção, vai mais uma vez ter dificultado o seu processo?

Por isso nós temos preocupação com a votação da urgência — esse é um dos pontos — antes que a matéria possa ter essas dúvidas dirimidas, equacionadas.

Nós votamos “não” à urgência, mas podemos até votar a favor do mérito, se as dúvidas, as questões que estão sendo apresentadas forem discutidas...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PRB?

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB vota favoravelmente a esta urgência, até porque já tem posição favorável ao projeto de lei.

Não é razoável que o Cadastro Nacional de Adoção tenha milhares de crianças para serem adotadas, e elas não sejam adotadas ou acolhidas em função de formalidades e burocracias próprias da Lei de Adoção.

É exatamente pelo seu compromisso com a família, com as crianças e com os adolescentes que o PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Presidente.

O SR. MANDETTA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minuto, Deputado.



Como vota o PSDB?

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O projeto não dificulta nenhum tipo de adoção, Sr. Presidente. E estamos votando apenas a urgência. Portanto, qualquer questão pode ser dirimida, desde que com a urgência devida a uma matéria tão sensível ao nosso País.

O PSDB vota "sim".

O SR. MANDETTA - Peço a palavra para um questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP quer encaminhar, mas antes quero registrar a presença aqui do Prefeito André Granado e do Vereador Niltinho, do Município de Armação dos Búzios, que cumprimentam V.Exa. também.

O PP vota "sim" à urgência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Mandetta.

O SR. MANDETTA (DEM-MS. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a questão de ordem que formulo é com base no art. 28, § 1º, combinado com o art. 17, inciso III, ambos do Regimento Interno.

Há uma deliberação da Mesa, de 23 de agosto de 2016, ano passado, em que foi definida a criação de Comissão Especial para análise do Projeto de Lei nº 1.432, de 2011, que trata da adoção, mas não foi feita a indicação dos membros para a Comissão. Agora, nós estamos votando urgência para outro projeto que trata do mesmo tema, sendo que este projeto não passou por nenhuma Comissão, nem



mesmo pela Comissão de Seguridade Social e Família, que é a Comissão pertinente para este tema.

Então, há uma definição anterior para se instalar uma Comissão Especial, que aguarda sua instalação, e agora somos surpreendidos com a votação de urgência para outro projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, se foi solicitada a criação de uma Comissão Especial, e ela não foi constituída, não houve, infelizmente, interesse dos Líderes.

E, no caso desta matéria, houve pedido de urgência, que está sobre a mesa e está sendo votado. É apenas isso. Eu não posso impedir que os Líderes apresentem um pedido de urgência.

Concedo a palavra ao Deputado Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto de que trata este requerimento de urgência, na realidade, não foi votado. Já há parecer pronto, do Deputado Carlos Manato, mas não foi votado na Comissão de Seguridade Social e Família, nem na CCJ. E se trata de projeto sujeito ao poder terminativo das Comissões.

Eu estou realçando isso apenas para reforçar a minha palavra na reunião de Líderes. É claro, nós vamos acompanhar o acordo e vamos votar “sim” — o PSC vai votar “sim” a este requerimento —, mas eu quero reforçar que não haveria necessidade desta urgência, uma vez que o projeto ainda não foi apreciado nas Comissões.

Entretanto, eu entendo, Sr. Presidente, que as Comissões ainda estão sendo organizadas neste momento, por isso também votamos “sim” ao requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero chamar a atenção do Plenário e de V.Exa. para o fato de que este tema também está sendo tratado na Comissão Especial que está discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Inclusive, na segunda-feira passada, nós tivemos uma reunião em Londrina com juízes, com especialistas na área.

Nós vimos que estava para ser votada a urgência para tramitação deste projeto. Eu quero chamar atenção do Plenário, porque esta é uma situação extremamente importante e grave.

O texto do projeto atual traz situações preocupantes. Por exemplo, o texto do projeto diz que a suspeita de várias questões pode permitir a não regularização, pode permitir que o juízo dê uma decisão pessoal sobre uma suspeita em relação à família.

Na Comissão Especial, nós temos audiências com instituições, com juízes da Vara da Infância e da Juventude...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Weliton Prado.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB é a favor da urgência, mas faz algumas ponderações. Eu acho que nós temos que ter mais algumas discussões, para que possamos aperfeiçoar o projeto, que é muito importante para a agilização dos processos de adoção no nosso País.



Eu aproveito a oportunidade para dizer que nós estaremos juntamente com o Deputado Estadual Elismar Prado, sexta-feira, na cidade de Patrocínio, fazendo a entrega de vários ônibus de transporte escolar e ambulâncias para mais de 13 cidades. Os ônibus serão entregues a 5 cidades. Já tínhamos entregado 5 ônibus na semana passada e agora vamos entregar também 13 ambulâncias. Nós sabemos o desespero de muitas cidades que, com uma situação precária na área da saúde, às vezes não têm um veículo para fazer o transporte de pacientes para a cidade mais próxima.

Então, vão ser entregues 13 ambulâncias para vários Municípios do Triângulo Mineiro, do Pontal, do Alto Parnaíba e do noroeste de Minas.

O SR. AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, quero orientar pelo Bloco do PTB e do Solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Informo ao Plenário que, quanto ao Projeto de Lei nº 4.424, de 2016, que trata das questões do TSE, comissões provisórias, ontem foi realizada uma reunião dos Presidentes de partidos com o Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, e foi constituída uma comissão de cinco representantes de partidos para construir, junto com o TSE, um texto que apresente, de forma harmônica, essa matéria em um novo projeto de lei.

Então, essa matéria não está na pauta e não será votada no projeto original. Quero apenas esclarecer isso.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota "sim".

O SR. AUGUSTO COUTINHO (Bloco/SD-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Bloco do PTB e PROS vota "sim".



A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, quero orientar pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como eu disse, a bancada vota “sim” à urgência. Mas quero deixar uma reflexão para os Deputados que vão se ater ao tema. É importante não fixar faixa etária para adoção de criança. Não faz nenhum sentido dizer que a adoção de criança é até os 5 anos de idade e que, depois disso, a adoção não é necessária.

O PMDB quer acompanhar a discussão desta matéria, participar das negociações, para que avancemos na velocidade da adoção sem discriminar crianças pela idade.

Obrigada a V.Exa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB vota “sim”, Sr. Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, apenas para que fique claro, nós estruturamos aqui neste plenário um acordo sobre a votação da urgência, porque a palavra que ouvimos do autor, Deputado Augusto Coutinho, é no sentido de construirmos conjuntamente um conteúdo que preserve os direitos de crianças e adolescentes.

Da forma como está apresentada a matéria, nós temos total discordância com o conteúdo do projeto. A preocupação do Deputado Augusto Coutinho é



absolutamente nobre e justa, mas não é possível termos um prazo estipulado para a possibilidade de adoção. A Câmara dos Deputados, durante 6 anos, mais do que uma legislatura, teve uma Comissão Especial. A primeira Relatora foi a Deputada Teté Bezerra, do Mato Grosso. Votamos a Lei nº 12.010, de 2010, e temos prazo para atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário. E nós temos que fiscalizar, inclusive, o cumprimento dessa lei. Portanto, vários dos aspectos trazidos pelo Deputado Augusto Coutinho não poderão prosperar em uma matéria que seja votada aqui, inclusive por inconstitucionalidade.

Nós estamos dando a nossa aceitação à urgência porque acreditamos que os direitos das crianças são urgentes, mas estamos confiando no diálogo, porque no mérito temos total divergência com o projeto apresentado.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Fabio Reis.

O SR. FABIO REIS (PMDB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu queria convidar, em nome do Governador Jackson Barreto, do Estado de Sergipe, toda a bancada sergipana na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para amanhã, às 9 horas da manhã, estarmos presentes na assinatura da ordem de serviço para a construção do Hospital do Câncer no Estado de Sergipe.

Deixo aqui o convite a toda a bancada de Sergipe.

Muito obrigado a todos.

O SR. MARCOS REATEGUI - Sr. Presidente...

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Marcos Reategui, pela ordem. Depois concederei a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. MARCOS REATEGUI (Bloco/PSD-AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que este tema, a adoção, é muito sensível. Nós temos que analisar muitas questões. Existem adoções nacionais e internacionais. O simples fato — que é grave — de nós termos muitas crianças na fila da adoção não é suficiente para que possamos correr com a tramitação desse projeto, sem fazer as análises devidas.

Há uma Comissão que está trabalhando com essa matéria e que vai dar certamente as melhores soluções. Nós temos questões que passam, inclusive... Por exemplo, na Frente Parlamentar Mista de Controle e Desenvolvimento de Fronteiras, nós tratamos, entre outras coisas, além de tráfico de armas e de drogas, também do tráfico de pessoas, que perpassa por essa questão do menor.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos ser muito...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado, senão não dará tempo.

O SR. MARCOS REATEGUI - ...ponderados no trato desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Domingos Sávio. Em seguida, vou encerrar a votação.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a adoção é algo que merece uma atenção, uma dedicação especial para analisarmos e aprovarmos esse projeto não apenas de todos nós, mas também de todo o Brasil.



É inaceitável que tenhamos milhares de crianças à espera de adoção e — o que é curioso — milhares e milhares de pais adotivos querendo viabilizar efetivamente uma adoção.

É preciso que tenhamos mecanismos mais ágeis para a adoção. É óbvio que esses mecanismos devem garantir a segurança da criança, mas não devem carregar o preconceito de achar que só a relação biológica é que estabelece, de fato, a maternidade ou a paternidade.

A adoção é uma condição para assumir o papel de pai ou de mãe, e eu acredito que ela vai melhorar a vida de muitas crianças. Esse é o nosso propósito.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 274;

NÃO: 15;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 290.

APROVADO O REQUERIMENTO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi aprovado o requerimento, com a preocupação registrada por Parlamentares com a ampliação do debate da matéria.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Item VIII.

Requerimento nº 5.829/17, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as irregularidades nas concessões de benefícios fiscais concedidos por aplicação da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e deu outras providências, que requer a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Lei Rouanet por 60 (sessenta) dias.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Desse requerimento não tratei na reunião de Líderes, mas ele precisa ser votado, porque trata da renovação da CPI da Lei Rouanet, que vence dia 20. Se ele não for votado hoje, não dará mais tempo de se prorrogar o prazo da CPI.

Como eu me comprometi, desde o ano passado, a não renovar nenhuma CPI por decisão exclusivamente minha, eu acho que é minha obrigação colocar o requerimento em votação. Inclusive, peço desculpas aos Líderes, porque não me dei conta do prazo de encerramento da CPI da Lei Rouanet.

Para orientação de bancada, como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMDB vota "sim".

Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós não consideramos correto que se faça alguma prorrogação de CPI sem sequer termos os motivos para essa prorrogação. Nós não sabemos por que prorrogar essa CPI, já que ela teve o seu período, não houve nenhum tipo de obstrução ou de impedimento a que ela funcionasse, então ela deveria ter apresentado o seu relatório. Não faz sentido ficarmos aqui prorrogando CPI, principalmente uma CPI em que nós não vimos ainda qual o objetivo claro que ela pretende alcançar.



O Relator e o Presidente da CPI deveriam, pelo menos, vir a este plenário dizer por que querem prorrogar a CPI, porque é inconcebível ficarmos com a Câmara paralisada por conta de CPI, enquanto existem outros debates importantes aqui.

O SR. ALBERTO FRAGA - Sr. Presidente, V.Exa. deveria ter dado...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Um momento, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI - Somos contrários. O nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PT vota “não”.

No requerimento, há a justificativa feita pelo Deputado Alberto Fraga, que é o Presidente da CPI. Se for aprovado o requerimento, é porque a justificativa feita pelo autor foi aceita pela maioria da Casa.

Como vota o PSDB?

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Até para quem não está na Comissão, Sr. Presidente, está clara a necessidade de dar sequência a essa fiscalização e estão claras as razões da prorrogação, para que haja um tempo prolongado e se apure, de maneira detalhada, tudo o que aconteceu com o dinheiro público. Esse é um recurso que vem do povo brasileiro, que tem as suas dificuldades na saúde, na educação, na segurança e precisa ver esse dinheiro investido com muito zelo na cultura.

Portanto, o PSDB vota “sim”.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (Bloco/SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Francischini votou “sim” na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PTB?



O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PTB, PROS, PSL e PRP julga sensata a justificativa para prorrogação da CPI da Lei Rouanet.

Portanto, a nossa orientação para o Bloco é o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PR?

O SR. MARCELO DELAROLI (PR-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM, Deputado?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de uma atenção do Plenário com relação a essa CPI. Eu até acho plausível a observação do Deputado Carlos Zarattini, mas é importante que o Plenário saiba que o compartilhamento de informações demorou muito. Apenas no mês passado nós recebemos o relatório completo da CGU que nos aponta uma matriz de risco.

Nós não estamos fazendo *show* de pirotecnia na CPI da Lei Rouanet. É uma CPI importante para que a Lei Rouanet não seja prejudicada ou até mesmo mal utilizada. Nós queremos fazer com que essa lei seja aprimorada para que os artistas iniciantes possam ter oportunidade, coisa que hoje não vem acontecendo.



Todos sabem nesta Casa que 2016 foi um ano muito difícil...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Luiz Carlos Hauly vai votar “sim” nesta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PRB vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vai votar “sim”, Sr. Presidente, mas vai registrar a sua preocupação, já que V.Exa. afirma que vai começar a colocar em pauta a renovação das CPIs com critérios. Nós temos que ter uma referência básica para estabelecer o nosso voto. Vamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, em agosto eu declarei que não ia renovar mais nenhuma CPI *ad referendum* e não o fiz. Eu não renovei mais nenhuma CPI, não apenas as que vinham da gestão anterior.

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO - Peço a palavra pelo Solidariedade, Sr. Presidente. Acho que ainda não chegou o documento de saída do bloco, mas...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espere um pouco, Deputado.

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB, Sr. Presidente, é a favor de qualquer investigação. No entanto,



CPI tem prazo certo e determinado, e essa até aqui não apresentou fato certo e determinado. E essa prorrogação, na verdade, impede que novas CPIs sejam instaladas. Busca-se um argumento factível para a existência dessa CPI que não foi apresentado até o momento. Então, realmente não há justificativa de prorrogação.

O PCdoB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSC-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC entende que foi muito sensata a decisão de V.Exa. ao colocar na pauta este requerimento para votarmos hoje. Trata-se de uma solicitação regimental. É um direito da Comissão pedir esta prorrogação, então está de acordo com o Regimento.

Segundo, é uma matéria da maior importância. Nós já sabemos que houve muitos desvios de conduta. Já há indícios disso. A imprensa já tem divulgado isso. Então, é bom que se faça uma averiguação a fundo, para que, a partir do relatório que vier dessa Comissão, possamos aperfeiçoar a legislação em benefício da cultura, como entendemos o que é cultura.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

A SRA. POLLYANA GAMA (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PPS destaca neste momento o empenho do Ministro Roberto Freire no sentido de tornar o processo mais transparente e fazer com que o destino dos benefícios, via Lei Rouanet, seja os pequenos produtores culturais deste País.

Nesse sentido, é importante destacar que votamos pela continuidade dos trabalhos da CPI, para que, com as oitivas, com os depoimentos, possamos apurar



as possíveis irregularidades e os desvios ocasionados em função do mau uso desses benefícios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas, o PSOL é contra esta prorrogação. Nós defendemos toda investigação séria e necessária, mas vamos lembrar: o contexto de aprovação dessa CPI em agosto do ano passado era de caça às bruxas, e, como parte significativa do setor artístico e cultural defendia o Governo passado, havia o sentimento de vendeta.

É evidente que a Lei Rouanet precisa ser aperfeiçoada, melhorada, para atender inclusive os artistas menos famosos e descentralizar em relação ao Sudeste. Porém, para nós, se quisermos ampliar os incentivos à cultura, vamos aprovar o PROCULTURA, que anda a passo de cágado aqui. Vamos parar com esse tipo de atitude que, às vezes, é persecutória não da Justiça, mas da própria cultura em si. Há mecanismos para controlar sim a Lei Rouanet e todas as ações públicas.

Nosso voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

O SR. ULDURICO JUNIOR (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede orienta o voto “sim” para a prorrogação da CPI da Lei Rouanet. Nós



gostaríamos que houvesse também a prorrogação de outras, como a CPI da máfia do futebol, que infelizmente foi encerrada sem o relatório adequado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota a Minoria? *(Pausa.)*

Como vota o Governo? *(Pausa.)*

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, não sei se chegou à Mesa o documento de saída do Solidariedade do Bloco.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ainda não, Deputado. Ainda não.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco/SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, eu queria manifestar o posicionamento do partido de ser favorável ao prosseguimento das investigações, por um motivo óbvio: o tempo de elucidação de quem roubou, de quem desviou, não necessariamente está simplesmente no tempo regimental. Então, nós temos que dar um voto de confiança aos próprios membros da CPI que estão fazendo a investigação.

O País aguarda um posicionamento da Câmara dos Deputados. Nós estamos votando um gesto de confiança aos Parlamentares que estão nessa investigação, nessa CPI.

Então, o Solidariedade vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PEN vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PEN vota "sim".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.



O SR. DOMINGOS SÁVIO (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, como Relator dessa CPI, eu aproveito para, enquanto os colegas se dirigem aos seus lugares de votação, pedir a todos que votem “sim”, favoravelmente à prorrogação. Mais do que isso, esclareço que essa Comissão já reuniu não só indícios, mas provas de ilícitos.

Nós estamos trabalhando — e percebo que vamos caminhando para um consenso dentro da CPI, independentemente de partidos — na busca do aperfeiçoamento da legislação, que será também, obviamente, objeto do relatório final que apresentaremos.

Ainda hoje me reuni com o Ministro da Cultura, com quem tive a alegria de poder conversar demoradamente, nosso colega, Roberto Freire, que comunga desse sentimento.

A Lei Rouanet é um instrumento importantíssimo de fortalecimento da cultura brasileira, e nós precisamos protegê-la. A CPI não criminaliza a Lei Rouanet. A CPI tem o propósito de, de maneira muito firme, estabelecer punição e buscar até o ressarcimento para os cofres públicos por aqueles que desviaram dinheiro público até para fazer festança. Esse dinheiro seria aplicado em recitais, em apresentações de orquestra sinfônica, em atividades abertas à população, mas virou objeto até de enriquecimento ilícito.

Ao mesmo tempo, já estamos estudando mecanismos que possam fortalecer a Lei Rouanet, dar maior transparência a sua execução, maiores controles, para não termos novamente problemas como esse, que possam principalmente democratizar, chegar à cultura de raiz, aos artistas iniciantes...

(Desligamento automático do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Peço que conclua.

O SR. DOMINGOS SÁVIO - Vou concluir em apenas 1 minuto.

Portanto, eu não tenho dúvida de que essa prorrogação possibilitará a nós membros da Comissão compartilhar com todos os senhores e senhoras a oportunidade de não apenas, volto a dizer, punir aqueles que cometeram ilícitos, mas aperfeiçoar esse instrumento importante de valorização da cultura brasileira.

Estamos voltados para isso com este prazo de mais 60 dias que teremos. Queremos fazer um relatório adequado, que produza benefícios para a cultura brasileira. É esse o espírito que está nos movendo.

Não há, portanto, o que foi mencionado por alguns: retaliação política, perseguição. Longe de mim isso. Não é o meu feitio. Eu tenho a convicção de que, como Relator, produzirei um relatório que irá fortalecer a Lei Rouanet e obviamente separar o joio do trigo, punindo quem cometeu qualquer ilícito, abusando desses...

(Desligamento automático do microfone.)

Durante o discurso do Sr. Domingos Sávio, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sergio Zveiter, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado José Airton acompanhou a bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Deputada Erika Kokay, V.Exa. tem a palavra.



A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, essa CPI foi criada na perspectiva de criminalizar, de buscar fazer frente ao movimento cultural que se posicionava contra a ruptura democrática que está em curso neste País. Esse golpe não fica circundado e tem esgaçado os tecidos sociais dos direitos e da democracia.

Não há nenhuma justificativa para que essa CPI seja prorrogada, a não ser essa tentativa vã de quem imaginou que ela seria um espaço para penalizar o Governo Dilma Rousseff, o Governo Lula e os movimentos culturais. Eles não têm conseguido comprovar nada.

A que se ver que quem deveria estar nos bancos dos réus são os grandes tomadores da Lei Rouanet. Eles são que aparecem. Aparece inclusive o Governo do Estado do São Paulo, que não tomou nenhuma medida para investigar um processo de absoluta fraude nas isenções fiscais que financiam os espetáculos e a cultura neste País.

Então, como eles não conseguiram criminalizar o movimento cultural, como eles não conseguiram criminalizar os Governos anteriores, como eles constataram que o Governo anterior tomou todas as providencias para apurar qualquer ilicitude, diferentemente do Governo do Estado de São Paulo, eles querem prorrogar essa CPI, para que haja a criminalização.

Portanto, em nome do respeito às Comissões Parlamentares de Inquérito desta Casa, em nome do respeito à cultura, em nome do respeito à honestidade e à democracia, nós votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.



O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é claro que, no relatório dessa CPI, não estará escrito quem mais se beneficiou da Lei Rouanet nos últimos 20 anos nem as regiões beneficiadas. Portanto, não se vai chegar a lugar nenhum com sua prorrogação. Se fosse para punir, teria que se punir gente grande. Inclusive pessoas que fazem parte do Congresso Nacional se beneficiaram muito com essa lei.

Agora, eu sou favorável a que essa lei seja extinta. O que acontece é que as grandes empresas fazem renúncia fiscal e criam fundações para gerenciarem os impostos a que renunciam. Então, seria importante que o Ministério da Cultura tivesse um orçamento e que houvesse um fundo nacional, mas que as empresas pagassem os impostos, que seriam gerenciados para todo o Brasil, para todas as organizações, principalmente as médias e pequenas, que sempre tiveram grande dificuldade de acessar a Lei Rouanet.

Somente a partir do Governo Lula e do Governo Dilma é que nós democratizamos mais os recursos da Lei Rouanet, inclusive para a Região Amazônica, que historicamente ficou de fora, sem acessar os recursos da Lei Rouanet.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante sim a prorrogação porque a Controladoria-Geral da União e a Polícia Federal demoraram para mandar os dados, o que dificultou as investigações. Com a chegada dessa documentação, nós pegamos o liame da investigação, o caminho correto. Estamos chegando a um bom termo e



vamos chegar firme com essa prorrogação. Não é isso mesmo, Deputado Alberto Fraga?

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Sóstenes Cavalcante.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante nós votarmos “sim” à prorrogação da CPI da Lei Rouanet porque eu, como um dos autores e membro da CPI, tenho visto a seriedade com que vêm trabalhando o Relator Domingos Sávio e o Presidente. A documentação da PF e da AGU chegou tardiamente à Comissão, mas facilitará o trabalho daqui para frente.

Só não tem interesse na prorrogação da CPI os partidos que durante 13 anos deram isenção fiscal a membros da cultura do País na cifra de mais de 23 bilhões de reais, sem a mínima fiscalização. Vir a este plenário dizer que não precisa é defender a falta de fiscalização do dinheiro público.

Vamos prorrogar sim, fiscalizar e democratizar os recursos.

O SR. PASTOR EURICO (Bloco/PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Pastor Eurico, na votação anterior, votou com o partido.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente...

A SRA. LAURA CARNEIRO - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Depois do Deputado Daniel Coelho, concederei a palavra a V.Exa.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Com a palavra o Deputado Daniel Coelho.



O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

É muito importante que o Brasil saiba do que estamos falando. É necessário que este Parlamento continue a investigar sim e prorogue os trabalhos da CPI da Lei Rouanet.

Nós não podemos admitir, como um país pobre, que tem dificuldade inclusive para financiar aqueles que fazem cultura nos Municípios pobres do Nordeste, no interior, que artistas consagrados recebam milhões e milhões de reais através da Lei Rouanet para fazer *show*, com bilheteria, andando em jato particular. Vários artistas que até respeito não podem continuar a receber dinheiro público. A Lei Rouanet tem que funcionar para financiar aquele que está começando.

Nós precisamos sim dar continuidade a essa CPI, mas quero também reforçar um pedido que não é meu, mas de todo o Brasil: que seja votado em plenário o recurso da CPI da UNE, que teve a assinatura da maioria dos Deputados do Plenário, e que nunca foi apreciado. Não vou me calar com esse tema, até que ele venha a ser votado neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - O Deputado Silvio Costa, de forma muito gentil, cedeu lugar à Deputada Laura Carneiro.

O SR. SILVIO COSTA - É uma questão de educação, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, eu cedi lugar para ele. Nós só trocamos porque o Deputado Silvio Costa vai tratar de outra matéria.

Sr. Presidente, eu queria pedir ao Deputado Zé Geraldo, portanto, ao PT, que nos ajude a aprovar a prorrogação da CPI, porque o Deputado Zé Geraldo acabou



de dizer que no Congresso Nacional existe alguém que é o grande bandido da história da Lei Rouanet.

Então, é importante que a CPI seja prorrogada para que ele seja chamado à CPI e diga quem é esse bandido. Eu quero saber quem é o bandido, porque eu não admito mais chegarem à tribuna e colocarem o Parlamento como se fosse um bando. Eu não sou bandida, Sr. Presidente! Eu quero saber quem é o bandido.

Portanto, acho importante que haja a prorrogação, que o Deputado Zé Geraldo compareça à CPI da Lei Rouanet e diga para todos nós, nem que seja em sessão secreta, reservada, quem é esse bandido do Congresso Nacional que trata da Lei Rouanet.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o Deputado Gonzaga Patriota votou com o partido.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ontem à noite eu quase fiquei sem dormir. Eu estava assistindo à televisão quando...

O som está ruim. Melhore o som, por favor.

Vou começar de novo. Ontem à noite eu quase não dormi. Eu estava vendo televisão quando ouvi a seguinte notícia: a Comissão da Reforma Trabalhista vai fazer um projeto terminativo. Para o senhor e a senhora que estão em casam que não têm obrigação de saber o que é terminativo, eu vou explicar: eles vão resolver tudo lá na Comissão; não vão mandar a matéria para o plenário, eles vão mandar diretamente para o Senado.



Michel Temer precisa saber que aqui ainda existem homens. Isto aqui não é o terreiro dele, não. Esse projeto da reforma vai ter que passar pelo plenário por um motivo simples: mexe nos direitos e garantias individuais.

Eu quero ouvir aqui as Lideranças do Governo e do PMDB para saber se estão com essa tratativa de fazer projeto terminativo e enviá-lo diretamente para o Senado. Nós não vamos aceitar isso.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o debate sobre a CPI da Lei Rouanet eu acho que é importante. Naturalmente, ela não pode servir para caçar bruxas, mas também não pode permitir que recursos públicos sejam utilizados de maneira indevida. A Polícia Federal já fez investigações, inclusive há a Operação Boca Livre, que identificou um rombo de 100 milhões na Lei Rouanet. Isso precisa ser apurado.

Mas, mais do que isso, Presidente, a CPI precisa produzir resultados para que a lei seja democratizada. Eu ouvi aqui o colega do PT dizer que o Governo democratizou o acesso. Nada mais falso do que isso. O Governo do PT não democratizou nada: 85% dos recursos da Lei Rouanet são concentrados em grandes grupos culturais e nas Regiões Sul e Sudeste, enquanto Norte, Nordeste e Centro-Oeste não têm o acesso devido a esse recurso.

O Ministro Roberto Freire está fazendo esse ajuste, para que a Lei possa ser de fato democratizada, para que as regiões mais pobres possam também ter acesso a esse recurso. Aí sim vai democratizar o acesso, garantir o fortalecimento da pluralidade cultural, e fazer política pública para todos, não para pequenos grupos organizados, não para os grandes artistas que têm o acesso facilitado.



Então, que se investigue, que se apure, que se dê transparência, que se jogue luz, mas que, de outro lado, se fortaleça a Lei Rouanet, para que ela possa alcançar o pequeno e o médio produtor cultural de outras Regiões do País.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu também quero fazer um apelo a todos para que nós possamos aprovar a prorrogação da CPI da Lei Rouanet, para que se investiguem os gastos públicos, evidentemente, e também fazer coro com os meus colegas não só para democratizar da forma que sejam redistribuídos os recursos, mas para que todas as Regiões possam ser absorvidas pelo benefício, e também que não seja usada a Lei Rouanet para disseminar apenas uma crença ideológica no País, como foi nos últimos 13 anos: apenas aquele que era aliado ideologicamente ao Governo poderia ser beneficiado. Não, nós somos um país onde há uma vasta manifestação cultural que pensa de forma diferente, que se manifesta de forma diferente, que deve ser sim beneficiada, para que a Lei Rouanet possa de fato ser democrática no Brasil.

Faço o apelo para que haja, de fato, a prorrogação das investigações, mas também que possa ser repensada a forma como a Lei Rouanet é aplicada no País.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Só para deixar organizado, a ordem dos oradores será Deputado Fabio Garcia, Deputado Alberto Fraga, Deputado Wadih Damous e Deputado Beto Mansur.

Tem a palavra o Deputado Fabio Garcia.

O SR. FABIO GARCIA (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero me solidarizar aos votos para que possamos prorrogar a CPI da Lei Rouanet, com um objetivo muito claro: nós



precisamos democratizar a distribuição de recursos da Lei Rouanet, fazendo com que ela possa chegar às distintas regiões e Estados do Brasil.

Por exemplo, no meu Estado de Mato Grosso, são raríssimos os artistas regionais que conseguem receber recurso da Lei Rouanet para desenvolver o seu trabalho. O que enxergamos no Brasil são grupos de artistas consagrados, com cachês milionários, que andam de jatinho, recebendo recursos da Lei Rouanet, enquanto os artistas regionais não têm condições de continuar fazendo o seu trabalho, preservando e divulgando a cultura de cada Estado em todo o Brasil.

Então, o meu apoio é condicionado a que possamos democratizar e apoiar de forma clara os artistas regionais de todo o País, principalmente os do nosso Mato Grosso.

Quero também prestar minha solidariedade ao Município de Campo Novo do Parecis, a todos os munícipes e ao Prefeito Rafael, atingido por um alagamento muito sério no sábado, com mais de 3 mil pessoas afetadas. Um bairro inteiro, o Jardim das Palmeiras, está alagado.

Quero agradecer ao Presidente Michel Temer, que de prontidão decretou estado de emergência pelo Governo Federal e disponibilizou quites emergenciais de limpeza pessoal e mantimentos para ajudar aquele Município.

Presto minha solidariedade a Campo Novo do Parecis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga. Depois, falarão os Deputados Wadih Damous, Beto Mansur e Erika Kokay.



O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu queria informar ao Plenário que a Polícia Federal já prendeu mais de 15 pessoas e já apurou o desvio de mais de 20 bilhões de reais em renúncia fiscal nos últimos 13 anos. Por isso é fundamental a prorrogação da CPI. Quem não quer a prorrogação é porque tem algo a esconder. Nós não podemos aceitar que uma lei tão importante para o artista iniciante esteja sendo utilizada para desvios de recursos.

Sr. Presidente, mais de 85% dos recursos são destinados para São Paulo, para a Região Sudeste. Dos 34 mil processos, 85% possuem graves irregularidades. É evidente que não tivemos tempo de fazer essa apuração, tendo em vista a quantidade de problemas que tivemos nesta Casa.

Portanto, agora, com o compartilhamento do inquérito policial, com a Polícia Federal a nossa disposição, que colocou a delegada encarregada da Operação Boca Livre, com o relatório da CGU e com a Receita Federal conosco é que a CPI vai apontar quem verdadeiramente desviava esses recursos e quem formou uma quadrilha para dilapidar o patrimônio público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sergio Zveiter) - Tem a palavra o Deputado Wadih Damous. *(Pausa.)*

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB-PI Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero registrar que nas votações anteriores eu votei segundo a orientação do partido.

O SR. WADIH DAMOUS (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para me solidarizar com o colega,



Deputado Rodrigo Pacheco, do PMDB, que ontem foi achincalhado de forma vil no *Jornal Nacional* devido as suas posições jurídicas. E são as mesmas que eu defendo.

Não acho que o Ministério Público deva ter monopólio de investigação policial. A Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, não era a PEC da corrupção coisíssima nenhuma. O fato de o Deputado Rodrigo Pacheco ter defendido réus do chamado mensalão não o desmerece. Tudo isso é para impedir que ele assuma o Ministério da Justiça.

É claro que eu não apoio qualquer indicação ou qualquer nomeação desse Governo, mas tenho que reconhecer que o Deputado Rodrigo Pacheco, que foi meu colega na OAB, é um Deputado e um homem honrado. E a posição que defende acerca da extinta PEC 37/11 é a mesma do Ministro Carlos Velloso, que está cotado para o Ministério da Justiça. Merecerá o ex-Ministro do Supremo Carlos Velloso o mesmo achincalhamento de que foi vítima o Deputado Rodrigo Pacheco?

Aqui ficam o meu abraço e a minha solidariedade ao advogado e colega, Deputado Rodrigo Pacheco, e a minha repulsa ao que foi divulgado no *Jornal Nacional*.

Durante o discurso do Sr. Wadih Damous, o Sr. Sergio Zveiter, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 258;

NÃO: 78;

ABSTENÇÃO: 1;

TOTAL: 337.

A CPI ESTÁ PRORROGADA.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, há um projeto, enviado pelo Governo anterior, chamado PROCULTURA. Esse projeto resolve os problemas da Lei Rouanet; esse projeto descentraliza os recursos da cultura, que são centralizados no Sudeste; esse projeto assegura a cultura de raiz e a cultura popular; esse projeto corrige uma distorção da Lei Rouanet: um dos principais doadores — tem, portanto, renúncia fiscal — é o Itaú.

O Itaú é um dos maiores beneficiários, não paga imposto. É um banco, e não paga imposto. Ao mesmo tempo, utiliza-se desses recursos públicos para fazer o seu *marketing* corporativo.

Portanto, a Lei Rouanet tem problemas.

A CGU e a Polícia Federal estão investigando isso graças ao Governo Lula e Dilma, porque, se fosse no Governo Temer...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB-RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu acho que deve haver razoabilidade. Senhores, vamos dar a César o que é de César.

O prazo de 180 dias, no caso dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, é insuficiente para se investigarem anos de desvio, anos de corrupção, anos da má prática daquele Governo de desviar os recursos que deveriam incentivar a cultura brasileira. Foram, por causa dos maus hábitos, da irresponsabilidade e dos crimes cometidos pelo Governo do PT, mal distribuídos.



Esses desvios de recursos, todas essas renúncias fiscais, entre outras denúncias que nós estamos acompanhando nessa CPI, são uma comprovação de que é muito crime para pouco tempo.

Então, nós, sim, pedimos sensibilidade para que se estabeleça a prorrogação dessa CPI, para que, de fato, seja apurado tudo o que foi cometido. E nós sabemos muito bem que não foram poucos os crimes cometidos por aquele Governo infeliz, o Governo do PT.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO (PPS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto. Eu cheguei atrasado porque está difícil entrar no plenário e, no plenário, está difícil caminhar para votar em tempo. Então, por causa desse atraso de alguns segundos, eu não pude votar, mas voto "sim", com a bancada do PPS, pela prorrogação da CPI da Lei Rouanet.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou direto ao Projeto de Lei nº 6.568, de 2016. Com isso, o requerimento da Deputada Benedita da Silva de inversão de pauta fica prejudicado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passo à leitura do item:

PROJETO DE LEI Nº 6.568, DE 2016

(DO SENADO FEDERAL)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, que altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País. Pendente de parecer das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Tendo apensados os Projetos de Lei nºs 2.617, de 2015, e 2.926, de 2015.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, tem a palavra o Deputado Alexandre Baldy. *(Pausa.)*

Antes, requerimento de votação, pelo processo...

O SR. BALEIA ROSSI - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação pelo processo nominal:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do Artigo 186, II, do Regimento Interno, a votação nominal do requerimento que solicita a retirada de pauta do PL 6.568/2016.

Sala das sessões, 15 de fevereiro de 2017

Deputado Zeca Dirceu



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, atendendo aos pedidos dos Governadores, nós vamos solicitar que sejam retirados esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação nominal de requerimento de retirada de pauta:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 117, XII, combinado com o artigo 186, inciso II, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento de retirada de pauta do PL 6.568/2016 seja realizada pelo processo nominal.

Sala das sessões, 15 de fevereiro de 2017

Deputado Glauber Braga



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. *(Pausa.)*

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, houve um acordo no Colégio de Líderes hoje sobre o projeto do Deputado João Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está sobre a mesa. Depois do projeto da repatriação, votaremos por acordo. Não há nenhum problema.

O SR. BALEIA ROSSI - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que acompanham a sessão neste momento, todos que estão aqui no plenário, qual é o problema da aprovação dessa proposta? O Congresso Nacional votou um projeto de repatriação no final de 2015. Agora se tem o que seria uma renovação da repatriação. Mas foram votadas modificações no texto do Senado Federal que veio para esta Casa. Entre as modificações, há uma dilação de prazo. Vamos dizer que a pessoa não tenha solicitado a repatriação até o ano de 2016, relativa ao ano anterior, 2015, e tenha mandado dinheiro para o exterior depois do projeto aqui votado. Ela vai poder, a partir deste momento, pedir novamente que seja cadastrada, inscrita, para o processo de repatriação.

Além disso, a proposta do Senado veio com uma modificação do que a lei já tinha deliberado. Ela dizia que agentes públicos não poderiam participar do processo de repatriação porque a proposta cola com ela exatamente uma anistia a crimes



relacionados ao processo de repatriação, a punibilidade. Agora, nesta matéria, diz-se que cônjuges e parentes poderão participar da repatriação. É claro que queremos que todo recurso remetido ilegalmente ao exterior volte para o Brasil — quanto a isso, não há dúvida —, mas a extinção de punibilidade, garantindo que cônjuges e parentes possam participar da repatriação, não nos parece razoável.

Imaginem que um agente público, depois da aprovação dessa lei, tenha colocado recursos na conta de um cônjuge ou de um parente e que esses recursos tenham sido remetidos ao exterior. Eles agora, a partir deste momento, podem retornar aos cofres brasileiros devido a essa extinção de punibilidade.

É essa a preocupação que queríamos dividir com os Deputados e Deputadas.

Diga-se ainda que aquilo apresentado como relatório só foi distribuído para as bancadas agora há pouco. Tivemos acesso a esse texto no plenário.

Esse texto traz esses elementos que são objeto de preocupação e que eu tive aqui a oportunidade de abordar.

Por esse motivo, apresentamos este requerimento e esperamos que esta matéria não seja votada no dia de hoje...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Raimundo Gomes de Matos votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, quando for o momento, quero usar o tempo da Minoria.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo. Antes de o Deputado Baldy falar, V.Exa. vai ter direito a fazer uso da palavra.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota “sim” e explica. Nós entendemos que a situação falimentar de muitos Estados brasileiros é derivada mais de uma crise de má gestão, aí incluída a corrupção larvar, do que dessa arrecadação emergencial. Evidentemente, os patriotas que colocaram seu rico dinheirinho, às vezes até de origem suspeita, lá fora têm a obrigação de trazê-lo de volta, e a Câmara, o Congresso já ofereceu essa oportunidade. Entretanto, essa é uma nova lei de repatriação, na verdade, uma nova oportunidade. Nós queremos discutir isso com muito mais vagar, com muito mais detalhes.

Aliás, eu me lembro do empenho do Deputado Eduardo Cunha, que conhece de recursos lá fora, para aprovar a outra lei. Ele agora, visto o que o Supremo Tribunal Federal está decidindo, continuará preso, deve estar torcendo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota, Deputado Chico?

O SR. CHICO ALENCAR - ...para essa nossa lei.

O voto do PSOL é “sim”. Vamos olhar isso com calma e ver muito bem esse projeto aí, porque ele tem armadilhas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação...

A SRA. ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, a orientação do PCdoB...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É que está todo mundo votando “não”. Todo mundo participou do almoço e todo mundo é a favor da... Quer dizer, todo mundo está na posição inversa da do PSOL.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PCdoB vota “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor do requerimento de votação nominal permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. disse que todo mundo participou do almoço ou do acordo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - De um almoço em que foi tratado esse assunto. E todos ficaram a favor da votação da repatriação hoje.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, nós não fomos convidados... Só ia para o almoço quem concordasse?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, tanto que o PCdoB, que votou com V.Exa., estava no almoço. Eu pedi para convidarem todos os Líderes.

O SR. CHICO ALENCAR - É porque dizem que não há almoço...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se V.Exa. não foi convidado, peço desculpas. O almoço aconteceu na casa do Governador de Brasília, e ele pediu que convidassem a todos.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, esse assunto é tão sério...

O SR. CHICO ALENCAR - Está reforçando aquela frase, a de que não há almoço grátis. Quem almoçar concorda.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sei que num almoço se resolve, às vezes, muita coisa, mas há muitas pessoas nesta Casa fazendo regime, não puderam nem almoçar.

Acho que não é hora, Sr. Presidente. O Regimento diz, que quando um Líder é contra, não há acordo. E me parece que o PSOL é contra. Então, não há acordo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, pronto. Eu fiz a votação, só que ela foi simbólica. O PSOL não tem número para pedir verificação, Deputado.

Foi feito um almoço, foi feita uma reunião de Líderes. Infelizmente, a sua dieta é muito forte, porque não participou nem do almoço nem do cafezinho.

O SR. SILVIO COSTA - É verdade. Agora, realmente V.Exa...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia do PL 6.568/2016.

Sala das sessões, 15 de fevereiro de 2017

Deputado Glauber Braga



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente, para falar a favor. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, chamo a atenção mais uma vez de V.Exas. O que se está votando aqui é aquilo que se pode chamar de anistia de punibilidade para aqueles casos específicos de quem remeteu dinheiro ilegalmente para o exterior e agora quer repatriá-lo, inclusive no caso de cônjuges e parentes de agentes públicos.

É por esse motivo que a bancada do PSOL está votando “não”. Está apresentando requerimentos para que esta matéria não seja votada no dia de hoje.

Há um fator a mais no texto que foi apresentado. Vamos dizer que o cônjuge ou parente tenha apresentado uma solicitação de cadastramento para repatriação anterior à apresentação deste projeto. Esta proposta convalida aquilo que era irregular. Muito se falou em anistia de caixa dois, em anistia dessa ou daquela prática, mas a votação de hoje tem uma relação direta com anistia a quem fez remessa ilegal de recursos para o exterior, com extinção de punibilidade.

Nós queremos que os recursos que foram mandados ilegalmente para o exterior retornem ao Brasil? É claro que sim, mas não do jeito que está colocado, com extinção de punibilidade para quem o fez.

A bancada do PSOL pede o apoio dos demais Parlamentares para que nós possamos aprovar este requerimento de retirada de pauta e ampliar a discussão com a sociedade brasileira.



Eu sou do Estado do Rio de Janeiro, que está passando por um momento difícil. Agora, será que o Estado do Rio de Janeiro, que passa por um momento tão difícil, vai resolver os seus problemas sociais, políticos e fiscais com repatriação de dinheiro de cônjuge de agente público ou de parente de agente público? É lógico que não!

O que nós precisamos é de uma reestruturação das finanças públicas e da forma de governar, para que esse tipo de crise não venha a acontecer de novo nos Estados brasileiros.

Nós não podemos considerar natural que, repito, aqueles que mandaram irregularmente dinheiro para o exterior — nós estamos falando de grandes somas, de grandes interesses — tenham esse dinheiro de volta ao Brasil com qualquer tipo de punibilidade extinta e sem o acompanhamento devido do Estado brasileiro.

Nós pedimos o apoio dos Deputados e das Deputadas para este requerimento de retirada de pauta desta matéria.

Essa é a solicitação do PSOL a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos tratando desta matéria da repatriação, que já foi discutida na decisão anterior. Houve um longo debate, foi aprovada a repatriação, foi executada a repatriação. Portanto, a discussão de mérito, a discussão conceitual, já foi feita nesta Casa.



Não importa que ela seja repetida, mas agora estão presentes em massa aqui em Brasília os Prefeitos das cidades brasileiras, estão aqui os Governadores dos Estados brasileiros pedindo mais justiça quanto ao pacto federativo. É uma alternativa desta Casa dar uma contribuição aos Prefeitos brasileiros e aos Estados federados.

Por isso, o PDT vai votar contra a retirada de pauta. O PDT vota “não”.

A SRA. ALICE PORTUGAL - O PCdoB, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, o PP...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL tem posição crítica, votou contra na primeira vez. Nós legalizamos o roubo! É um escândalo. E o que se quer agora? Prorrogar o prazo, para que quem continuou a desviar recursos públicos, depois de aprovada a lei, e os mandou para o exterior possa agora legalizá-los, inclusive sem ter que os repatriar.

Agora até os parentes dos corruptos que têm cargo público poderão ter anistia? Essa história de repatriação é uma falácia. A pessoa pode manter os recursos lá fora. Ela apenas pagará, ao se registrar, cerca de metade do que um trabalhador paga de Imposto de Renda, ou seja, ela pagará 15%. Isso é um prêmio para a corrupção sistêmica neste País!

Nós não podemos ser coniventes com isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos profundas divergências em relação ao texto.



Esse é o quinto texto apresentado. Mas, compreendendo a avidez de todo o sistema federativo, nós vamos permitir que o debate siga.

O PCdoB é contra a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação...

O SR. HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, eu peço a palavra para orientar a bancada da Minoria.

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, pode colocar “não” para todos os partidos da base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é verdade que muitos de nós votamos uma primeira rodada no caso deste chamado projeto de repatriação. Mas a questão central aqui é a seguinte: esse dinheiro é fruto de sonegação fiscal, que é crime, é fruto de evasão de divisas.

Em alguns casos, esse dinheiro ficou 10, 15, 20 anos lá fora, e não gerou nenhum tributo dentro do Brasil. E agora aqueles que não aproveitaram o primeiro momento que foi aberto querem mais uma vez abri-lo, para trazer esse dinheiro pagando apenas 35%.

Isso é um escárnio ao brasileiro que paga os seus impostos de forma correta. É uma espécie de incentivo à evasão de divisas e à sonegação tributária.

Sr. Presidente, eu peço 1 minuto para concluir.

Se fosse para aprovar um projeto como este...

(Desligamento automático do microfone.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PPS vota "sim".



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de conceder a palavra ao Deputado Alexandre Baldy, passo a palavra ao Líder da Minoria, o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero fazer alguns comentários sobre fatos que me chamaram muito a atenção nos últimos dias.

Na semana passada, o jornal *Valor Econômico* trouxe uma importante matéria, em que se apresenta uma comparação entre o período em que o Presidente Lula governou o Brasil e o período atual, no que tange a indicadores sociais e econômicos. Nessa matéria o jornal faz uma caracterização segundo a qual o País está com saudade do Presidente Lula.

Hoje, uma outra notícia me chamou muito a atenção, Sras. e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros. A Fundação Getulio Vargas divulga hoje um relatório — vejam a importância desse dado —, em que faz uma comparação com o momento econômico atual e o momento econômico dos Governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores. Na era Lula, nós tivemos os melhores indicadores sociais e econômicos, Deputada Luiza Erundina, dos últimos 30 anos. Vejam bem, dos últimos 30 anos! São dados absolutamente importantes para a nossa reflexão.

Hoje, Sras. e Srs. Parlamentares, eu estava no almoço com vários Governadores, com vários Líderes de bancada. Eu estava chegando ao local do almoço e vi aquelas conversas paralelas, de dois a dois, vários Governadores. Eu ouvi muito lá, Deputado Wadih: “*Rapaz, você viu?*” E eu fiquei me perguntando o que seria aquilo. Agora eu recebo a notícia de que, na manhã em que os



Governadores estavam reunidos, acabava de ser divulgada uma pesquisa que dizia que o ex-Presidente Lula lidera todos os cenários de uma provável disputa em 2018.

Eu nem quero falar da pesquisa propriamente dita. O que eu quero dizer aqui é que já se passaram 8 meses, Deputado, Líder Andre Moura — é preciso que as Lideranças do Governo se deem conta disso, é preciso que a base do Governo se dê conta disso —, já se passaram 8 meses, e até hoje ninguém sabe para onde vai a economia brasileira e qual é o caminho que o País trilhará nesses próximos meses ou até 2018.

Eu olho agora para o passado, recorro à História. Em 1945, deram o golpe no Getúlio. Todo mundo se lembra disso, os estudiosos se lembram disso. Getúlio se recolheu, foi para São Borja. Em 1951, Getúlio volta pelo voto popular. E foi exatamente no período do voto popular que Getúlio marcou a história do Brasil, principalmente com a nossa querida CLT, com a criação e o fortalecimento da PETROBRAS e várias outras medidas de proteção social para o País.

Aliás, é em relação à CLT que o Governo atual quer fazer uma reforma, para estabelecer esta máxima, que é a centralidade da reforma: o negociado se sobrepõe ao legislado. Essa é a fonte inspiradora dessa reforma trabalhista que está em tramitação nesta Casa. Ou seja, o legislado não vale mais nada, tudo tem que ser com o negociado. O negociado se sobrepõe a tudo. Um importante instrumento para regular a relação entre capital e trabalho está sendo desmontado nessa reforma trabalhista.

No período Lula, não houve crise econômica? É claro que houve. Não houve problema na economia? É claro que houve. A diferença é que, no Governo do Presidente Lula, lá atrás, ele enfrentava as crises com uma centralidade que era



colocar crédito na praça, transformar os bancos públicos em instrumentos de crédito para que a economia pudesse gerar oportunidade e renda. Foi exatamente no período em que Lula governou o Brasil que os pobres entraram no Orçamento da União.

É claro que alguns que fizeram oposição ao nosso Governo podem dizer: *“Mas a crise foi iniciada no final do Governo da Presidenta Dilma!”* É verdade, mas vieram ao Parlamento e disseram que, depois que retirassem Dilma, em poucos meses o País voltaria a ter credibilidade, a economia voltaria a crescer e nós encontraríamos o caminho do desenvolvimento e do crescimento econômico.

São quase 13 milhões de desempregados! Por que as pessoas estão com saudades de Lula? Alguns ficam até um pouco envergonhados quando nos encontram. Dizem, por exemplo: *“O que está acontecendo? Batem tanto em Lula. É todo dia, até mesmo no episódio da morte da D. Marisa!”* As pessoas não entendem por que o Presidente Lula ostenta esse prestígio no Brasil. Sabem por quê? É porque o povo percebeu, as pessoas estão com saudade da transposição do Rio São Francisco, que está parada; do Bolsa Família; do reajuste do salário mínimo; do FIES; do Ciência sem Fronteiras.

O País está com saudades do Lula porque as pessoas percebem o desastre econômico daqueles que prometeram o céu, e estão dando o inferno ao povo brasileiro. A economia patina, os investimentos públicos estão caindo, e a solução não é fazer reforma tirando direitos, quebrando direitos.

É por isso, Sr. Presidente, que o atual Governo tem uma rejeição tão alta.

Eu ouvi muitos discursos da Oposição na época em que eu era Líder do Governo da Presidenta Dilma, Deputado Priante: *“Ninguém governa o Brasil com*



13% de aprovação. Ninguém governa o Brasil com 10% de aprovação". Está aí o resultado.

Abram o olho. O Brasil pode se transformar e pode, inclusive, tomar um caminho perigoso, porque a Direita está ouriçada.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, eu vou reduzir o tempo do PT, senão vai explodir o prazo desta sessão.

O SR. DANILO FORTE - Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deixe o Deputado falar.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu concluo, com uma frase: o Brasil está com saudade do Presidente Lula, porque ele fez, e fez muito.

O Brasil reconhece o seu legado. É por isso que ele poderá voltar em 2018, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Zarattini, pela Liderança do PT.

O SR. DANILO FORTE (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Danilo Forte só queria registrar que tem acompanhado as votações, votando sempre com o seu partido.

Em função de uma reunião em que estava no Palácio do Planalto agora há pouco, não pôde participar da votação, mas está aqui justificando o seu posicionamento.

O Deputado Danilo Forte vota com o PSB.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu queria, primeiro, justificar aqui que nós estamos votando favoravelmente a esse projeto da repatriação por um motivo fundamental, que é a possibilidade de os Estados e Municípios receberem recursos e melhorarem as suas finanças. Na verdade, nós estamos vendo a crise econômica se alastrar em todo o Brasil. Em todo o Brasil, a situação das Prefeituras e dos Estados é cada vez mais grave.

O lema anunciado deste Governo é *Ordem e Progresso*. Na verdade, o lema desse Governo deveria ser *anarquia e retrocesso*, que é ao que nós estamos assistindo no Brasil: massacres de presos em Manaus e Natal, rebelião da PM no Espírito Santo, ameaças no Rio de Janeiro, o que vem acontecendo em Belo Horizonte.

Para essa situação, o Governo só tem uma única reação: colocar a Força Nacional de Segurança e as Forças Armadas para resolverem problemas que não são delas. As Forças Armadas não têm que fazer revista de preso. As Forças Armadas não têm que ser usadas em ações de garantia da lei e da ordem — GLO em todos os momentos no País.

Qual é o objetivo deste Governo? Não é capaz de reorganizar as Polícias Militares? Não é capaz de propor uma alternativa para evitar a crise na segurança dos presídios? Não é capaz de resolver o problema dos Estados? Não! Este Governo não é capaz! Este Governo só tem uma política, a do arrocho fiscal sobre



os Estados, sobre os Municípios, sobre os investimentos. Com isso, a depressão econômica atinge todo o País.

Parece que o Palácio do Planalto vive em outro mundo, em outro País. O País se acabando, e o Palácio do Planalto fazendo festa a todo momento. O Presidente da República vai justificar e arrumar uma nova jurisprudência para a manutenção de Ministros, Ministros que sejam denunciados, investigados. Criou uma nova formação jurídica.

O Ministro Eliseu Padilha vai, despudoradamente, justificar a nomeação do Ministro Ricardo Barros para a Saúde como um acordo político para obtenção de votos do PP, e considera o Ministro um notável, um notável!

Ora, Sras. e Srs. Deputados, vamos cair na real! O País está desmoronando, está se “desmilinguindo”. É necessário que acordemos. A proposta de reforma da Previdência e a proposta de reforma trabalhista vão jogar o Brasil ainda mais no caos. A situação vai piorar. Se hoje nós já estamos vendo crianças pedindo esmola nos faróis, com certeza, daqui a pouco, vamos ver os velhos pedindo esmola nas ruas. Por quê? Porque eles querem acabar com a possibilidade de aposentadoria. Querem reduzir o valor da aposentadoria. Querem fazer com que a LOAS seja desvinculada do salário mínimo. Querem aprovar uma legislação que acaba, na prática, com o trabalho formal.

Essas medidas não são medidas de recuperação econômica, não são medidas para melhorar a vida do povo brasileiro. São medidas que vão aprofundar a crise. Nós temos que dizer isto: é nossa responsabilidade dizer o que está acontecendo no País.



O Sr. Michel Temer age como se nada estivesse acontecendo. O País está normal. O seu Ministério não é capaz de responder aos problemas graves que estão sendo postos.

Nós estamos aguardando a solução do acordo dos Estados. Os Estados estão falidos. A pior situação é a do Rio de Janeiro. O Governador Pezão não tem mais dinheiro para absolutamente nada, e o Estado está um caos. Então o Governo manda milhares de fuzileiros navais e soldados do Exército, para controlar a situação. Isso não é correto. Isso não é correto.

O Governo precisa tomar uma nova medida econômica, de recuperação, e não apenas essas medidas de ajuste fiscal, que não levam a absolutamente nada. A reforma da Previdência não é reforma coisa alguma! Ela é um ajuste fiscal sobre a cabeça dos mais pobres, dos que mais precisam. Não se trata aqui de fazer uma reforma para o futuro, porque o que está sendo colocado agora é a redução do valor da aposentadoria daqueles que vão se aposentar agora, para reduzir a despesa da Previdência Social.

Porém, em nenhum momento, o Governo fala em reduzir juros reais — os juros reais —, ou seja, a diferença entre a taxa SELIC e a inflação está aumentando. Os juros não caíram! O juro real vem aumentando. E essa situação não possibilita a recuperação econômica.

A bancada do PT está preocupada com essa situação e está se mobilizando. Nós vamos mobilizar o Brasil, vamos não apenas mobilizar o Brasil contra a reforma da Previdência, mas também vamos exigir uma política econômica de desenvolvimento e de distribuição de renda, de apoio à produção, e não de



condenação da produção, como querem fazer no BNDES, acabando com as condições de financiamento do BNDES.

Nós não aceitamos que continue sendo assim. Vamos lutar decididamente contra essa política, que é a política da anarquia e do retrocesso, não é da ordem e do progresso.



O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O Deputado Orlando Silva votou de acordo com a orientação do partido nas votações anteriores, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, para uma Comunicação de Liderança, pelo PCdoB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade, estamos tratando, no Plenário desta Casa, de um projeto que já teve modificações inúmeras vezes. Cinco vezes, para dizer mais precisamente, mudou-se o teor da matéria.

É uma matéria delicada, é uma matéria que trata, de fato, de buscar formas de capitalização de Estados e Municípios.

O PCdoB tem um compromisso profundo com os Estados e Municípios. O Governador Flávio Dino recebeu no Maranhão uma herança maldita de uma oligarquia violenta e totalmente desatenta e perversa para com seu povo mais pobre.

No entanto, nós sabemos que a matéria, em si, é uma matéria deletéria. É uma matéria, no seu conteúdo, extremamente complicada. Ela fornece uma dupla anistia a ilícitos cometidos. Ela renova a data de incorporação de novas repatriações para aqueles que não cumpriram a data anterior e que podem estar cometendo ilícitos nesse interregno, nesse espaço de prazo.

Então tudo isso será analisado por nossa bancada, porque de um lado o projeto de lei é ruim. O PCdoB ofereceu emenda ao art. 11. Esse artigo dá o direito a parentes, de parentesco sanguíneo ou afetivo. E não há dúvida, esse é um fator terrível — terrível —, inclusive para nós Parlamentares. Vamos emendar, vamos buscar diminuir.

A avidez dos Estados e dos Municípios nos sensibiliza — nos sensibiliza. A bancada discutirá imediatamente o seu voto em relação à matéria.



Mas quero aproveitar este minuto que me resta para dizer que a reforma da Previdência é algo que não tem conserto. Essa reforma pretende acabar com a aposentadoria.

Nós sabemos que a nossa Previdência Social nasce na década de 20 sob a forma de institutos, de uma caixa. Depois da década de 40, ela vira institutos diversos por ramo de atividade e, só na década de 60, transforma-se no velho INAMPS, na estruturação previdenciária propriamente dita, agora detonada pelo Governo ilegítimo do Sr. Michel Temer.

Causa-nos espécie. Não há mais cálculo atuarial, não há discussão sobre a Previdência como caixa solidária. Quebra-se o princípio da solidariedade geracional.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço-lhe que encerre, Deputada.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Vou encerrar.

E hoje é o fim da aposentadoria especial, da aposentadoria por invalidez. Os valores da pensão por morte são menores, há menos benefícios assistenciais.

Sr. Presidente, isso é um golpe contra a aposentadoria! Aposentar mulheres e homens aos 65 anos e não levar em consideração que os trabalhadores contribuem, em média, 4 meses por ano — porque no resto do ano estão desempregados — é uma política absurda do Governo ilegítimo.

Então, nós votaremos contra essa reforma da previdência. Vamos mobilizar o Brasil em defesa da caixa geracional e solidária, o maior programa de renda mínima, que é a Previdência Social.

Muito obrigada.



O SR. PAULÃO (PT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Paulão votou com o partido na votação anterior.

O SR. PEDRO CHAVES (PMDB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pedro Chaves votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PHS-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Dr. Jorge Silva votou com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Basta dar a presença, por favor.

O SR. CÉSAR HALUM (PRB-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado César Halum votou com o partido nas votações anteriores.

O SR. VICTOR MENDES (Bloco/PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uma Deputada baiana falou do Maranhão, e eu quero reforçar que o Maranhão não mudou muito; pelo contrário, está pior, porque o clima de perseguição é muito mais forte no Estado agora.

Só queria fazer essa correção no discurso da Deputada que me antecedeu. Ela tem que ir lá e ver que não mudou muito.

Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com a palavra o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Farei a leitura do relatório da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado acerca do Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, que tem apensados o Projeto de Lei nº 2.617, de 2015, e o Projeto de Lei nº 2.926, de 2015 e que altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária — RERCT de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País.

“I - Relatório

O Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, de autoria do Senado Federal, objetiva reabrir, com alterações pontuais, o prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (...). Em anexo, acompanham os Projetos de Lei nºs 2.617 e 2.926, ambos de 2015, os quais, por sua vez, instituem regimes especiais de anistia tributária próprios. Ressalte-se que o objeto destes dois últimos é extremamente próximo ao da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que instituiu o RERCT, também conhecido como ‘programa de repatriação’.

Retornando ao PL 6.568/16, temos que as principais modificações que ele propõe à lei em vigor são:



- a) A flexibilização da data de exigência de domicílio do declarante, que passa a ser 'qualquer período entre 31 de dezembro de 2010 e 30 de dezembro de 2016';
- b) A indicação de que a extinção da punibilidade dos crimes concedida pelo RERCT alcança exclusivamente os crimes praticados até a data de adesão ao programa;
- c) A autorização para que cônjuges e parentes de agentes políticos ingressem no programa;
- d) A proibição a todo e qualquer agente público em aderir ao RERCT (segundo a lei atual, apenas estão vedados aqueles que ocupem cargo de direção ou eletivos);
- e) A reabertura do prazo para adesão por 120 dias, contados a partir do trigésimo dia a partir da publicação (...);
- f) A alteração da data paradigma para a verificação do *status* patrimonial e para o fechamento do câmbio para ativos moedas estrangeiras de 31 de dezembro de 2014 para 30 de junho de 2016;
- g) A majoração do tributo cobrado para a regularização, de 15% para 17,5% — o mesmo ocorrendo, conseqüentemente, com a multa, totalizando 35% (...);
- h) A autorização para que os que aderiram ao RERCT na primeira oportunidade complementem suas declarações e regularizem os bens outrora não regularizados, desde que observadas as novas regras instituídas.



Encaminhadas as proposições inicialmente à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, passa-se à análise do mérito.

É o relatório.

II - Voto (...)

A intenção de ambos os projetos apensados em análise é a de instituir programa especial de regularização de ativos não declarados mantidos no exterior. Essa ideia se alinha ao movimento global de oportunizar uma última chance” — ou uma última janela — “para a regularização amigável dos recursos, tendo em vista a mudança de paradigma acerca do compartilhamento de informações bancárias e fiscais entre as diversas nações.

Formalmente, contudo, verificamos que o conteúdo original dos projetos teve sua conveniência prejudicada, pois se destina a disciplinar o que já passou a constar do ordenamento jurídico com a edição da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que *‘dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (...) de recursos, bens ou direitos de origem ilícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País’*.

A referida norma é oriunda do PL 2.960/2015, apresentado em 10 de setembro de 2015 pelo Poder Executivo, sendo contemporânea aos projetos sob análise. Destarte, consideramos que os projetos sob análise não se mostram convenientes, pois tratam de matéria já positivada e, ressalte-se, de forma mais completa pela novel norma de regência.

Nestes termos, é o caso de nos determos mais profundamente sobre o PL 6.568, de 2016, que altera o regime já em vigor.



O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (...) trazido pela Lei nº 13.254/2016 é programa temporário estabelecido para permitir que contribuintes brasileiros regularizem seus ativos mantidos no exterior e não declarados aos órgãos nacionais de fiscalização.

Contudo, o referido regime especial não escapa incólume à análise crítica de alguns de seus dispositivos. Assim, a despeito de ser recém-editada, é a Lei 13.254/2016 passível de alterações pontuais que tragam mais efetividade ao seu objeto e eliminem eventuais situações de insegurança jurídica que apresenta.

Assim, entendemos por oportuna a reabertura da discussão do RERCT, pelo que alteramos questões trazidas à baila pelo PL 6.568/16.

Inicialmente, entendemos ser inviável o descasamento da data de domicílio exigida em cotejo com a data do fato gerador. É dizer: o declarante deve estar domiciliado em território nacional na mesma data em que a lei considera ocorrido o acréscimo patrimonial, de modo a garantir a submissão da pessoa à legislação tributária brasileira. Em virtude disso, suprimimos o § 3º-A que se desejava acrescentar ao art. 1º da Lei 13.254, de 2016.

Em segundo lugar, incluímos dois parágrafos ao art. 9º da lei em vigor para prever que a incorreção de valores dos bens declarados não ensejará a exclusão do regime, mas apenas o pagamento dos tributos devidos nos termos da legislação tributária ordinária. Tendo em vista a exigência de declaração de valores já gastos no passado, há grande probabilidade de que contribuintes não consigam apurar de forma precisa cada valor dispendido. Assim, evita-se que por algum erro banal o declarante seja eliminado do programa.



Por entendermos que deva ser utilizada a alíquota do tributo vigente à época da ocorrência dos fatos, mantemos a alíquota em 15%” — do imposto — “e alteramos a alíquota da multa, de 100% para 135%, o que resulta praticamente no mesmo resultado sugerido pelo Senado Federal.

Como o projeto encaminhado autoriza a adesão pelos parentes de ocupantes de cargos eletivos, cuidamos de inserir dispositivo que convalide adesão feita por estes quando da ocorrência da primeira oportunidade do RERCT. Caso contrário, pode ser que sejam excluídos do regime futuramente, quando não houver mais prazo para aderir à segunda rodada de regularização.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, nos termos do substitutivo que apresentamos, e pela rejeição dos PLs 2.617, de 2015, e 2.926, de 2015.”

Esse é o voto.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

(PARECER A SER INSERIDO PELO SERAT)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Finanças e Tributação, com a palavra o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é o seguinte o parecer da Comissão de Finanças e Tributação:

“Ante o exposto, nosso voto é pela compatibilidade e pela adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, dos Projetos de Lei nºs 2.617 e 2.926, ambos de 2015, e do substitutivo proposto pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 2.617, de 2015, e 2.926, de 2015.”

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

(PARECER A SER INSERIDO PELO SERAT)



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para oferecer parecer ao projeto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, com a palavra o Deputado Alexandre Baldy.

O SR. ALEXANDRE BALDY (Bloco/PTN-GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é o voto, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

“Ante o exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e atendimento à técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 6.568, de 2016, e 2.617 e 2.926, ambos de 2015, e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.568, de 2016, nos termos do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e pela rejeição dos PLs 2.617/2015 e 2.926/2015.”

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

(PARECER A SER INSERIDO PELO SERAT)



O SR. CABO SABINO (PR-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Federal Cabo Sabino votou com o partido nas últimas votações.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PSOL, com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, este projeto, a rigor, devia ser chamado de “no sufoco, vale tudo”.

A repatriação já foi votada nesta Casa, confirmada no Senado e praticada dentro de determinado período. Agora, o que se quer fazer é reabrir a oportunidade da repatriação para aqueles que, mesmo já no ambiente de anistia àquela época, continuaram, passado o prazo da repatriação, enviando dinheiro ilegal para o exterior. Então, há esse ambiente movediço, suspeito, nocivo de que o projeto trata.

Ele tramitou com uma celeridade impressionante no Senado. Entrou lá no dia 8 de novembro, foi votado lá no dia 23 do mesmo mês, e, nesse mês de novembro passado, enviado para esta Casa.

Não bastassem esses elementos, o projeto, na nossa visão, do PSOL — e por isto queríamos que ele não fosse votado aqui —, traz dois pontos cruciais e terríveis. Primeiro, estabelece uma anistia dentro da anistia. Ou seja, quem aderir a esse novo programa de repatriação e fraudar os dados será multado pela Receita, mas, pagando o auto de infração, estará com tudo resolvido, inclusive o crime que praticou fica anistiado com uma multa, que se imagina inclusive moderada. Premia-se quem infringiu, já tendo infringido antes, com os recursos ilícitos no exterior que ele pretende regularizar. Então, extinguir a punibilidade, como está no § 4º da modificação do art. 9º, é algo que nós não podemos aceitar.

Há outro elemento que também é de se destacar, muito grave e preocupante. Sabemos que cônjuges e parentes de agentes públicos que mantiveram recursos



ilícitos no exterior não podem fazer a repatriação. Agora essa vedação cai. Pelo projeto, agora fica convalidada a adesão de cônjuges e parentes consanguíneos ou afins, desde que a própria Fazenda Nacional confirme que aqueles recursos não são de origem ilícita, do parente principal, digamos assim.

Por que a esposa e a filha de Eduardo Cunha foram à Justiça para repatriar recursos agora? Porque elas quiseram se beneficiar de recursos que, evidentemente, podem ter origem ilícita. Mas o que vai acontecer agora, se nós aprovarmos essa lei, inclusive com esse artigo? Elas vão estar amparadas. Perderam na Justiça até agora, mas vão poder vencer.

Portanto, o projeto é muito ruim. Ele parece querer afagar aqueles que cometeram crimes, no momento do sufoco falimentar do Estado brasileiro e das Unidades da Federação, que precisam, aí sim, de uma reforma tributária profunda, de um novo pacto federativo e de outras fontes de arrecadação que não essa aqui, que está muito mal ajambrada nesta tentativa desesperada, acelerada e equivocada.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira, para discussão.

O SR. DELEGADO EDSON MOREIRA (PR-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado, a União arrecadou um montante razoável, que ajudou os Estados e os Municípios, com a repatriação de numerários que foram levados para o exterior ilicitamente.

Eu acho que é de suma importância pegar esse numerário que lá está, parado, por alguma circunstância, que não seja criminosa — sendo criminosa, já está fora do projeto. Portanto, é preciso trazer esse numerário para o País e fazer girá-lo dentro do País. Com isso, a União vai cobrar os impostos devidos, inclusive Imposto de Renda, e vai cobrar multa. Todo esse montante será dividido com os Estados que estão quebrados e com os Municípios que também estão quebrados e necessitando de verbas para infraestrutura, saneamento básico, pagamento de pessoal etc.

Portanto, somos favoráveis. Que as pessoas que não conseguiram ser atendidas pela legislação anterior tenham uma nova oportunidade. Que a União, os Estados e os Municípios consigam fazer retornar esse numerário que está no exterior. Que, pagando-se as devidas multas e os devidos impostos, ele volte para o País e faça girar a nossa economia, que está necessitando disso.

Portanto, somos favoráveis ao projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, com a palavra o Deputado Júlio Delgado. (*Pausa.*)

Para falar contra, com a palavra o Deputado Fábio Sousa. (*Pausa.*)



O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado João Fernando Coutinho votou com o partido na última votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, com a palavra o Deputado Cabo Sabino. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Marcon. *(Pausa.)*

Para falar contra, com a palavra o Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

Para falar contra a matéria, com a palavra o Deputado Fábio Sousa.

O SR. FÁBIO SOUSA (PSDB-GO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu vou me manifestar contrário à matéria, apesar de respeitar muito o Relator, que é uma das pessoas mais próximas que tenho aqui na Casa.

Sr. Presidente, na primeira vez em que o tema repatriação foi colocado aqui na Casa — isso no ano passado —, eu me posicionei contrariamente, por vários motivos. E não será diferente agora. É uma posição pessoal. Eu não sei qual é a posição da bancada.

Por quê? Primeiro porque nós precisamos começar a ter a cultura no País de valorizar quem faz as coisas de forma certa, quem paga o seu imposto da forma correta, quem age de forma certa. Muitas vezes, nós nos preocupamos em valorizar quem faz as coisas de forma errada.

Querendo ou não, aquele que manteve seus recursos no exterior por 10 anos, 15 anos, até 20 anos, para fazer a repatriação, ficou 10 anos, 15 anos se posicionando de forma errada. E agora nós estamos fazendo algo que o beneficia.



Evidentemente, isso vai trazer recursos para o Erário, mas eu não acho que devemos buscar recursos de todas as formas ou de qualquer forma. Há formas corretas de se fazer isso.

Além do mais, se o dinheiro está lá fora, está por algum motivo. Se o dinheiro foi colocado lá fora, foi por algum motivo. Não foi de graça, não foi porque a pessoa não quis trazer o investimento para o País ou porque achou que lá teria uma renda maior. Então, posiciono-me de forma contrária a respeito disso.

Eu acho, Sr. Presidente, que, no País, no Brasil, precisamos começar a debater formas de valorizar culturalmente aquele que faz a coisa certa e de combater essa cultura do jeitinho que nós temos. É por isso que me posiciono de forma contrária.

Repito: o Deputado Alexandre Baldy é um dos Deputados desta Casa que mais respeito e admiro. Ele sabe disso. Mas não é dele a proposta. A proposta veio do Senado. Ele é apenas o Relator aqui na Casa. E acho que a proposta que veio do Senado piora até a primeira proposta que nós aprovamos aqui no plenário. É por isso que eu me posiciono de forma contrária mais uma vez, até para continuar tendo os meus posicionamentos na Casa. Na primeira vez, também me posicionei de forma contrária e vou continuar desta forma, posicionando-me de forma contrária à aprovação de qualquer repatriação nesses termos, aqui na Casa.

Sr. Presidente, é esse o meu voto.

O SR. NILTON CAPIXABA (Bloco/PTB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Basta registrar a presença.



Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Chico Alencar. Depois, terá a palavra o Deputado Daniel Coelho, para falar a favor.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos insistindo na impropriedade da votação desta matéria, que vem do Senado, pelas razões claríssimas que vamos reiterar aqui.

Em primeiro lugar, essa é a “repatriação 2”. E repatriação significa regularização de recursos ilícitos fora do País. Quem sabe lá colocados por milionários que se dizem patriotas, que fazem a bandeira nacional tremular em determinados momentos de maior fervor cívico? É claro que isso foi feito em determinado momento e teve a sua importância para aliviar a situação de arrecadação da União, de Estados e Municípios. A reiteração dessa oportunidade para oportunistas e muitos criminosos que colocaram dinheiro ilícito fora do País deve ser olhada com todo o cuidado. No nosso modo de ver, isso não cabe aqui.

É evidente que, para a situação reconhecidamente grave de gastos e de arrecadação da Federação brasileira, impõe-se uma reforma tributária progressiva, impõe-se superar a situação de hoje. Todo prefeito, governador de Estado e governante federal, sendo sincero, sabe que existe desequilíbrio na distribuição dos recursos e das arrecadações, sabe que 58% da arrecadação de impostos vão para o Governo Central; 23%, para os Governos Estaduais; e 19%, para os Municípios. A repatriação vai resolver isso? De maneira alguma.

Agora, é bom destacar que ela é um facilitário para quem agiu de maneira errada, para quem delinuiu contra o País. Por que é um facilitário? No seu novo escopo, essa “repatriação 2” dá anistia a quem? Tendo praticado a irregularidade, o crime, entra no programa de repatriação e ali fraudava dados, valores. Ainda assim,



poderá ter — e o texto é evidente sobre isto — a extinção da punibilidade dos crimes praticados, se pagar integralmente os tributos e a multa. Vejam só: é uma anistia dentro do que já foi anistiado.

O segundo aspecto, reitero aqui, é o de desautorizar decisões judiciais contra cônjuges que quiseram repatriar recursos, estando seus parentes centrais, dos recursos no exterior, até na cadeia, como é o caso de alguns notórios — daqui inclusive. Agora, não. A Justiça vai perder a base para negar isso, porque está se convalidando a possibilidade de cônjuges, parentes e afins recuperarem, trazerem de volta esses recursos. Se fraudarem, pagam uma multinha, e fica tudo certo.

Está tudo errado, na nossa visão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, este projeto tem um trecho que já foi alvo de discussão aqui, no ano passado. A bancada do PSDB na Câmara fez uma emenda para retirar do texto a possibilidade da repatriação, não só pelos agentes políticos, mas também por seus parentes. Volta agora à discussão esse mesmo tema.

Há quem argumente que há uma inconstitucionalidade em excluir ou em dizer que um brasileiro não tem o mesmo direito de outros por ter parentesco com um deputado, com um governador ou com um agente político. Talvez, numa situação de normalidade, eu pudesse até admitir esse argumento, mas, convenhamos, nós não vivemos numa situação de normalidade neste País. São vários os ex-Parlamentares, os Chefes de Poder Executivo, os Governadores e os Deputados que estão presos neste País, e, evidentemente, com recursos que foram colocadas no exterior de



forma ilícita. A legislação não pode, neste momento, abrir essa brecha, para aumentar o abismo entre este Parlamento e a sociedade brasileira.

Que tipo de manchete nós queremos amanhã nos jornais? De que mais uma vez se legislou para beneficiar parentes e, indiretamente, os corruptos que praticaram atos ilícitos, desviaram dinheiro público e colocaram dinheiro no exterior?

Neste momento, é necessário, sim, que seja feito um sacrifício e que seja compreendido pelos Srs. Deputados que não nos cabe abrir a possibilidade de parente algum de agente político neste País fazer a repatriação. A lei, neste momento, no Brasil, tem que ser mais dura, sim, com os agentes políticos. Isso foi construído de forma coletiva. A culpa não é individualmente de ninguém. Foram erros que a democracia brasileira cometeu ao longo das 2 últimas décadas. Precisamos de dureza neste momento.

É importante que seja retirada do texto a possibilidade da repatriação por parentes diretos de agentes políticos, até porque — nem é preciso citar nomes, o Brasil conhece — existem casos objetivos de agentes políticos hoje presos no País cujos parentes detêm recursos no exterior. Não queremos, de forma alguma, abrir nenhum tipo de brecha na legislação para beneficiar esse tipo de pessoa.

Então, votemos a matéria. Cada um tem a sua posição. Mas não podemos admitir a volta da possibilidade de repatriação de dinheiro que foi desviado, direta ou indiretamente, através de políticos desonestos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, para falar contra a matéria.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna com a tranquilidade de



quem já votou contra esta proposta na primeira vez em que ela foi apresentada. Portanto, não se trata aqui de uma oposição a esta proposta e de um voto favorável à proposta anterior.

Eu já votei contra a proposta anteriormente por causa de suas brechas e pelas preocupações que eu tinha com o formato original da proposta. Não bastasse isso, agora se quer aprovar um novo projeto de repatriação, no fundo, sejamos sinceros, para resolver um problema: o problema dos parentes de políticos que têm dinheiro no exterior ou não declarado e que tinha que ser declarado. É uma vergonha que esta Casa se preste a esse papel, porque essa atitude vai ser repudiada pela população brasileira. Não faz sentido procurar abrir uma brecha, uma válvula de escape, para que parentes de políticos que não declararam valores usem essa possibilidade para legalizar recursos ilegais.

Ora, não digamos que se trata apenas de recursos que não têm vínculo com o mandato ou com o cargo público exercido. Como é que se vai provar isso? O ônus da prova será necessariamente invertido. Terá que se provar que o dinheiro foi auferido através de desvio de cargo público, de dinheiro público. Essa é uma prova extremamente difícil muitas vezes.

Portanto, no fundo, o que se vai permitir é a lavagem de dinheiro desviado de cargos públicos, dos cofres públicos e legalizado por parentes de políticos. Não faz nenhum sentido permitir isso.

Corretamente esta Casa impediu que isso ocorresse na primeira vez e por essa razão esta Casa tem a obrigação moral de mais uma vez impedir que isso aconteça. Sei que, quando o ex-Deputado Eduardo Cunha estava na Presidência da Casa, isso era mais fácil, mas não é agora menos necessário. Se não valia naquela



época, não deve continuar valendo, ainda que muitos parentes de políticos insistam em que se abra essa porteira.

Além disso, a proposta tenta convalidar quem aderiu ao sistema, embora pela lei anterior isso não fosse permitido. Outro absurdo.

Não vamos legalizar uma espécie de lavanderia de dinheiro público desviado através de uma lei feita pela Casa. Vai ficar muito mal para esta Casa. A Casa tem a obrigação de repudiar esta proposta, de rejeitá-la.

É o que vou fazer, vou votar contra. E faço um apelo aos colegas para que façam a mesma coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, com a palavra o Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nós estamos discutindo a nova lei de repatriação de recursos, bens ou direitos que brasileiras e brasileiros têm no exterior.

Já aprovamos essa lei no passado, aqui na Câmara, justamente para que pudéssemos legalizar a situação desses recursos que estão fora do nosso País. Vamos permitir à União, aos Estados e aos Municípios receberem das cidadãs brasileiras e dos cidadãos brasileiros aquilo que deveriam pagar, que é o Imposto de Renda sobre bens, direitos e receitas que tiveram no passado e que deixaram de ser declarados.

Na verdade, este projeto que foi aprovado no Senado é ainda melhor do que o anterior, porque não vai haver disputas judiciais, como as que ocorreram no ano passado, quando vários Municípios entraram na Justiça para terem direito àquilo que



foi arrecadado com o pagamento de multas do Imposto de Renda por esses contribuintes. Já está no próprio texto: 46% dessa receita, desses recursos arrecadados serão automaticamente distribuídos para Estados e Municípios.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a situação financeira dos 5.570 Municípios do nosso País, assim como a dos 27 Estados da Federação é de grave penúria, porque não há receita suficiente para bancar os serviços públicos pelos quais o cidadão brasileiro espera. E nós não podemos deixar que esses recursos que podem vir para o Brasil fiquem lá fora. Então, que eles venham para o nosso País, que as pessoas que levaram recursos para fora do Brasil e não os declararam no passado — e muitos recursos foram obtidos lá fora mesmo — possam trazê-los para cá.

E tem que ser provada a origem lícita desses recursos. Aqui não se está trabalhando para trazer dinheiro constituído de maneira ilícita no exterior, mas, sim, de maneira lícita. Isso está no próprio projeto de lei que nós estamos discutindo no dia de hoje.

Peço o apoio das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para a aprovação do referido projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 178, combinado com os arts. 117, XI, e 157, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão e do encaminhamento do PL 6.568/16.

Ricardo Tripoli

Líder do PSDB



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Prorrogo a sessão por 1 hora.

Para falar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós temos ouvido um argumento muito nobre e justo de que todos aqui queremos encontrar uma forma de ampliar os repasses para Estados e Municípios. Mas ninguém disse, por alguma determinação divina, que a única maneira de melhorar a situação dos Estados e dos Municípios seria reabrir o programa de repatriação.

O primeiro argumento, que é fundamental: esse dinheiro, Deputado Givaldo Vieira, é fruto do crime de evasão de divisas. Além desse crime, o que origina esse dinheiro, em geral, é o crime de sonegação de impostos.

Aqueles que durante 10, 15, 20 anos sonegaram impostos, evadiram dinheiro do País, olham para os empresários e para os trabalhadores que deixaram o dinheiro no Brasil, que pagaram os seus impostos de maneira correta, e dizem: *“Agora, a cada 4 meses, nós temos uma chance de voltar com o dinheiro para o Brasil, na hora em que bem entendermos”*. E o pior: pagando apenas 35% a título de impostos e multa.

Ora, um trabalhador paga de Imposto de Renda 27% do fruto do seu trabalho. Se ele pagar o Imposto de Renda com um atraso de 3 anos, terá de acréscimo uma taxa superior a 35%. Então, esse é um prêmio para os sonegadores que cometeram o crime de evasão de divisas.

É verdade que nós fizemos isso uma vez, há alguns meses, para retirar o País da asfixia financeira em que estava. Esses que sonegaram, que evadiram



divisas não quiserem aderir ao programa que nós votamos. E a resposta qual foi? Vota-se de novo o programa. Isso é algo que uma pessoa que paga os seus impostos não pode aceitar.

Por fim, este projeto ainda piorou a situação, porque, em seu art. 3º, permite a cônjuges das mais diferentes lideranças políticas trazerem o dinheiro fruto de evasão de divisas que está no exterior. Recentemente, inclusive, saíram notícias de que dinheiro de corrupção foi repatriado por meio desse tipo de projeto.

Sr. Presidente, nós estamos pedindo a assinatura de colegas. Já temos quase o número regimental. Precisamos de, pelo menos, 31 assinaturas para pedir que a votação seja nominal. E aí cada um de nós vai, evidentemente, poder expressar, perante a sua base social, seu posicionamento sobre este projeto.

Eu, particularmente, vou votar contra este projeto, que é uma espécie de incentivo à sonegação tributária, de incentivo ao crime de sonegação e ao crime de evasão de divisas.

A SRA. NORMA AYUB (DEM-ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigada, Deputada.

Tem a palavra o Deputado Daniel Coelho.

O SR. DANIEL COELHO (PSDB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acho que temos que discutir, agora, o mérito individual de cada proposição. Só não dá para deixar de registrar a incoerência do PT.

Nós temos que lembrar que já foi votado um projeto de repatriação aqui. Era um projeto da Presidente Dilma Rousseff, da bancada do PT, em acordo com Eduardo Cunha. Esses são os fatos.



Agora, a matéria está voltando para cá. E acho que o PT não tem credibilidade para criticar esse tipo de projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? (*Pausa.*)

Como vota o PMDB?

O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB encaminha “sim”, entendendo que este projeto é extremamente importante não só para a União, mas também para todos os Estados e todos os Municípios brasileiros.

Nós sabemos que o projeto de repatriação, ano passado, foi extremamente importante para Estados e Municípios poderem fechar as contas. E, neste momento, esta Casa vai dar um grande passo para auxiliá-los. Por isso, o PMDB encaminha “sim”.

O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - PP, “sim”.

Como vota o PT?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT encaminha favoravelmente. Este projeto já foi aprovado. É uma reedição que vai permitir a Estados e Municípios receberem recursos em uma situação gravíssima.

Portanto, o PT é favorável ao requerimento de encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?



O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a consciência econômica que o País vive, o PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PR?

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM?

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o DEM vota "sim". O assunto já foi por demais discutido. Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT tem lutado muito por mais justiça no pacto federativo. A verdade é que há uma longa discussão sobre essa matéria, com posicionamentos respeitáveis, mas neste momento os Municípios brasileiros, os Estados federados precisam desses recursos.

Por isso, estritamente com a posição municipalista de defesa da Federação, por mais justiça no pacto federativo, o PDT vai votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. MARCELO SQUASSONI (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB também vota em defesa dos nossos Municípios.



Passamos aqui os dois últimos dias ouvindo o relato dos Prefeitos sobre a situação de penúria pela qual estão passando. Então, todos nós do PRB vamos votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS já se manifestou, por diversas vezes, sobre essa matéria, inclusive na votação que a Câmara fez deste projeto no ano passado.

A nossa posição é contrária a essa repatriação. Não desprezamos a situação de dificuldade com que os Municípios e os Estados brasileiros vivem neste momento, mas não podemos achar que qualquer recurso possa ser saudável para solucionar a crise de caixa deles.

Esses recursos são de origem criminosa, de sonegação, de evasão de divisas. Nada garante no projeto que haja a repatriação. Apenas são identificados esses ativos com a possibilidade de pagamento de multa, e não necessariamente o retorno desses recursos, como alguns tentam induzir.

Por isso, nosso posicionamento é contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - “Não”. *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pelo PTB.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim”.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria encaminhar manifestando a opinião dos Prefeitos que vieram esta semana a Brasília. Eles demonstraram que, se não fosse



o repasse desses recursos do FPM, não teriam fechado as contas do ano passado. Isso foi extremamente importante e eles esperam ansiosamente a aprovação desta matéria, para que, logo após o fechamento do novo período de repatriação, eles possam receber, no início do segundo semestre, recursos para continuarem administrando suas cidades, visto que a situação é totalmente complicada, porque faltam recursos, e esse seria um recurso extra.

Quero comentar, inclusive, que o Deputado Rodrigo Maia, nosso Presidente, já tentou resolver essa situação, ano passado, mas não contou com a compreensão da maioria. Agora, percebendo que isso pode ajudar muitas Prefeituras, todos acabam concordando.

Portanto, nós votamos “sim”, para resolver essa questão da abertura da repatriação e para implementar recursos para os Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB vota “sim” ao encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, querer dinheiro para os Estados e os Municípios não pode ser álibi para a bandalheira. Isto aqui tem nome: é bandalheira.

O dinheiro que foi para fora saiu ilegalmente do País: já foi crime, já foi anistiado, já teve prazo. E agora vem uma segunda repatriação, que é para incluir políticos e seus parentes entre os contemplados. Isso não se explica para a sociedade brasileira nem para o trabalhador, que paga os seus impostos, e paga



muito — a partir de 5 mil reais, já paga 27,5% de Imposto de Renda. É um escárnio nós votarmos essa matéria e dizer: “*Nós estamos precisando de dinheiro*”. Então, pelo crime que cometeram, deveriam, ter pago as multas.

Por isso, o PSOL, coerentemente, vai votar de novo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL, Deputado Ivan Valente?

O SR. IVAN VALENTE - O PSOL vota “não” e tem coerência para fazê-lo, porque assim o fez desde o primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota a Rede?

O SR. ALIEL MACHADO (Rede-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos que chamar a atenção para um quesito importante no projeto.

Sras. e Srs. Deputados, não basta retirar do texto a parte que garante aos parentes a possibilidade de adesão ao programa. Por quê? Porque não está especificado no texto que parente não pode fazê-lo. Portanto, para resolver o problema, é necessário votarmos contra este projeto.

Vejam bem: há suspeitas, segundo o Ministério Público, de centenas de contas na Suíça e em outros lugares que estão sendo investigadas pela Lava-Jato e que podem estar em nome de terceiros. O que nós estamos fazendo aqui é prejudicar o brasileiro, o empresário, o bom pagador, para privilegiar aqueles que querem trazer dinheiro ilícito, sim, porque, se foi para fora do País sem declaração, já foi cometido um crime.

Nós não podemos aceitar isso e votamos “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota a Minoria?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo?

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo vota “sim”, inicialmente parabenizando o Relator da matéria, Deputado Alexandre Baldy, mas vota “sim” também em homenagem aos Estados e Municípios.

Graças aos recursos da repatriação, por meio de multas e impostos, como já foi dito aqui, e à sensibilidade do Governo, no ano passado, muitos Prefeitos conseguiram fechar as contas no final do ano, conseguiram pagar os salários dos seus servidores, o 13º. Então, isso tem que ser reconhecido.

Há milhares de Prefeitos esta semana em Brasília. Hoje, Governadores fizeram uma reunião com a presença de todos os Líderes da Casa. Essa matéria é defendida pelos Governadores de todos os Estados, que entendem a importância da matéria. Por isso, a Liderança do Governo, logicamente, encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PMB vota “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que são favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



O SR. MARCUS VICENTE (Bloco/PP-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcus Vicente, nas votações anteriores, acompanhou o partido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 189, §§ 4º e 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do substitutivo ao PL 6.568/2016, seja parcelado da seguinte forma:

1- arts. 1º e 4º;

2- arts. 2º e 5º;

3- art. 3º;

4- art. 6º;

5- art. 7º.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, para falar a favor do requerimento. *(Pausa.)*

O SR. CELSO JACOB (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Celso Jacob votou com o partido.

O SR. GERALDO RESENDE (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, Geraldo Resende votou conforme a orientação do partido.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Srs. Parlamentares, cidadania que acompanha esta sessão, servidores da Casa, a proposta de votar item por item este projeto é de mero bom senso.

O senso comum diz — e esse pensamento parece que orienta a maioria da Casa — que temos que salvar os Municípios e os Estados da insolvência. É preciso ir fundo nas razões dessa insolvência, mas vamos lá. É verdade que Municípios e Estados precisam obviamente de mais recursos. Ninguém aqui, absolutamente ninguém é obviamente contra a melhoria da situação arrecadatória. Esse é o senso comum, repito.

Entretanto, o bom senso dessa nossa iniciativa de votar item por item é para escoimar o projeto, que já é um facilitário para aqueles que ou não declararam, ou declararam irregularmente recursos no exterior, que já perderam a oportunidade de fazer essa repatriação. É uma segunda chance. Portanto, o ambiente é turvo. É um facilitário para esses que não têm o menor apreço pelo País, no qual inclusive podem ter realizado suas tenebrosas transações, e aí guardam dinheiro na Suíça, paradigma do dinheiro no exterior.



Nesse contexto, eles terão um benefício enorme. Ponto um é a convalidação da possibilidade de parentes de agentes públicos que têm recursos no exterior fazerem essa repatriação também. Repito: vários desses parentes já tentaram na Justiça, durante todo o ano passado, a possibilidade que a lei anterior não lhes dava de fazer essa repatriação.

Perderam. Se aprovarmos isso aqui, eles terão esse amparo. Não precisam nem mais recorrer à Justiça, não perderão na Justiça, porque ganharão de presente do Legislativo essa possibilidade.

Em segundo lugar, há a anistia dentro da anistia. Quem não declarou recursos, quer repatriá-los e fraudar as declarações ao Fisco, ainda assim terá possibilidade de fazer essa repatriação pagando uma pequena multa além dos tributos devidos. Ou seja, a extinção da punibilidade pelo grave crime praticado será mantida.

Portanto, votar item por item é um dever desta Casa para que o projeto, se vier a ser aprovado, e nós somos contra ele em globo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PL? *(Pausa.)*



O SR. BALEIA ROSSI (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL tem a convicção de que essa matéria tem que ser votada item por item, inclusive para que os Parlamentares possam verificar o que está sendo votado e se manifestar a respeito.

Já ouvi a manifestação de vários Parlamentares, de bancadas diferentes, que estão se insurgindo contra a posição de seus partidos.

Nós queremos votar a matéria parceladamente. Não tem o menor cabimento aprovarmos aqui a repatriação dois neste momento, dando direitos aos cônjuges ou aos parentes para que o dinheiro que foi mandado irregularmente para o exterior retorne ao Brasil, acompanhado, no texto da lei, de uma anistia, que é exatamente o que está acontecendo.

Por esse motivo, nós apresentamos o requerimento, e o PSOL orienta o voto “sim”.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)



Como vota a Rede? (*Pausa.*)

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os partidos da base orientam o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os partidos da base orientam o voto “não”.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria, Deputado José Guimarães?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria libera a sua bancada, porque tem posições diferenciadas. Mas eu volto para ocupar a tribuna para tratar do mérito da matéria.

É óbvio que todos nós temos aqui acordo de buscar uma alternativa para melhorar o repasse de recursos para Estados e Municípios. Agora, reabrir esse projeto, poucos meses depois de uma primeira rodada, e com uma espécie de subsídio ao crime de sonegação e ao crime de evasão? Cobrar 35% de um dinheiro que foi fruto, no mínimo, de sonegação fiscal e muito provavelmente de outros crimes também? Além disso, esse dinheiro foi evadido, passou uma década, 15 anos no exterior, prejudicando o interesse da economia nacional e, ainda por cima, poderá ser regularizado e nem voltar ao Brasil e à economia brasileira.

Agora se inclui a possibilidade de o cônjuge de políticos entrar nesse esquema. Não é possível, Sr. Presidente.



O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PDT vota “não”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação de proposição artigo por artigo com o seguinte teor:

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 117, XIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o PL 6.568/16 seja votado artigo por artigo.

Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.

Deputado Glauber Braga

Líder do PSOL



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, que falará a favor do requerimento.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos buscando todas as inscrições possíveis. O que vamos votar agora é o requerimento que trata de votação artigo por artigo. Mas a questão central é o mérito da matéria.

Um colega há pouco disse o seguinte: *“Ah, mas há poucos meses o Governo do PT enviou para cá esse projeto de repatriação”*. Sim, enviou. Primeiramente, à época, a Presidenta Dilma Rousseff queria que fosse de 40% o total a ser pago entre multa e impostos. Isso foi reduzido para 30%. Aquele era o momento em que nós estávamos tentando buscar receita para o País.

Muito bem, o projeto foi votado. Alguns votaram contra, outros votaram a favor. Isso foi votado. Mas várias pessoas que têm dinheiro fruto de evasão fiscal — eu insisto aqui que são no mínimo dois crimes: o crime de sonegação de impostos e o crime de evasão fiscal — não aderiram àquela abertura. É como se você abrisse um REFIS hoje, outro daqui a 6 meses, outro dali a mais 6 meses. Ora, nós temos que encontrar outra alternativa para atender a Estados e Municípios.

Votar este projeto hoje, do meu ponto de vista, significa aplaudir o crime de evasão fiscal, porque há outro detalhe: este projeto não prevê que o dinheiro volte para o Brasil. Quem evadiu o recurso pode deixá-lo no exterior. Legaliza perante o País, mas deixa investido no exterior. Se pelo menos fosse obrigado a voltar para o Brasil, para fomentar a nossa economia...



Mas, então, o que pensa um cidadão que pagou os seus impostos regiadamente ao longo dos últimos 10, 20 anos? O que pensa o empresário que paga os seus impostos e tem o dinheiro no Brasil, quando a Câmara pretende dar, pela segunda vez, a oportunidade de legalizar completamente recursos que foram evadidos, fruto de sonegação fiscal, no mínimo? Parte desse recurso provavelmente é fruto de corrupção.

E agora, por fim, nesta segunda versão, acrescentam-se parentes de políticos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu concluo com isto, Sr. Presidente. É como se alguém dissesse: *“O Parlamentar X, Deputado Estadual, Federal, Senador, ou o Governador Y, que tem dinheiro no exterior, cometendo o crime de evasão de divisas, se esse dinheiro estiver em nome da esposa, o dinheiro pode voltar para o Brasil”*.

Alguém tem em mente algum exemplo do que pode ocorrer?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Peço que encerre, Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eu fico impressionado como é que nós estamos votando essa matéria aqui hoje. Pode acontecer amanhã a mesma coisa que aconteceu com aquela urgência mal explicada. No dia seguinte, todo mundo descobre qual o conteúdo do projeto e um e outro se arrepende do voto que deu.

Eu estou pedindo, desta tribuna, o voto “não” e o voto nominal para esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação de bancada.

Como votam o Bloco do PP, o PMDB, o PR, o PT, o PSOL?



O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Todos “não”, Sr. Presidente. A base toda vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL vota favoravelmente. Nós apresentamos, inclusive, esse requerimento.

Chamo a atenção de todos os Parlamentares para o que nós vamos votar, que é a repatriação dois, é a ampliação para cônjuges e parentes de o que foi mandado irregularmente para o exterior possa voltar com extinção de punibilidade.

Chamo a atenção dos Deputados e Deputadas que haverá destaques tratando desse tema. Alguns destaques já foram apresentados à Mesa. Eu espero que possamos ter uma reversão daquilo que foi modificado no Senado.

Chamo a atenção dos Deputados que o que foi colocado no Senado tornou ainda pior o que já tinha sido aprovado pela Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, como há contradição em vários artigos da matéria, nós vamos votar “sim”, para que o projeto seja apreciado e votado artigo por artigo.

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PPS vota “sim”.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Nós votamos “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Trata-se do mérito da matéria, Deputado Hildo Rocha.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota favoravelmente, encaminha o voto “sim”, por entender que essa é uma matéria de grande interesse para o povo brasileiro, porque haverá mais recursos para a saúde pública e para a educação.

Hoje, as administrações públicas federal, estaduais e municipais necessitam desses recursos. Além dos recursos tributários, nós não podemos deixar de ter esse dinheiro movimentando a nossa economia.

Neste momento, o Brasil precisa de investimentos. Tendo em vista estarem fora do Brasil, somos favoráveis a que esses investimentos venham para cá. Ninguém aqui está buscando aprovar que se traga dinheiro ilícito para o nosso País. O projeto de lei é bastante claro: nós estamos trazendo o dinheiro de volta de maneira lícita. A repatriação é de recursos de origem lícita.

Portanto, o PMDB encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT, Deputado Carlos Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como nós já falamos, consideramos que a aprovação deste projeto é importante para as finanças dos Estados e dos Municípios. Isso é necessário porque, atualmente, o avanço da informática e da fiscalização levaram a uma



redução das possibilidades de sonegação. Dessa forma, os capitais que saíram do Brasil podem ser legalizados com o pagamento de tributos, para, eventualmente, voltarem ao País.

Hoje, o cerco à sonegação e à fraude é mundial, dá-se em todos os cantos.

Então, o que se trata aqui é da possibilidade de nivelamento dessa situação e que se possa, isto sim, continuar fazendo a fiscalização e a perseguição a todo tipo de sonegação e de malfeitos por parte daqueles que desviam capitais.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o Bloco do PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o País está quebrado e essa repatriação é para trazer recursos lícitos. Então não há como ser contra. Portanto, nós votamos a favor e queremos que todos os partidos da nossa base registrem “sim”, para que nós possamos votar com a máxima urgência possível.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (Bloco/PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como nós não estávamos no Bloco do PP, nós queremos fazer um encaminhamento à parte porque entendemos que o projeto é importante, e o momento também é importante. Essa repatriação, no ano passado, salvou diversas Prefeituras e muitos Estados, inclusive para pagar o 13º salário.

Agora há um item de que nós discordamos, que é o art. 3º, em que se inclui a possibilidade de parentes de políticos poderem repatriar recursos. Eu acho que nós não precisamos fazer isso. Agente público não pode e não deveria ter dinheiro lá



fora. Se tiver, está errado. E nós não podemos abrir esse tipo de brecha e fazer com que a nossa sociedade pense que, em vez de estarmos ajudando o Brasil, estamos tentando nos beneficiar. Não temos nenhum recurso lá fora. Parente também não temos. Então não temos por que aprovar e deixar essa brecha para que a população pense diferente desta Câmara. Precisamos entender que a população está nos observando e nós temos que caminhar junto com a população.

Somos a favor do projeto e vamos votar a favor do destaque, retirando o art. 3º.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB entende que é preciso socorrer os Municípios e os Estados nessa crise financeira em que estamos atolados. Vamos encaminhar “sim”, mas fazendo também uma ressalva ao destaque. Nós somos contrários à inclusão de parentes de políticos nessa repatriação.

O PSB encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “sim”. A estratégia da repatriação vem para arrecadar recursos que estão compensando a queda nas receitas do FPE e do FPM. Estados e Municípios tiveram, na primeira edição da repatriação, a salvação do fechamento das suas contas no final do ano.

Quando nós falamos em recursos que chegam para os Estados, especialmente os Municípios, nós estamos falando da qualidade do serviço essencial prestado lá na ponta ao cidadão.



Nós estamos falando do PSF, que não fecha as suas portas porque chegou dinheiro para o Prefeito pagar o médico. Nós estamos falando do professor que está em sala de aula e vai receber os seus salários por conta desses recursos que estão sendo aportados aos Municípios.

Então, como estratégia de arrecadação para compensar a queda nas receitas, o Democratas vota “sim” e orienta sua bancada a seguir essa posição.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB, primeiro, cumprimenta o Relator da matéria, o Deputado Alexandre Baldy, que faz um substitutivo à altura do que espera, de fato, o Brasil.

Nós temos registros, certamente todos reconhecem, de que os recursos da repatriação foram extremamente importantes, principalmente quando chegaram, no final do ano, permitindo que Municípios e Estados pudessem quitar suas dívidas. No começo do ano, os recursos que chegaram aos Municípios tiveram a mesma importância.

Esse projeto, Sr. Presidente, de fato, é necessário. V.Exa. teve a oportunidade de acompanhar uma reunião dos Prefeitos do Maranhão, que foram reivindicar exatamente o aumento da *per capita* da saúde.

E esse recurso, que certamente vai chegar a todos os Municípios brasileiros e especialmente aos do Maranhão, será muito importante para equilibrar as contas públicas, atender às demandas necessárias na área de saúde e fazer outros investimentos nos Municípios.

Portanto, o PRB entende que é urgente votar esta matéria e orienta a bancada a votar “sim”.



O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu já disse anteriormente, vários Prefeitos nos pediram a aprovação desse programa de reabertura da repactuação.

Por isso, nós votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB, atento à solicitação dos Governadores e ciente do momento difícil pelo qual o Brasil passa sob o aspecto financeiro e econômico, não poderia virar as costas para uma medida como esta, que com certeza virá ao encontro da expectativa do povo brasileiro.

O PSDB votará “sim”. Algumas emendas que foram aprovadas na primeira votação são de iniciativa de Parlamentares da nossa bancada, e nós as acompanharemos. Votaremos “sim” agora e nos destaques faremos avaliação de acordo com a primeira votação do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT defende mais justiça no pacto federativo, vai votar pelos Municípios, vai votar pelos Estados federados, mas com a ressalva de que vai acompanhar o esforço que todos vamos fazer para excluir os parentes e afins dos políticos desse benefício fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?



A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB reconhece que a repatriação gera um alívio a Estados e Municípios, mas que na verdade a solução seria algo diferenciado da PEC 55, seria uma orientação diferenciada deste Governo em relação ao Orçamento da União.

Nós entendemos que a repatriação é importante, mas o texto nos deixa encurralados. O texto é muito ruim, premia o ilícito, infelizmente, e deixa este Parlamento refém de uma situação que garante a parentes de pessoas com cargos públicos essa nova anistia.

O PCdoB vota “não”, em função do texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha com a maioria dos Deputados no sentido de aprovarmos esse projeto, ressalvados os destaques, e já antecipa que o destaque do PPS será por nós aqui acompanhado também.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ARNALDO JORDY (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PPS tem uma posição, já de muito tempo, muito clara. Nós não somos contra repatriar recursos que eventualmente estejam no exterior. Nós não somos insensíveis à crise que Governos e Municípios estão vivendo hoje nesse momento difícil, talvez o mais difícil para esses Municípios e para os Governos, que o País está vivendo. Mas nós não podemos concordar com essa anistia, a segunda versão, a reabertura dessa anistia, para recursos que foram fruto de sonegação, de crimes praticados, possam voltar com uma alíquota diferente daquela que paga um



cidadão comum, que é quase 50%. Agora, vão pagar um pouco mais de 30%, e, ainda assim, abrindo para agentes políticos, como é o caso do art. 3º, sobre o qual nós temos destaques a apresentar, e que possamos apresentar.

Portanto, a posição do PPS neste momento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL é contra esse projeto, por entendê-lo como um facilitário aos repatriadores apátridas retardatários da undécima hora. Eles não entraram no programa de repatriação 1. Continuaram não declarando, ou declarando só parcialmente, os seus vultosos recursos nos exterior. Eles serão os principais beneficiários desse projeto.

E, ainda, há agora a companhia afável de cônjuges de agentes públicos, que é o que o Senado quis garantir, e aqui esta Câmara corre o risco temerário de aprovar.

Além disso, há a anistia a quem, no programa de repatriação 2 de agora, fraudar os números e os valores, que continuará com a extinção da sua punibilidade pelo ilícito de não ter declarado. E poderá, pagando uma pequena multa, ficar anistiado dentro...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

O SR. ROBERTO DE LUCENA (PV-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PV, Sr. Presidente, compreende a importância desta matéria e defende este projeto. Nós orientamos “sim”, para aprovação do texto, ressalvados os destaques, inclusive deixando claro que participaremos do movimento para que o destaque que



exclui do texto a possibilidade de anistia para cônjuge de entes políticos e públicos possa ser em seguida aprovado.

Portanto, neste momento o PV orienta “sim” ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

O SR. JOÃO DERLY (Rede-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o projeto não apenas prorroga o prazo de repatriação, mas também altera pontos importantes que abrem brechas que não existiam, como estender a possibilidade de repatriação do espólio cuja sucessão tenha sido aberta até a data de adesão, ampliando o prazo para os processos abertos até 31 de dezembro de 2014.

A lei em vigor também é alterada para extinguir a punibilidade de crimes praticados até a data de adesão ao programa, ou seja, perdoa não apenas os crimes praticados, mas também aqueles que venham a ser praticados nos próximos 4 meses. Isso pode proporcionar um esquema de lavagem de dinheiro altíssimo.

Por fim, o projeto impede que agentes públicos possam ser beneficiados pelo programa de repatriação, mas, surpreendentemente, não atinge os atuais ocupantes de cargos públicos. Aqueles que estavam no exercício dos seus mandatos em 14 de janeiro de 2016...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota PEN? *(Pausa.)*

Como vota o PMB? *(Pausa.)*

Como vota a Rede, só para orientar o voto? “Sim” ou “não”?

O SR. JOÃO DERLY - A Rede vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?



O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Governo?

O SR. ANDRE MOURA (PSC-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
“Sim”, Sr. Presidente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.



O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Registrado o voto contrário.

O SR. LINDOMAR GARÇON (PRB-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Lindomar Garçon votou com o partido na votação anterior.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Silvio Costa votou contra.
Votos contrários: Ivan Valente, Laura Carneiro, João Daniel, Valmir Assunção, Paulo Pimenta, Erika Kokay, Maria do Rosário, Henrique Fontana...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB inteiro vota contra a matéria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Toda a bancada do PCdoB.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS.) - Sr. Presidente, nós temos um requerimento com mais de 31 nomes pedindo votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão inscritos, mas têm que estar em plenário.

O SR. HENRIQUE FONTANA - Eles estão em plenário, Sr. Presidente. Peça que levantem os braços, para conferirmos. Nós temos quantidade suficiente em plenário para pedir votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos levantar os braços.



O SR. HENRIQUE FONTANA - É só contar os braços. Nós temos 31 votos para pedir votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Verificação concedida.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita a todas as Sras. e a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



O SR. ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, permita-me fazer um breve registro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro, Líder.

O SR. ARNALDO JORDY(PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria apenas de registrar que acabou de se encerrar a votação, lá no Estado do Pará, da AMAT, que é a maior associação de Municípios do sul e sudeste do Pará.

O Prefeito de São Domingos do Araguaia, Pedro Parana, ganhou com 21 votos — maioria expressiva dos Prefeitos daquela importante associação do Estado do Pará. Ela congrega 38 Municípios do sul e sudeste do Pará e acabou consagrando a vitória do novo Presidente da AMAT, o Prefeito Pedro Parana, do PPS.

Parabéns ao Pedro! Parabéns a todos os 38 Municípios da AMAT consagrados nesta eleição!

Obrigado.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria alertar aos meus companheiros que este projeto que está sendo votado da repatriação tem seis “jabutis”. V.Exas. não leram este projeto, que está beneficiando muita gente que roubou o País e está com dinheiro lá fora.

Quem quiser combater a corrupção tem que votar contra este projeto. São seis “jabutis” beneficiando muita gente. Há “jabuti” inclusive encomendado. É um absurdo esta Casa aprovar este projeto!

Eu acho que um Deputado e uma Deputada Federal que se prezem tinham que, no mínimo, ler este projeto.



V.Exas. não podem votar a favor! Este projeto é um escândalo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (Bloco/PTN-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Alexandre Baldy, o Presidente desta Casa e os Líderes. Este é um projeto importante.

Os nossos Prefeitos precisam muito dele, assim como os nossos Estados. Eu estive hoje com o Governador do Tocantins e sei que o Estado precisa muito desse dinheiro da repatriação para que possamos cumprir os compromissos com o nosso povo, principalmente, Sr. Presidente, com a saúde.

Gostaria de parabenizá-los, pois esse é um projeto muito importante.

Vamos fazer os ajustes que tiverem de ser feitos depois, caso a caso, nos destaques.

Conclamo os Deputados do PTN e de todos os partidos: é um projeto importante.

Nesses dois dias, Sr. Presidente, atendi mais de 110 Prefeitos, e todos imploraram para que nós votássemos essa repatriação o mais urgentemente possível.

Parabéns, Sr. Presidente!



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Laerte Bessa, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

O SR. LAERTE BESSA (PR-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, estou vindo da Comissão que trabalha o projeto da Previdência, e lamentavelmente os dois Ministros que vieram do Governo para dar a palestra sobre a reforma não concluíram a missão que lhes foi dada.

Cabe ao Governo orientar para que todos os Deputados tenham conhecimento da reforma, seja lá de que partido for.

Infelizmente, o Ministro-Chefe da Casa Civil, o ex-Deputado Eliseu Padilha, simplesmente deu a palestra dele e se ausentou da Comissão, não dando sequer satisfação às pessoas que ali queriam questioná-lo sobre o projeto da reforma.

Infelizmente, o Secretário de Previdência, Sr. Marcelo Caetano, também não soube responder às perguntas que lhe foram passadas.

Eu fiz duas perguntas a ele, Sr. Presidente. A primeira era a respeito do auxílio-reclusão. Todos sabem que o auxílio-reclusão foi criado para auxiliar parentes de infratores, daqueles que cometem crimes e vão para o presídio. Isso é uma aberração! Muita gente aqui não sabe que esse auxílio-reclusão é pago pela Previdência. E ele não foi retirado no projeto. Isso é um absurdo! Espero que a nossa Comissão da Previdência inclua nas suas providências a retirada desse auxílio, que foi dado ainda no Governo passado.

A outra pergunta que eu fiz para o Secretário Marcelo Caetano foi por qual motivo foram retiradas do projeto as Forças Armadas, e não foram tirados os policiais.



Quando eu digo “policiais”, refiro-me àqueles que estão no art. 144 da nossa Constituição, que exercem função de risco em nosso País: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal, além dos agentes carcerários e outros que exercem as mesmas funções que estão estipuladas no art. 144.

Então, Sr. Presidente, ele ficou devendo uma resposta.

Primeiro, foi esclarecido ao Secretário que o policial tem uma expectativa de vida de 56 anos. Como é que o policial vai trabalhar até 65 anos? Da forma como está o projeto de reforma da Previdência do nosso País, é impossível o policial chegar à aposentadoria.

Outra questão que foi esquecida é que 100% dos nossos policiais possuem hipertensão. É uma doença característica do policial, que trabalha sob estresse constante.

Além disso, há o problema da depressão. Sessenta por cento dos policiais do nosso País sofrem de depressão. E isso pode ser constatado pelos nossos médicos psiquiatras.

Nós não podemos aceitar a inclusão das nossas polícias nesse projeto. Elas têm que ser retiradas, para que não aconteça uma insubordinação em todo o País, como a que está sendo prevista pelas associações e pelos sindicatos dos policiais.

Vamos ter consciência e retirar os nossos policiais desse projeto, porque eles não têm condições de trabalhar até os 65 anos.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero registrar, Sr. Presidente, nesta oportunidade, o falecimento do jornalista José Adervan de Oliveira, do nosso Município de Itabuna, grande perda para a imprensa local e regional.

José Adervan era jornalista e foi fundador do jornal *Agora*, um jornal importante, aberto a todas as linhas de pensamento, ao debate democrático sobre a realidade da nossa região e do País.

Portanto, é com muito pesar que registramos o falecimento do jornalista José Adervan, nosso amigo que deixa a D. Ivone e três filhas: Roberta, Fernanda e Andréa.

Nesta oportunidade, quero abraçar toda Itabuna. Esse sentimento de perda é muito grande para a nossa cidade, para o jornalismo e para o pensamento democrático da nossa região.

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. desse ampla divulgação ao meu pronunciamento.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero hoje expressar meus sentimentos pelo falecimento de José Adervan de Oliveira, no domingo passado, dia 12 de fevereiro. Aos 74 anos, ele lutava contra um câncer, que já estava em fase de metástase.



José Adervan era jornalista, foi fundador do jornal *Agora*. Ele foi candidato a Prefeito, era aposentado pelo Banco do Brasil e mantinha uma coluna diária no jornal, mesmo durante a doença.

Adervan deixa esposa, D. Ivone, e três filhas, Roberta, Fernanda e Andréa.

Deixo aqui meu abraço apertado aos familiares, amigos e aos que, como ele, sonham com um mundo novo, com justiça social para os trabalhadores.

O SR. BETINHO GOMES (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esse projeto da repatriação é naturalmente polêmico. Nós vamos acompanhar a orientação partidária, mas vou aguardar o meu destaque que retira a possibilidade de agentes públicos e parentes de políticos serem beneficiados.

Ao mesmo tempo, é importante também aqui fazer um alerta para o Governo: não dá para ficar repetindo constantemente a utilização desse tipo de projeto. Isso não pode ser uma regra; tem que ser uma exceção.

Nós já votamos o projeto o ano passado; agora, mais uma vez. Espero que isso não se torne uma coisa permanente, porque não é possível premiar quem faz algo ilícito, quando coloca dinheiro fora e, depois, ter o benefício de uma repatriação como essa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, queria dar como lido o meu pronunciamento em defesa das farmácias públicas de São Paulo, lembrando que o atual Prefeito, João Doria, vem cometendo uma série de atitudes contra o interesse público. Uma delas é o anúncio de que vai fechar 570 farmácias públicas das Unidades Básicas de Saúde — UBSs, das



Assistências Médicas Ambulatoriais — AMAs e dos Centros de Atenção Psicossocial — CAPSs, transferindo a responsabilidade para a iniciativa privada, para as grandes redes privadas de distribuição, alegando que faltam remédios na rede pública. Em vez de ele abastecer a rede pública, ele passa para os seus amigos da rede privada. Além de tudo, além de querer privatizar tudo, ele não entende que um estabelecimento público de saúde tem a função — no caso, a farmácia — de dispensar os medicamentos, orientar o usuário de saúde.

Por isso o nosso repúdio a essa atitude do Prefeito de São Paulo.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entre os diversos ataques aos interesses públicos que João Doria vem cometendo no início de sua gestão na Prefeitura de São Paulo, um dos maiores é o anúncio de que pretende fechar 570 farmácias públicas, que hoje fazem parte das UBSs, AMAs e CAPs, transferindo a responsabilidade por esse serviço essencial à saúde da população à iniciativa privada.

A alegação de que a distribuição na rede pública é falha e cara é um grande engodo, alimentando a falsa tese de que o serviço supostamente funcionará bem nas redes privadas de drogarias, com uma parceria que viria a ser viabilizada com a aprovação do projeto. Por exemplo, se faltam remédios nas farmácias públicas, o que tem que ser feito é responder a isso, abastecê-las e não fazer disso um falso argumento para o seu não funcionamento.

O que existe, na verdade, é uma política deliberada de desmonte dos serviços públicos, que serve, dentre outros objetivos, ao favorecimento da argumentação de



que é inevitável e necessária a privatização. É uma argumentação meramente falaciosa e ideológica, que parte daqueles que não pensam na necessidade de se garantir direitos sociais aos cidadãos. No caso do Prefeito Doria, é curioso observar que a tão falada eficiência do “gestor” só se manifesta para o suposto bom funcionamento do que é privatizado e não para aprimoramento dos serviços públicos que são de sua responsabilidade.

Ora, trata-se de um Governo que mal começou, mas que já mostrou bem a que veio. Doria apresenta um leque de iniciativas no sentido da lógica geral da privatização, em praticamente todos os setores da Prefeitura: infraestrutura viária, cultura, saúde, Pacaembu, Anhembi, enfim, nada escapa da sanha privatista dos tucanos. Já fizeram, inclusive, uma peça de propaganda com narrativa em inglês para ofertar a cidade aos investidores estrangeiros. É inaceitável, um verdadeiro acinte aos paulistanos.

Mas, voltando ao fechamento das farmácias públicas, um outro aspecto que se questiona da proposta do Prefeito é o de que hoje o paciente sai do atendimento em um CAPS, por exemplo, e já retira o remédio no mesmo local, facilitando a vida de quem já se encontra fragilizado por algum tipo de problema de saúde. As redes comerciais de drogarias não necessariamente se encontram presentes nas regiões mais periféricas da cidade, o que é um agravante ainda maior para se pensar nas implicações da nova proposta.

Uma outra questão é fundamental. Não se deve pensar na farmácia como mero depósito de remédios, pois os farmacêuticos e os demais profissionais que atuam nas farmácias públicas tiram dúvidas dos pacientes, prestam orientações e entram em contato direto com os médicos que prestam o atendimento, se houver



necessidade, o que acrescenta elementos importantes para a garantia do bom exercício da assistência farmacêutica realizada. Isso também ficaria prejudicado com a possível implantação da nova proposta.

Quando pensa em políticas públicas de saúde, Doria faz coro com o Ministro Ricardo Barros, do Governo Temer, aquele que disse que o SUS não cabe no orçamento do Estado. O Prefeito não deve ter se esquecido de que a população de São Paulo aponta, em pesquisas, a área de saúde como um dos maiores problemas da cidade. Há um subfinanciamento do SUS que precisa ser combatido, mas a resposta que Doria oferece é congelar em mais de 20% o orçamento para a saúde e fechar centenas de farmácias. Isso também é inaceitável.

A “marketagem” de Doria tenta escamotear os aspectos negativos de suas propostas. O programa “Corujão da Saúde”, por exemplo, objetiva fazer com que a gestão do Prefeito pareça seriamente preocupada em combater o problema da demora na realização de exames. Mas, o que se vê na prática é que o programa, que também é realizado através de parcerias com a iniciativa privada, está sendo questionado pelo Tribunal de Contas do Município — TCM, que enviou relatório apontando irregularidades graves, como falta de licitação e critérios de seleção, que indicam favorecimento a determinadas empresas. Se for essa a postura com que se pretende fazer as parcerias com as farmácias particulares, temos aí mais motivos para temer um relaxamento no controle e na fiscalização, o que, ao final, poderá encarecer ainda mais o custo dos remédios para os cofres públicos, devido às irregularidades e à corrupção que sabidamente derivam desse tipo de procedimento.

Ainda sobre o Corujão, são muitas as reclamações dos usuários devido aos horários dos exames, que são agendados no meio da madrugada sem qualquer



estratégia de transporte público. Se Doria não chegou a pensar na pessoa que terá de sair da periferia para o centro para marcar um exame às 2 horas da manhã, também se mostra impassível ao retirar as farmácias dos postos de saúde dos bairros periféricos. No caso do Corujão, em um mês já se nota uma média em torno de 30% de faltas ao local do exame, por serem afastados demais da periferia. No Sítio-Libanês, por exemplo, a desistência chegou a atingir 61% em um dia. Com esse retrospecto, devemos nos perguntar: quantas pessoas deixarão também de buscar os medicamentos de que precisam, devido à dificuldade de acesso?

Por tudo isso, estamos ao lado dos farmacêuticos, técnicos e auxiliares, bem como dos pacientes, que também não apoiam essa medida. Diversas manifestações já ocorreram questionando essa proposta. Estivemos e estaremos presentes sempre que possível, manifestando nosso apoio ao movimento. É com a pressão popular que faremos com que o Prefeito Doria reconsidere sua proposta de fechamento das farmácias, que pense nos 2 mil profissionais treinados e na população que precisa do SUS e das farmácias da rede pública.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Weliton Prado.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Alceu Moreira na votação anterior votou com o partido.

O SR. WELITON PRADO (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMB orienta “não”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para parabenizar as entidades sindicais do Estado de Minas Gerais — SINDIFISCO, SINFFAZFISCO, SINDIPUBLICOS, que têm mobilizado suas respectivas categorias para lutarem



contra a aprovação da PEC da Previdência, a PEC nº 287, por entenderem que essa reforma ameaça o principal mecanismo de distribuição de renda dos trabalhadores do nosso País, que é a previdência pública e universal.

Acho que há um grande movimento dos trabalhadores no Brasil inteiro e tenho convicção absoluta de que essa proposta, da maneira que foi encaminhada pelo Presidente da República, não passa nesta Casa. As entidades, os sindicatos podem contar com o nosso apoio para somar esforços, para fazer uma modificação radical. Não dá para penalizar o...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Sr. Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP renova o encaminhamento pela aprovação do projeto, pedindo aos colegas que o aprovem. Esse projeto vem socorrer Estados e Municípios e traz inovações, o novo prazo, a alíquota de multa acrescentada de 5% e maiores recursos.

Por isso, nós encaminhamos novamente pela aprovação.

Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Haully.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, além da repatriação, que traz dinheiro para o País e muitos impostos para o Governo Federal, Estados e Municípios pagarem as suas contas de educação, saúde e etc., precisamos aprovar a medida provisória sobre o REFIS. Não a proposta que veio do Governo, que não resolve o grave problema das



empresas brasileiras que estão devendo muito. A crise econômica é a mais grave da história do País: temos 60 milhões de pessoas inadimplentes e mais da metade das empresas brasileiras.

Sem redução de multa, de juros e sem prazos longos, não adianta fazer REFIS, porque não se tiram as empresas do buraco.

Há também a proposta de atualização dos ativos das pessoas físicas e jurídicas, o que poderia dar bilhões de reais de receita par o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Terá a palavra o Sr. Deputado Cleber Verde, pela Liderança.

Antes, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Foletto, por 1 minuto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a febre amarela, infelizmente, tornou-se uma realidade no oeste de Minas Gerais. O Espírito Santo tem 500 quilômetros de fronteira com Minas Gerais, e, é lógico, a febre amarela atravessou a barreira sanitária e atingiu o nosso Estado.

No primeiro momento, não tínhamos vacina para todo mundo. As pessoas iriam se matar na fila da vacinação se disséssemos que era necessário vacinar o Estado inteiro no primeiro momento.

Foram realizadas as barreiras sanitárias.

Eu queria parabenizar o Estado do Espírito Santo, não o Secretário de Saúde, porque quem organizou as barreiras sanitárias e a vacinação foram os técnicos do Ministério da Saúde e os técnicos da Secretaria de Saúde do Estado.

Quero parabenizar também a Secretaria de Saúde do Município de Colatina, porque em uma semana chegou a vacinar 50 mil pessoas. O Estado atingiu um nível de vacinação de extrema segurança.



É claro que febre amarela mata. Ela é letal em quase 20% dos casos, mas o nível de letalidade foi muito baixo em função da atitude das vigilâncias epidemiológicas de Minas Gerais e do Espírito Santo, orientadas pelo Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Cleber Verde, para uma Comunicação de Liderança, pelo PRB.

O SR. CLEBER VERDE (PRB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este projeto é muito importante e muito oportuno. Hoje mesmo a bancada do Maranhão teve a oportunidade de receber mais de 50 Prefeitos de Municípios, liderados pela Federação das Associações dos Municípios do Estado do Maranhão — FAMEM.

A Federação nos traz uma preocupação muito grande, em especial com a saúde do Estado. O Maranhão é um dos Estados que recebem a menor renda *per capita* do Brasil, e de forma muito injusta, até porque, se medirmos pela população ou pela informação apresentada pelos Municípios, nós estamos num patamar em que deveríamos receber uma renda *per capita* muito superior.

Portanto, Sr. Presidente, a FAMEM traz — e a bancada maranhense inclusive teve a oportunidade de apresentar a V.Exa. — essa distorção muito grave. De forma unida, a bancada vai reivindicar ao Ministério da Saúde aquilo que é de direito do Maranhão, que vem perdendo receitas em função desse repasse de renda *per capita* que é inferior ao dos Estados brasileiros.

Nós não queremos receber o maior valor *per capita*, mas o Maranhão também não pode ser o Estado a receber o menor valor, como o que recebe hoje. Esta é uma justa reivindicação.

Eu quero parabenizar o Presidente da FAMEM, Cleomar Tema, que traz os Prefeitos com esta reivindicação. Ele reuniu a bancada do Maranhão e convidou o Presidente Rodrigo Maia para tomar conhecimento dos dados estatísticos e do



levantamento técnico realizado em comparação aos outros Municípios e aos demais Estados.

Portanto, o Maranhão não pode ficar à margem, como o Ministério da Saúde o está deixando. Nós merecemos um valor *per capita* superior ao que é apresentado hoje pelo Ministério da Saúde.

O Ministério sempre coloca que o Estado do Maranhão não apresenta informações, ou seja, que não tem serviços, o que é uma mentira. E, hoje, isso foi comprovado tecnicamente.

A FAMEM, por meio da sua equipe técnica, mostrou de forma detalhada que os Municípios maranhenses e o Governo do Estado têm colocado, sim, informações e têm condições, sim, de receber um valor *per capita* superior ao que recebe.

Esse repasse, portanto, dará condições para que os Municípios atendam de forma direta a sua população, principalmente neste momento em que a saúde, no âmbito nacional, é um problema. No Maranhão, não é diferente, ainda mais recebendo um valor *per capita* considerado injusto e que não condiz com a nossa realidade.

Outro ponto, Sr. Presidente, é que eu tive a oportunidade de, na sua presença, fazer uma indagação em nome dos 22 Municípios que formam o COMEFC — Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás, por onde passa a riqueza do Estado, mas, infelizmente, sem proporcionar desenvolvimento.

O novo Marco Regulatório da Mineração está aqui para ser votado e já teve dois Relatores — não se avançou na sua conclusão. Ele traz na discussão a possibilidade de os Municípios impactados receberem recursos da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais — CFEM, para investir em



educação, em saúde e especialmente em oportunidade de trabalho para a sua população.

Nós precisamos atender aos Municípios que estão impactados pela Mineração. Para isso, é muito importante votar o novo Marco Regulatório da Mineração. Portanto, eu faço aqui um apelo ao Governo para que tome providências.

Presidente, V.Exa. teve a oportunidade de dizer que o Governo vai tomar a iniciativa de discutir novamente esse marco.

Então, eu venho aqui em nome do Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás — COMEFC, no Estado do Maranhão, para que esse marco possa ter uma efetividade aqui na Casa, ou seja, para que ele seja de fato apreciado. Com isso, nós vamos tratar de uma matéria extremamente relevante, a mineração, que vai trazer recursos para o País e ajudar inclusive na receita corrente líquida que chegará aos Municípios.

Os Municípios do Maranhão clamam por recursos. E nós temos a oportunidade de levar-lhes mais recursos através, por exemplo, da mineração e do projeto da repatriação dos recursos, que nós estamos votando hoje.

Eu venho aqui, em nome dos Municípios do Maranhão, pedir à Presidência desta Casa, especialmente ao Governo e ao Ministério da Saúde que reavaliem a *per capita* do Maranhão e façam justiça à sua população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. BETO MANSUR - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. BETO MANSUR (PRB-SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Peço a atenção da Mesa. A questão de ordem é respaldada pelo art. 95 e pelo art. 162, inciso IV.

É o seguinte, Sr. Presidente. O PSOL apresentou um requerimento de retirada do art. 2º desse projeto. Esse artigo dá prazo, dá percentual, dá declaração, marca multa e dá destinação aos Municípios. Ou seja, se nós, que já votamos o projeto, retirarmos o art. 2º, essa proposta vai perder totalmente a função. Ele é a base do projeto.

Então, eu levanto aqui essa questão de ordem, para que a Mesa a estude. A retirada desse artigo está sendo proposta pelo PSOL. E o inciso IV do art. 162 diz o seguinte.

“Art 162

.....

IV - não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente”.

Se for aprovado aquilo que o PSOL está pedindo, torna-se inócuo esse projeto. Essa é a questão de ordem que faço a V.Exa.

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu não vou decidir agora, Deputado Chico Alencar. Peço a V.Exa. que, depois do Deputado Silvio Costa, faça a defesa do destaque do partido.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Silvio Costa, pela Representação do PTdoB.

Depois eu vou encerrar.

O SR. SILVIO COSTA (Bloco/PTdoB-PE. Como Representante. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu estou preocupado com os meus amigos Deputados aqui. Eu quero que amanhã V.Exas. andem nas ruas de cabeça erguida. Eu quero falar para a turma que votou “sim” a esse projeto. Ainda dá tempo de mudar o voto para “não”. Eu quero esclarecer a V.Exas., porque eu sei que a maioria não leu esse projeto.

Olhem o que V.Exas. estão votando: V.Exas. que votaram “sim”, primeiro, estão autorizando tudo que é parente — 1º grau, 2º grau, 5º grau, 10º grau, 20º grau e enquanto houver grau, tudo que é parente — a trazer dinheiro do exterior para cá. Esse é um assunto grave. No projeto anterior não era assim; era parente de 1º grau.

Outra coisa gravíssima, Deputado José Mendonça, sabe qual é? Com essa eu estou indignado, Deputado Bolsonaro — se o Deputado Bolsonaro votar nesse negócio estará liquidado. Vejam bem: eu tenho um dinheiro lá fora, por exemplo... Vamos cortar. Estou dando um exemplo, eu não tenho dinheiro lá fora. Repito: eu não tenho dinheiro lá fora.

Fulano tem dinheiro lá fora e vai ter que prestar contas. Vai dizer assim: “*Eu tenho 10 milhões lá fora*”. Mas ele tem 20 ou 30 milhões. Esse projeto está permitindo que se ludibrie a Receita Federal. Está permitindo isso, Deputado Arnaldo Faria de Sá. A pessoa tem 50 milhões lá fora, mas declara que só tem 20 ou 30 milhões. Estão montando uma engenharia jurídica para que a pessoa possa repatriar esse dinheiro. Gravíssimo!



E uma terceira questão mais grave ainda sabem qual é? Essa é para desmoralizar geral. Vejam bem a quantidade de gente presa que há por aí, e todo o preso tem parente. A lei, agora, Deputados Patrus Ananias e Alexandre Baldy, estará permitindo que os parentes que na vez passada não repatriaram possam repatriar agora. Meu irmão, isso é um “liberou geral”!

Deputados da base do Governo Michel Temer, eu sei que V.Exas. estão cheios de cargos, cheios de emendas, estão todos papudinhos, mas V.Exas. não podem votar a favor de um projeto desses! Isso é um escândalo! Isso é um escândalo!

Deputado Chico Alencar, veja bem, V.Exa. que é do Rio de Janeiro. Eu acho que esse projeto foi encomendado para o Rio de Janeiro. A quantidade de gente, de parente, o diabo a quatro, que vai repatriar no Rio de Janeiro vai ser um escândalo! Nós não podemos, Deputada Jandira Feghali, aprovar esse projeto.

Por exemplo, o meu amigo Deputado Baldy — e peço a S.Exa. que olhe para mim —, que é um Parlamentar jovem, talentoso, que tem futuro, é uma pessoa que vai ser no futuro o Governador de Goiás, botou esse projeto aí, mas no fundo, no fundo, eu acho que o partido dele pressionou. Tem coisa aí com o que, no fundo, no fundo, o próprio Relator não concorda: S.Exa. está delegando ao Plenário.

Então, eu quero pedir ao Plenário que não faça isso contra o Brasil. V.Exas. não podem aprovar esse projeto, isso é uma indignidade, é uma indecência!

Quem votou “sim” ainda tem tempo de mudar, vote “não”, em nome da decência.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Fique tranquilo, Deputado Chico Alencar, eu não vou indeferir a sua emenda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, peço 1 minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós fomos chamados para repetir a lei. Eu acho que a inclusão desse dispositivo, que já havia sido rejeitado na votação da atual lei, é um veneno desnecessário, não vai fazer bem à Casa.

Nós estamos sendo chamados a repetir, ou seja, a votar de novo o que é lei, expirou e foi bem-sucedida. A inclusão desse dispositivo não é benéfica. Quem foi que incluiu eu não sei, mas não vai fazer bem.

Eu não posso votar a favor de alguma coisa que tem um enxerto com o qual eu não concordo e não garanto que vou ter voto para derrubar. Por isso eu voto contra o principal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

O SR. CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar a questão de ordem do Deputado Beto Mansur.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para contraditar a questão de ordem, passo a palavra ao Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o nosso destaque tem mesmo por objetivo inviabilizar o projeto, que



consideramos, por razões já apresentadas aqui, um facilitário para repatriador retardatário, inclusive agregando, em relação ao projeto que se pretende modificar, parentes de agentes públicos, fazendo uma anistia para aqueles que, na repatriação de agora, fraudarem dados. Enfim, isso é muito ruim na nossa visão.

Pelo Regimento, art. 162, inciso IV, não se permite destaque que suprima expressão cuja retirada inverta totalmente o sentido do texto. Agora, não estamos suprimindo uma expressão. Estamos, na verdade, suprimindo algo que alguém considerou a espinha dorsal do projeto. Paciência!

Vamos ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concordo com V.Exa.

O SR. AFONSO FLORENCE - Peço só 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação? *(Pausa.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 303;

NÃO: 124;

ABSTENÇÃO: 7.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão prejudicados a proposição inicial, os apensados e as emendas, ressalvados os destaques.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de encerrar para chamar nova sessão, quero informar, para que não parem dúvidas, que não haverá votação que tenha apoio do Plenário, ou que, com o apoio manifesto do Plenário, seja automaticamente retirado do texto, ou eu darei votação nominal.

Então, ninguém se preocupe em obstruir. Pode todo mundo ficar tranquilo, porque não há interesse nenhum em manter nenhum dos textos destacados que não seja ou por votação nominal ou por uma grande maioria do Plenário a favor da matéria, para que ninguém tenha dúvida de que este Plenário não quer fazer nada que não seja aquilo que é correto e transparente.

O SR. SILVIO COSTA - Parabéns pela decisão, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, quero hoje cumprimentar o Esporte Clube Democrata, a Pantera do Vale do Rio Doce, time que representa Governador Valadares no futebol mineiro e nacional e que completou 85 anos no dia 13 deste mês.

Fundado em 1932, o Democrata é mais antigo que o Município de Governador Valadares. Apenas em 1938 o distrito de Figueira do Rio Doce se emancipou de Peçanha, dando origem ao Município onde nasci e onde resido até hoje.

Em suas primeiras décadas, o Democrata dedicou-se a competições amadoras na região, mas ocasionalmente enfrentava em amistosos grandes equipes do futebol nacional, como, por exemplo, o Botafogo de Mané Garrincha. Nos anos 40, o Democrata formou uma equipe memorável, que excursionou pelas cidades vizinhas do Vale do Rio Doce conquistando bons resultados e um longo período de invencibilidade; esta equipe ficou conhecida como “Expresso do Vale”.

Após conquistar a Taça Minas Gerais de 1981, o primeiro título profissional, o período de maior sucesso do Democrata no Campeonato Mineiro foi entre 1991 e 1994, quando foi o melhor time do interior mineiro por 4 anos consecutivos, conquistando o título de “Tetracampeão do Interior” (troféu dado à melhor equipe do campeonato, excluindo os clubes de Belo Horizonte: Atlético, Cruzeiro e América). Foi neste mesmo período que o Democrata conquistou o vice-campeonato mineiro de 1991, ficando atrás apenas do campeão Atlético, e à frente de Cruzeiro e



América. O vice-campeonato rompeu um longo período de hegemonia dos times da Capital, que monopolizavam as duas primeiras posições do Campeonato desde 1964, portanto, desde antes da construção do Mineirão. Essa época vencedora em Minas abriu portas para disputas nacionais, e o Democrata chegou a competir na Copa do Brasil e no Campeonato Brasileiro da Série B.

Após ser campeão da 2ª Divisão no ano passado, em 2017 o Democrata está de volta à elite do futebol estadual. Nossa Pantera realiza seus jogos em estádio próprio, o José Mammoud Abbas, também conhecido como “Mamudão”, com capacidade para 8.678 pessoas. O nome do estádio é uma homenagem a José Mammoud Abbas, ex-Presidente do Democrata, já falecido, responsável, entre outras coisas, pela construção das arquibancadas metálicas no ano de 1981.

Quero, nesta oportunidade, fazer uma saudação especial à Diretoria, comissão técnica e atletas da nossa Pantera. Cumprimento também toda a população de Governador Valadares, toda a torcida do Democrata, essa instituição que traz muito orgulho para nossa cidade.

Muito obrigado.



O SR. MIGUEL LOMBARDI (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, sou vicentino há mais de 20 anos e estou na condição de Deputado Federal.

Tenho um forte compromisso com a Sociedade de São Vicente de Paulo. Isso significa ajudar as Obras Unidas, que acolhem famílias pobres e oferecem conforto espiritual por meio da Palavra.

É um trabalho desafiador. Para ajudar as Obras Unidas, destinei R\$4,9 milhões em emendas de minha autoria para 49 Obras Unidas da Sociedade de São Vicente de Paulo.

Tudo isso é um trabalho em conjunto, com consócias e confrades espalhados por todo o Brasil.

Parabenizo a ação de todos. Mas quero destacar aqui, Sr. Presidente, a ação maravilhosa do Presidente Geral Internacional da Sociedade de São Vicente de Paulo, o confrade Renato Lima de Oliveira.

No dia 31 de janeiro, o confrade emitiu a primeira carta-circular do seu mandato à frente do Conselho Geral Internacional.

Esse documento é importante porque é uma mensagem direta aos vicentinos, membros das Conferências Vicentinas, em todo o planeta.

Pela primeira vez na história da Sociedade de São Vicente de Paulo, a Carta-Circular foi escrita em árabe, italiano e chinês, além dos outros quatro idiomas oficiais, o inglês, o francês, o espanhol e o português.

Parabenizo o confrade Renato Lima por retomar a elaboração das cartas-circulares do Presidente Geral. A mensagem tem um poder simbólico muito grande, pois convida os vicentinos do mundo inteiro a refletir sobre diversos temas.



A Carta-Circular é estimuladora e pode ser utilizada como uma leitura espiritual nas conferências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. DR. JORGE SILVA (Bloco/PHS-ES. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aprendemos no primeiro artigo da Constituição Federal de 1988 que os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil. A garantia de que esses fundamentos se mantenham fortes em nosso País depende da ação de muitas pessoas e de muitos órgãos, mas jamais poderia prescindir do trabalho desenvolvido pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O surgimento da Justiça do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho no Brasil, na década de 1940, modificou para sempre a relação entre empregados e empregadores. Em uma época de urbanização, repleta de mudanças sociais e de embates de forças, a Justiça do Trabalho veio para resolver os conflitos que eclodiam nas cidades, fazendo com que o trabalho e a livre iniciativa pudessem se desenvolver de forma harmoniosa e produtiva para o País.

Ainda no início do século XX, Oliveira Viana, que mais tarde viria a presidir a Comissão Elaboradora do Projeto de Organização da Justiça do Trabalho, escreveu que nem o sufrágio direto, nem o autogoverno valeriam de nada *“sem o primado do Poder Judiciário, sem que esse Poder tenha pelo Brasil toda a penetração, a segurança, a acessibilidade que o ponha a toda hora ao alcance do mais humilde e desamparado”*.

E é esse, senhoras e senhores, o papel que o TST tem cumprido com brio nas últimas 7 décadas, em sua atuação voltada para a garantia dos direitos individuais, coletivos e sociais. Com cerca de 300 mil processos julgados a cada ano, o Tribunal contribui para a pacificação da sociedade ao resolver os conflitos naturalmente surgidos no mundo do trabalho.



O reconhecimento da elevada importância do TST para a Justiça no Brasil se confirmou, em julho deste ano, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 92, que alterou os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal de 1988 para incluir o Tribunal Superior do Trabalho, de forma explícita, entre os órgãos integrantes do Poder Judiciário; para estabelecer as exigências de notável saber jurídico e de reputação ilibada para a escolha de seus Ministros; e para dar ao TST a competência de julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade das suas decisões. Com esse ato, o Congresso Nacional corrigiu um lapso do Constituinte de 1988 e deu o devido prestígio às funções desempenhadas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Muitas transformações aconteceram em nosso País e no mundo ao longo desses 70 anos. A tecnologia revolucionou os modos de produção, o País tornou-se majoritariamente urbano, as relações entre empregadores e empregados mudaram. O que permaneceu, todo esse tempo, foi o empenho com que o Tribunal Superior do Trabalho se dedicou à resolução dos conflitos trabalhistas e à pacificação da sociedade.

Estamos atravessando um período de crise e de questionamentos do modelo vigente — questionamentos para os quais o TST já busca respostas. É certo que a atual conjuntura demanda mudanças; é preciso movimentar a economia, é preciso gerar empregos. E tudo isso deverá ser feito preservando direitos, ao mesmo tempo em que se garante a competitividade das empresas.

Resolver essa equação não será um trabalho simples, mas a Justiça do Trabalho, em um empenho conjunto com o Legislativo, chegará à melhor resposta para o Brasil e para os brasileiros.



Sr. Presidente, o Tribunal Superior do Trabalho, que cumpre 70 anos em franca evolução, merece nosso reconhecimento como um protagonista no desenvolvimento do trabalho e das relações trabalhistas neste País. Por isso, nossa homenagem àqueles que construíram essa história e àqueles que hoje se empenham para garantir que a justiça sempre prevaleça.

Muito obrigado.



O SR. JEFFERSON CAMPOS (Bloco/PSD-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a tendência é de que os países envelheçam, todos sabem. As famílias já não têm tantos filhos e é fato de que no futuro teremos um grande número de idosos.

Contudo, esse “futuro” não está tão distante assim, pelo menos não no Brasil. As estimativas para o ano 2025 são de que nosso País abrigará a sexta maior concentração de idosos do mundo, ou seja, mais de 32 milhões ou quase 13% da população.

Outro fato é que os problemas oculares, para quem nunca teve, começam a acontecer na vida do indivíduo a partir dos 40 anos. Na verdade, a prevalência de doenças oculares aumenta com a idade. O lado bom é que, diferentemente do que ocorreu com as gerações anteriores, hoje existem especialistas para atender justamente a essa demanda da população. São médicos especializados em oftalmologia geriátrica.

Quando se entra na quinta década de vida, algumas coisas são bem comuns, como as dificuldades de leitura, a presbiopia. Já na sétima década, ouvimos muito falar da tal da catarata, ou seja, a opacificação do cristalino. Além dessas, o glaucoma, a retinopatia diabética e a degeneração macular são as doenças muito frequentes entre os idosos. Para todos esses casos, a solução está no uso dos óculos ou nas pequenas cirurgias. Em contrapartida, o não tratamento pode levar ao isolamento social, à cegueira e até à depressão.

Com relação à catarata, ela é responsável por quase 50% dos casos de cegueira em idosos no mundo. No Brasil, temos cerca de 700 mil pessoas classificadas como cegas por catarata. Esse problema pode ser facilmente revertido



por procedimento cirúrgico. Mas nossa rede pública não está preparada para o envelhecimento ocular.

Segundo a Organização Mundial da Saúde — OMS, o glaucoma é a segunda principal causa de cegueira. Infelizmente é irreversível e em quase 75% dos casos não apresenta sintomas. Ele não dói, não causa vermelhidão e nem arde. Acontece mais frequentemente em pessoas negras, que tenham histórico familiar ou hipertensão ocular. Os portadores dessas características devem sempre visitar o especialista, mas a detecção precoce normalmente necessita de exames complementares.

Pacientes que tiveram diabetes durante 15 ou 20 anos de suas vidas certamente apresentarão a retinopatia diabética. No Brasil, 7,6% da população urbana entre 30 e 69 anos apresentam a doença. Contudo, em 46% dos casos, as pessoas não sabem que são portadoras.

Entre pessoas de 90 anos, duas em três pessoas apresentam a degeneração macular. Ela é a principal causa de cegueira em idosos nos países desenvolvidos e a terceira maior causa no mundo. Atingindo o centro da visão, distorce a imagem que se forma, afetando imediatamente a leitura. É irreversível e acontece de três a cinco vezes mais em quem fuma.

Creio que políticas públicas para conscientização da população devem ser aplicadas urgentemente. E um maior aporte para essa área da saúde deve ser feito. É importante que estejamos preparados em nosso sistema público de saúde para combatê-las e proporcionar maior qualidade de vida para nossos idosos.

Solicito, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 2006, a Câmara dos Deputados aprovou a proposição que deu origem a um dos mais importantes marcos legais de regulação, organização e estruturação do nosso setor econômico e do sistema tributário brasileiro. Nascia o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, uma lei que alavancou inúmeros negócios em todo o Brasil, com importantes reflexos na vida dos empreendedores, dos trabalhadores em geral e nos mecanismos arrecadatórios do Estado.

Há 10 anos, portanto, dispomos de uma legislação que implantou modernidade, agilidade e segurança na rotina de inúmeras empresas. É razão de grande satisfação o resultado que já foi colhido nesse período, revelando que o passo dado lá atrás desencadeou uma sequência de movimentos relevantes para os aspectos econômico e social do País.

Com o Estatuto da Microempresa foi criado o SIMPLES Nacional, sistema tributário especial que desonera as empresas e desburocratiza a cobrança de impostos, reunindo o pagamento de oito tributos em um único boleto. E não é arriscado afirmar que foi esse importante avanço da legislação o maior responsável pela criação de grande parte dos 12 milhões de empregos gerados pelas empresas de menor porte em todo o Brasil, nos últimos 10 anos.

Quando se descomplica a vida de quem quer empreender e investir, abrem-se as comportas que mantêm represados os empregos, a arrecadação de impostos, a competitividade e a formalidade das atividades econômicas que movimentam a Nação. O sucesso do SIMPLES Nacional é a comprovação mais clara desse raciocínio.



Desde sua criação, além dos 12 milhões de empregos formalizados, entraram para os cofres públicos cerca de 555 bilhões de reais em impostos arrecadados, o número de empresas registradas cresceu de forma exponencial e o índice que mede a sobrevivência dos estabelecimentos abertos melhorou sensivelmente.

No início de 2007, havia cerca de 2,5 milhões de pequenas e microempresas registradas no Brasil. Em setembro do ano passado, esse número havia saltado para quase 11,5 milhões, incluindo os microempreendedores individuais, outra inovação possibilitada pelo Estatuto da Microempresa, que também assinala uma trajetória de grandes êxitos.

Segundo dados do SEBRAE, as empresas que já nascem optantes pelo SIMPLES apresentam taxa de sobrevivência de mais de 2 anos em 83% dos casos. Entre as que não optam pelo sistema de tributação especial, essa taxa é de menos de 40%. É, pois, inegável que a simplificação do sistema tributário tem grande impacto na consolidação da atividade econômica, com consequência direta na preservação de postos de trabalho e da renda de milhões de famílias.

Em outro levantamento feito pelo SEBRAE, os empresários apontam como principais vantagens da adesão ao SIMPLES Nacional o fato de saberem que seus empreendimentos estão em dia com suas obrigações, o acesso à informação sobre quanto pagam de impostos e as reduções da burocracia e do peso dos tributos. Ou seja, o mecanismo de tributação leva tranquilidade e otimismo aos empresários.

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, o quanto a lei que ora completa 10 anos de vigência proporcionou ganhos para milhares de Municípios e para todos os Estados brasileiros. Em rincões onde as indústrias e as grandes empresas não estão estabelecidas, são os pequenos e microempreendedores as principais fontes



de arrecadação para as administrações públicas e de oferta de emprego para a população.

Sras. e Srs. Deputados, a experiência bem-sucedida do SIMPLES Nacional deve ser o farol que nos guiará em uma das maiores empreitadas postas para este Parlamento. A retomada do crescimento econômico, a reversão da taxa de desemprego e o aumento da confiança dos investidores no Brasil dependem de uma reforma tributária que, há décadas, está emperrada. E a luz de que precisamos vem dos excelentes resultados obtidos desde a modernização da legislação que rege as pequenas e microempresas. Quanto mais simplificarmos e diminuirmos a carga tributária, melhores resultados colheremos, em termos de arrecadação, formalização de postos de trabalho e aumento de competitividade. Essa deve ser, portanto, a linha de conduta diante dos desafios que enfrentaremos no que tange a esse tema.

Sigamos em frente, sem temor, comprometidos com a reconstrução do Brasil.



O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que uso desta tribuna para externar meu irrestrito apoio ao Exmo. Sr. Presidente Michel Temer no recente episódio em que parte da imprensa tenta expor a intimidade de sua família, reverberando de forma torpe notícias já veiculadas sobre a invasão da memória virtual de seu telefone celular, de forma criminosa, por um *hacker*, que já foi condenado à pena alta, pela gravidade de seus atos, exigindo pagamento de altas somas para não publicar o conteúdo.

Devo ressaltar o brilhante trabalho da Polícia Civil de São Paulo, através de seu Departamento de Investigações Criminais — DEIC, que investigou o fato criminoso sem expor desnecessariamente detalhes do material objeto da extorsão.

Agora, quando o criminoso está preso e o caso esquecido, dois jornais de grande circulação e importantes na história democrática de nosso País, mas que ultimamente vêm adotando linhas de ação nitidamente de cunho oposicionistas, com articulistas tendenciosos em defesa de ex-mandatários de camisas vermelhas...

Entre outros, Hélio Schwatsman, na sua coluna de hoje na *Folha de S.Paulo*, nomina o pedido de respeito à vigente lei chamada de “Carolina Dieckmann”, que protege as vítimas de crimes cibernéticos, para que seja preservada sua intimidade, evitando que alguém seja vítima duas vezes, como ridícula. Ora, por que dois pesos e duas medidas, e com que capacidade sobrenatural consegue separar milimetricamente o que implica privacidade da vítima e o que possa interessar aos leitores?

No diálogo que veio a público entre o criminoso e a vítima, esse afirma que, se revelado o conteúdo de sua infâmia, jogaria lama em seu esposo. Só falta a



esses iluminados afirmarem que seria de interesse saber o que literalmente o criminoso queria dizer.

Analisando com isenção desde o começo, conclui-se que, ao pedir respeito à citada lei que visa proteger vítimas de vazamento criminoso de intimidade, não se trata de censura, o que só pode ser alegado por mentes perversas que, usando escudo da nobre profissão de informar, nada mais fazem do que torturar inocentes com um verdadeiro terrorismo psicológico, que num país livre e democrático como o nosso é intolerável.

Finalizo, pedindo a Deus que ilumine o coração de nossos irmãos da imprensa para que respeitem as famílias e derrame as mais especiais bênçãos celestiais em todos.



A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago a esta tribuna um assunto preocupante. Reportagem publicada no dia 13 de fevereiro pelo jornal *O Globo* apresenta dados de um novo estudo do Banco Mundial indicando que o Brasil terá, pelo menos, 2,5 milhões de novos pobres até o final de 2017.

De acordo com o relatório, ao qual *O Globo* teve acesso, o número de pessoas vivendo em situação de pobreza no País crescerá entre 2,5 milhões e 3,6 milhões neste ano.

Segundo o Banco Mundial, essas pessoas são denominadas de “novos pobres”. Isso porque, até 2015, elas estavam acima da linha da pobreza e agora estão caindo ou vão cair para um patamar abaixo dela.

São principalmente adultos jovens, moradores de áreas urbanas, com escolaridade média, que foram expulsos do mercado de trabalho formal. Estão mais no Sudeste e no Nordeste e a maioria trabalhava na área de serviços em 2015.

O relatório do Banco Mundial sugere que, para o País barrar o crescimento da pobreza extrema, será preciso investir mais em políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

Conforme aponta a reportagem do jornal *O Globo*, seria necessário aumentar o orçamento do programa neste ano para 30,4 bilhões de reais num cenário otimista e para 31 bilhões num panorama mais pessimista. Os recursos assegurados pelo Governo Federal para o Bolsa Família são da ordem de 29,8 bilhões em 2017.

Segundo os técnicos do Banco Mundial, o número de pobres deve chegar a 19,8 milhões, num quadro otimista de crescimento econômico. Nesse universo, 8,5 milhões estarão na condição de extrema pobreza.



Ainda de acordo com a instituição, na previsão pessimista, de mais um ciclo de recessão, serão 20,9 milhões de pobres, sendo 9,4 milhões em estado de miséria.

Para os especialistas do Banco, os novos pobres poderão ser facilmente atingidos por políticas de geração de renda, por conta do perfil diferenciado em relação aos considerados “estruturalmente pobres”. Estes já viviam em situação de pobreza em 2015, têm menor escolaridade e são mais velhos.

O estudo é uma ferramenta importante para os formuladores e gestores das políticas públicas. Devem-se levar em conta as previsões e as análises apresentadas pelos técnicos dessa instituição internacional, para que possamos aprimorar as ações e as estratégias voltadas para a geração de emprego e renda no País, principalmente olhando para as novas gerações, que são as mais afetadas pela atual crise econômica brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



O SR. LUCIANO DUCCI (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para destacar os 70 anos do Hospital da Providência de Apucarana, no norte do Paraná, completados no dia 16 de janeiro.

A instituição, que compõe o Grupo Hospitalar Nossa Senhora das Graças e pertence à Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, atende mais de 300 mil habitantes e é referência em toda região que abrange o Vale do Ivaí.

A história da instituição começa em 1947, como instituição particular. Em 1953 é que o Hospital Santa Terezinha passa a ser administrado pela gestão municipal e intitulado Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Apucarana.

A chegada das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo aconteceu em 1956 e marcou a administração do Hospital da Providência, como é atualmente, com a primeira supervisora, a Irmã Tereza Araújo.

As irmãs também trabalhavam como enfermeiras, nutricionistas, fisioterapeutas, dentre outras ocupações.

Em 1970, a Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo aceitou a missão de assumir o hospital, que passava por grande dificuldade financeira na época.

Em 2006, o Hospital da Providência, a pedido da gestão municipal, deu sequência ao serviço hospitalar materno-infantil e criou o Hospital da Providência Materno-Infantil, para atendimento pediátrico e obstétrico. A média de nascimentos nesse hospital é de 207 bebês por mês, sendo 85% dos atendimentos feitos via Sistema Único de Saúde — SUS.



No ano seguinte, passou a funcionar o Centro de Oncologia, com atendimento ambulatorial em especialidades, cirurgias, infusão de tratamento de combate ao câncer, além de assistência multidisciplinar.

Em 2014, o Hospital da Providência iniciou o Programa de Residência Médica, que atualmente oferta quatro especialidades para profissionais já graduados em Medicina.

Para os próximos anos, o Hospital da Providência vai construir um novo pavimento e unificar o atendimento que presta em conjunto ao Hospital Materno-Infantil em Apucarana. O projeto, com previsão de término para 2019, conta com apoio da Secretaria de Saúde do Paraná, que anunciou verbas para a obra.

A instituição também investe em captação de recursos através de projetos e eventos beneficentes.

Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado no *A Voz do Brasil* e pelos canais de comunicação desta Casa.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Ministério da Saúde por ter disponibilizado a técnica de videolaparoscopia para a realização de cirurgia bariátrica pelo SUS. A decisão deve ser celebrada em razão da importância da cirurgia bariátrica e do aumento da segurança e do conforto que a técnica traz para o paciente.

A Organização Mundial da Saúde combate ferrenhamente o excesso de peso porque ele representa significativo fator de risco para inúmeras doenças crônicas, como a diabetes, doenças cardiovasculares e câncer. O organismo da ONU destaca que a obesidade mais do que dobrou desde 1980 — quase 2 bilhões de adultos estavam acima do peso em 2014.

O caso brasileiro é particularmente grave. Em 2014, o Ministério da Saúde apurou que 52,5% da população nacional estava acima do peso. Além disso, a taxa era de 43% em 2005, o que representa aumento de quase um quarto em menos de 10 anos. A importância desses números para a saúde pública brasileira fica evidente ao se verificar que as mortes por doenças crônicas associadas ao excesso de peso respondem por 72% dos óbitos que ocorrem neste País.

Esses dados evidenciam que conter a expansão do número de pessoas que sofrem os males associados ao sobrepeso não é tarefa trivial. Inúmeras características do mundo contemporâneo contribuem para que o peso da população aumente. Falta de tempo para a prática de atividades físicas, dificuldade de obtenção de comidas predominantemente saudáveis e o estresse no trabalho são fatores que favorecem significativamente o aumento de peso e estão presentes na vida de inúmeros brasileiros.



A superação de cada um desses obstáculos à vida saudável seguramente vai demandar muito tempo. Diversos casos de moléstias graves demandam providências imediatas. A cirurgia bariátrica como último recurso para vencer os problemas salutareos da obesidade infelizmente já é de primeira necessidade para inúmeros brasileiros.

É verdade que há anos o SUS conta com robusto programa de combate ao excesso de peso, no âmbito do qual existe a possibilidade de o cidadão fazer a cirurgia bariátrica. Preliminarmente, há inúmeros passos voltados à certificação de que nenhuma das providências mais amenas é suficiente como tratamento. Quando é esse o caso, o paciente é encaminhado ao procedimento cirúrgico.

Até o dia primeiro de fevereiro, porém, apenas o procedimento cirúrgico tradicional e invasivo era coberto pelo SUS. Agora, com a videolaparoscopia, o paciente pode passar menos tempo no hospital, demandar menos sangue durante a cirurgia e sujeitar-se a menor incidência de complicações pulmonares, entre outras vantagens.

É importante considerar que a cirurgia bariátrica normalmente é recomendada apenas para os casos em que o paciente já enfrenta severas complicações em seu quadro clínico. Ora, justamente por isso, os ganhos proporcionados pela videolaparoscopia são muito significativos. O paciente sujeita-se a condições muito mais favoráveis à recuperação, de modo que a técnica converte-se em excelente recurso para o combate aos efeitos deletérios do excesso de peso.

Em resumo, Sr. Presidente, a obesidade está a toda evidência associada a severos problemas de saúde. A situação brasileira é particularmente grave, de modo que a incorporação de qualquer recurso eficaz deve ser celebrada. A cirurgia



bariátrica normalmente é destinada a situações em que o paciente já enfrenta quadro de saúde extremamente delicado.

Desde modo, a extensão da técnica de videolaparoscopia para o caso da cirurgia bariátrica é uma importante vitória do SUS para a promoção da qualidade de vida da população brasileira.

Muito obrigada.



A SRA. TIA ERON (PRB-BA. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de o País não possuir pessoas em situação de fome crônica, ainda existem 20 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza. As ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria ainda clamam por uma solução que elimine esse sofrimento de parte da humanidade. Erradicar a pobreza extrema foi o primeiro Objetivo do Milênio estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para acontecer até 2015. Garantir um planeta melhor para as gerações futuras é a busca maior por trás dessas intenções.

A meta da ONU de reduzir a fome e a pobreza extrema até 2015 à metade do que era em 1990 foi alcançada pelo Brasil em 2002. E a meta nacional de reduzir a porcentagem de pobres a um quarto da de 1990, apesar de mais ambiciosa, também foi cumprida e superada em 2008. Mas os principais aspectos da pobreza continuam os mesmos: ela está mais presente no meio rural e nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os perfis de pobreza continuam incrustados em áreas menos privilegiadas de desenvolvimento.

Estudo divulgado pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aclarou que quase a totalidade dos residentes em domicílios agrícolas e pluriativos extremamente pobres do Nordeste têm terra insuficiente, trabalham informalmente e residem em domicílios com idosos, mas sem qualquer aposentadoria. Esclareceu também que os benefícios assistenciais como Bolsa Família ajudam, contudo, não são suficientes para retirar o contingente da extrema pobreza.



No Norte, a pobreza caiu menos que no Nordeste e no Brasil como um todo. Segundo o levantamento, a persistência da pobreza extrema no Norte, particularmente entre os domicílios pluriativos e aqueles não agrícolas, é especialmente preocupante. Já as taxas de pobreza são praticamente as mesmas em 2004 e em 2013.

Foi pensando nessas precariedades e vulnerabilidades que floresceu o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que se constitui na regularização e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas e benefícios têm como objetivo atender às famílias, seus membros e indivíduos, estando as ações focadas no desenvolvimento das potencialidades de cada um e no fortalecimento dos vínculos familiares. Nessa concepção, o SUAS é a organização de uma rede de serviços, ações e benefícios de diferentes complexidades que se reorganizam em dois níveis de proteção social: a) Proteção Social Básica e b) Proteção Social Especial.

A Proteção Social Básica objetiva prevenir as situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e é destinada à população em situação de vulnerabilidade social, em decorrência da pobreza, privação, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos relacionais — discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são os responsáveis pelos benefícios, serviços, projetos desenvolvidos naquele espaço e localizam-se nas áreas de vulnerabilidade social específica.

Já a Proteção Social Especial destina-se à família e/ou indivíduos em situação de risco pessoal ou social cujos direitos tenham sido violados ou



ameaçados. Diferentemente da Proteção Social Básica, que é preventiva, a Proteção Social Especial atua com natureza protetiva, diretamente vinculada ao sistema de garantia de direitos, exigindo gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e outros órgãos do Executivo.

Os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) são os órgãos responsáveis por essas ações protetivas. Os CREAS, atualmente, desenvolvem os seguintes programas: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Programa de Proteção Social à Pessoa com Deficiência; e Programa Rede Abrigo, direcionado à proteção da criança, do adolescente e da juventude.

O processo de gestão do SUAS conta também com instâncias de pactuação, que são a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e as Comissões Intergestores Bipartite (CIBs). A CIT é um espaço de articulação e expressão das demandas dos gestores federais, estaduais e municipais. Ela negocia e pactua sobre aspectos operacionais da gestão do SUAS e, para isso, mantém contato permanente com as CIBs para a troca de informações sobre o processo de descentralização.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o novo propulsor para o desenvolvimento nacional e internacional. Ela estabelece 17 objetivos com 169 metas, dentre os quais destacam-se as seguintes dimensões: as pessoas, a prosperidade, a paz, as parcerias e o planeta.

Dessa forma, e como mencionado, direciona-se também à prosperidade, às parcerias e contribui para a paz social, assim como ajuda a conter a degradação socioambiental local, regional e nacional.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, o SUAS é composto



pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada.

Como é de conhecimento geral, a assistência social no Brasil era exclusivamente ligada às ações filantrópicas de caridade, com vinculação direta às ações de solidariedade de entidades religiosas e outros grupos com elas alinhados. Eram ações desenvolvidas pelas primeiras-damas da sociedade. Por décadas, os beneficiários dessas práticas eram vistos como assistidos, favorecidos, e não como cidadãos detentores de direitos. Esse tipo de assistência, longe de consolidar um direito social, reforçava os mecanismos de controle da população, tinham caráter seletivo, fragmentado e esporádico. Hoje, o SUAS ocupou esses espaços e constrói um novo Brasil junto com seus cidadãos. Além dos objetivos previstos, o sistema ainda gera dignidade em seu povo.

Por fim, apesar do reconhecimento da evolução das políticas de proteção social no Brasil, muito ainda é preciso ser feito para que, de fato, os serviços sejam expandidos e consolidados. Estamos conscientes de que um dos desafios para o futuro próximo é garantir que os direitos sociais sejam realidade na vida de cada cidadão brasileiro.

Muito obrigado.



O SR. ZECA DO PT (PT-MS. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, no último domingo, dia 12 de fevereiro, o *Programa MS Rural da TV Morena* expôs uma situação que afeta muitos pequenos produtores do Estado: a pulverização aérea irregular nas lavouras do Estado, que prejudica diversas culturas produtivas.

Em Glória de Dourados, os sericultores perderam quase toda a produção de bichos-da-seda, por conta da contaminação das folhas de amora, que servem como alimento para produção. Estudos feitos em laboratórios constataram dois tipos de venenos utilizados na pulverização de lavouras de cana-de-açúcar, muito comum na região. Os produtores relataram que, neste período do ano, têm sido comuns episódios tristes como esse. Em 2016 essa tragédia também aconteceu, quando morreram mais de 100 mil bichos-da-seda dos 35 pequenos sericultores de Glória de Dourados.

Em 2014, no Assentamento Rio Feio, em Guia Lopes da Laguna, situação semelhante foi notada. Após a pulverização aérea em uma lavoura de soja, as abelhas dos pequenos apicultores da região desapareceram, gerando um enorme prejuízo para a vida dessas pessoas tão humildes.

Já levantamos essa discussão em 2015, no seminário proposto por nosso mandato, em parceria com a Câmara dos Deputados, sobre o tema *Os impactos dos agrotóxicos na sociedade: saúde, trabalho e meio ambiente*, em que foi proposta uma legislação mais rígida contra esse tipo de situação, que acredito ser um crime contra a natureza e contra os pequenos produtores, que são desrespeitados pelos grandes latifundiários da soja e da cana-de-açúcar.

Não só prejuízos econômicos tem causado a prática da pulverização aérea



irregular. Em outubro de 2016, o Ministério Público Federal — MPF denunciou o piloto de um avião agrícola que fez pulverização sobre uma plantação de soja a menos de 12 metros da aldeia indígena Guyra Kambi'y, na região de Dourados, colocando em risco a saúde dessa população inteira.

De acordo com o Ministério Público, atualmente a legislação federal sobre o tema — Instrução nº 2, de 2008, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — define como limite apenas 500 metros de distância de povoações, cidades, vilas ou mananciais de água para pulverização aérea de determinada área. Já há Estados em que a exigência mínima é de 10 quilômetros ou é estabelecida de acordo com classificação do veneno.

É preciso que seja rediscutida a fundo a questão dos agrotóxicos no Brasil e imediatamente a questão da pulverização aérea, com mudanças na legislação que deixem as normas mais rígidas e garantam uma fiscalização efetiva sobre as empresas que prestam esse tipo de serviço, para que, caso haja o descumprimento delas, sejam punidas com rigor.

Em Mato Grosso do Sul, segundo dados do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola — SINDAG, existem cem aviões cadastrados por 16 empresas e outras 57 aeronaves privadas.



O SR. FLAVIANO MELO (PMDB-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em toda a minha vida parlamentar, sempre fiz absoluta questão de contemplar, com minhas emendas parlamentares, todos os Municípios de meu Estado, o Acre, independente da coloração partidária das Prefeituras. Este ano não foi diferente: todos os 22 Municípios acrianos foram beneficiados. Foram R\$ 12,44 milhões em emendas ao Orçamento Geral da União/2016. A alocação de recursos teve por base as áreas essenciais, justamente por sua importância e utilidade básica e premente para a comunidade beneficiada. Por isso mesmo, foram priorizados os setores de saúde, educação, infraestrutura e transporte, dentre outros.

Sr. Presidente, nobres colegas, para a saúde, foram destinados R\$ 5,66 milhões. Esses recursos beneficiaram todos os Municípios acrianos com equipamentos, construções e reformas de unidades de saúde. Já para a agricultura foram reservados R\$ 2,57 milhões que atenderam Brasiléia, Bujari, Mâncio Lima, Porto Walter, Rio Branco, Tarauacá e Xapuri, com aquisição de máquinas agrícolas para associações.

No setor de esportes (construção e revitalização de quadras) foi colocado R\$ 1,21 milhão, que atenderam Mâncio Lima, Rio Branco e Sena Madureira. Cerca de R\$ 3 milhões foram destinados à infraestrutura urbana, que inclui viabilização de asfalto, calçamentos, construção de creches e escolas para as cidades de Brasiléia, Mâncio Lima, Porto Walter, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri.

Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, aloquei emendas parlamentares para todos os Municípios acrianos. Foram empenhados mais de R\$ 14 milhões em recursos para aquisição de equipamentos e aperfeiçoamento da Sistema Único de



Saúde (SUS), estruturação da Rede de Atenção Básica de Saúde, inovações para a agropecuária, construção de creche, esporte, aquisição de máquinas agrícolas, pavimentação de rua e infraestrutura turística.

Foram pagos um total de R\$ 4,8 milhões aos Municípios de Brasília, Bujari, Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri destinados a calçamento, construção de praças, aquisição de veículos, máquinas agrícolas, patrulha mecanizada, custeio e aquisição de equipamentos na área de saúde.

E para nossa grata surpresa, pela primeira vez, em mais de 14 anos, o Governo Federal pagou emendas do mesmo ano, um reflexo claro da lei do Orçamento Impositivo, um projeto que contribui pessoalmente para elaboração e aprovação. O pagamento demonstra a determinação do Governo Temer em normalizar a execução orçamentária.

Muito obrigado.



O SR. CELSO RUSSOMANNO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em 16 de fevereiro comemora-se o Dia do Repórter, profissional da mais elevada importância para a imprensa e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo. Merece, deste modo, os nossos mais expressivos cumprimentos.

Com efeito, o repórter é aquele responsável por encontrar a notícia, por buscar a informação que tenha utilidade para as pessoas e que mereça ser veiculada por qualquer dos meios de comunicação.

Percebam que o trabalho do repórter se encontra em todas as matérias que lemos nos jornais, impressos ou eletrônicos, nas notícias de televisão e de rádio e em muitas das informações que circulam pela rede mundial de computadores, inclusive nas ubíquas redes sociais.

São, destarte, elemento indispensável da imprensa, que é, por seu turno, um dos pilares de todo regime democrático. Não há democracia sem imprensa independente; não há democracia sem liberdade de cobertura jornalística; não há democracia sem repórteres.

Não é sem motivo que a primeira e mais urgente medida de toda tirania é a censura dos meios de comunicação e o controle das informações difundidas.

Nesse aspecto, com pesar, devemos reconhecer que nossa Nação ainda não se encontra num patamar admissível. No mais recente Índice de Liberdade de Imprensa, elaborado pela organização Repórteres sem Fronteiras, o Brasil ocupa a centésima quarta colocação, tendo caído cinco em relação ao ano anterior.

Lembremos que, não muito tempo atrás, o repórter Tim Lopes foi cruelmente assassinado no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro, enquanto cumpria



heroicamente sua missão, investigando denúncias de abusos contra adolescentes. Lembremos a morte do cinegrafista Santiago Andrade, em 2014, também na cidade do Rio, atingido por um rojão enquanto documentava um protesto.

Infelizmente, estes não são casos isolados. Com frequência, assistimos a atos de agressão contra jornalistas durante o desempenho de suas funções.

O Parlamento brasileiro deve estar atento a essas graves violações aos direitos e liberdades fundamentais e impedir o avanço de qualquer ação que flerte com a censura à atividade da imprensa.

Ao lado da vasta importância da profissão de repórter, Sr. Presidente, está a sua responsabilidade. Toda a credibilidade de um meio de comunicação pode vir abaixo com uma notícia falsa. Toda a vida de uma pessoa pode ser destruída com uma notícia falsa. Deve atuar, portanto, o repórter tendo sempre presente os profundos reflexos dos dados coletados e transmitidos.

Tenho a honra, ínclitos colegas, de ser repórter de rádio e televisão há 30 anos. Posso dizer que tenho um orgulho genuíno de compor os quadros da profissão, cujo exercício me traz enorme satisfação.

Por meio dela, tenho a oportunidade de prestar um serviço para as pessoas, para o cidadão comum, trazendo informações relevantes e denunciando abusos e injustiças.

Durante esse período, trabalhei com inúmeros repórteres e posso declarar o quanto os repórteres brasileiros são qualificados, corajosos e desvelados. Esses abnegados profissionais desenvolvem seu trabalho com o mais alto padrão de excelência e merecem o reconhecimento desta Casa e de toda sociedade brasileira.

Parabéns a todos.

Muito obrigado.



O SR. MARCIO ALVINO (PR-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui hoje com grande satisfação para felicitar o Município de Itu e todos os seus munícipes, pelo aniversário de 407 anos que essa linda cidade completou dia 2 de fevereiro. Aproveitamos a oportunidade para deixar nossos sinceros votos de felicitações, na pessoa do Presidente do PR, na cidade Adauto Gonçalves e do Vereador Thiago Gonçalves, o Adautinho, a todos os moradores desse Município.

Itu tem uma economia forte, com setores industriais e comerciais bem desenvolvidos. Além disso, apresenta-se como uma estância turística que atrai diversos visitantes, que muitas vezes são levados até a cidade pela sua fama de Terra dos Exageros e acabam descobrindo uma terra repleta de belezas e histórias, que encanta todos que por ali passam, graças ao seu patrimônio cultural, histórico, arquitetônico, religioso, ambiental e pela sua variada gastronomia.

E entre os compromissos que temos com Itu, está a preservação da sua história: a cidade está entre as prioridades da Frente Parlamentar de Preservação da Memória e do Patrimônio Ferroviário, da qual sou o idealizador e Presidente. Juntamente com o Deputado Estadual André do Prado e mais 213 Parlamentares que apoiam a nossa causa, temos o objetivo de trabalhar pela recuperação da sua Estação Ferroviária, conservando essa importante parte de sua memória.

Reiteramos novamente os nossos desejos de felicidade a todos os que contribuíram e contribuem para construção da história de Itu. Juntamente com o Deputado Estadual André do Prado, continuaremos buscando recursos e investimentos que melhorem a qualidade de vida de todos os seus habitantes.

É o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.



O SR. ROBERTO BALESTRA (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara*, na história do mundo e do Brasil, há alguns anos que são marcantes e que serão sempre lembrados por grandes acontecimentos que mudaram para sempre os dias que o sucederam.

Com oito mandatos nesta Casa, posso dizer que hoje já tenho sensibilidade suficiente para perceber quando as grandes mudanças estão a caminho. Estamos em um desses momentos. Nunca presenciei, em toda a minha vivência política, um momento tão propício para as grandes reformas que sempre foram clamadas pela população brasileira e que são a única forma de dar um rumo definitivo de desenvolvimento para o País.

Por isso, nobres pares, afirmo que o ano de 2017, que se inicia agora, tem tudo para ficar marcado na história como o ano em que o Congresso terá força para discutir e fazer as grandes reformas. Neste ano teremos a oportunidade, como poucos tiveram, de mexer na espinha dorsal do País, atacando a raiz de problemas que nos assolam. Se perdermos essa chance, talvez não tenhamos um conjunto de fatores que contribua para isso novamente nesta geração.

Já temos, em um primeiro momento, o grande desafio de discutir a reforma da Previdência, e talvez ela seja o marco maior entre todas as reformas que aqui serão discutidas. Sem uma mudança responsável no que hoje é o sistema previdenciário, estaremos negando um futuro a milhões de brasileiros que trabalham duro e sonham com a aposentadoria. De uma forma simples e desprovida de paixões ideológicas, é disso que se trata a reforma da Previdência: a garantia de um futuro para o trabalhador, que hoje vive na incerteza se vai conseguir se aposentar ou não, depois



de anos de trabalho, e dependendo de um sistema falido e insustentável. É evidente, no entanto, que a proposta apresentada pelo Governo, e que tem sido alvo de algumas críticas, não está acabada, será discutida aqui, como tem que ser, pelos representantes que o povo escolheu, e pode ser alterada e melhorada, pois se trata de uma agenda fundamental para o futuro.

A modernização das relações de trabalho no País é outro tema sobre o qual vamos nos debruçar e que não pode mais ser adiado, se quisermos ter competitividade e produtividade no mercado global. É um assunto espinhoso, que envolve conflitos de interesse, mas que precisa ser discutido. Evitá-lo só tem trazido prejuízos à economia brasileira e a todos os envolvidos no processo, de trabalhadores a empresários. Temos a 9ª maior economia do mundo, estamos entre as dez nações mais populosas, mas ocupamos a modesta posição de número 81 entre os países mais competitivos, o que é resultado de uma legislação que entrava a produção, e que não preza pela liberdade de empreendimento.

Há ainda outras reformas importantes que devem entrar em pauta este ano, como a reforma política, a tributária e a do ensino médio. Por isso, como já disse, a expectativa é a de que este seja um ano marcante e que ajude a determinar os rumos dos próximos anos no Brasil. O ano de 2017 tem tudo para entrar na história e acredito que o trabalho deste Congresso vai garantir que seja de uma forma positiva.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



VII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 008.3.55.O
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Deliberativa Ordinária - CD
Montagem: 5199

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 15 de fevereiro, às 20 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 6.568, de 2016.



(Encerra-se a sessão às 19 horas e 59 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO PAES LANDIM NO PERÍODO DESTINADO AO GRANDE EXPEDIENTE DA SESSÃO NÃO DELIBERATIVA DE DEBATES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 006, REALIZADA EM 9 DE FEVEREIRO DE 2016 — RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:

O SR. PAES LANDIM (Bloco/PTB-PI e como Líder. Com revisão do orador.) - Sr. Presidente, *O Estado de São Paulo* da sexta-feira passada trouxe uma excelente entrevista com o Presidente Executivo do Bradesco, Dr. Luiz Carlos Trabuco, afirmando que *“os bancos terão de ter participação ativa no processo de ajuste das empresas e dos consumidores, abrindo espaço para que a economia brasileira volte a crescer”*.

Com uma visão macro do Brasil, o Dr. Trabuco observou que *“o caminho de saída da crise será gradual e ritmado”*.

Na entrevista concedida ao Grupo Estado, o Dr. Luiz Carlos Trabuco acentuou *“o papel dos bancos na retomada econômica e garantiu que as instituições estão dispostas a participar dos projetos de infraestrutura lançados pelo governo federal, mas que isso dependerá do modelo de garantias a ser adotado”*.

Mostrando uma visão de homem preocupado com o Brasil, como um todo, perguntado se a concentração dos ativos nas mãos de poucos bancos não centraria riscos, uma preocupação permanente, Luiz Carlos Trabuco foi incisivo na sua resposta, anotando que o papel do Banco Central do Brasil, *“uma referência mundial”*, afirmou, tem sido muito eficaz *“em termos de controles e regramento para a estabilidade do sistema financeiro”*.



Tem sido de tal porte o próprio controle internacional do setor, lembrou Trabuco, que o *“livrinho do acordo de Basiléia, que começou com apenas 30 páginas, já tem mais de 600”*.

E concluiu de maneira contundente: *“Chegamos ao ponto de inibir não apenas o risco excessivo, mas de todo o risco. Isso leva o banco a selecionar de forma muito mais rigorosa para quem emprestar. É preciso bom senso e ajustar esse processo”*.

Parabenizo o Presidente Trabuco pela excelência da sua entrevista ao Grupo Estado, sobretudo a sua assertiva lapidar de que *“o Brasil é um país que precisa se reconstruir”*.

O *Valor Econômico* de terça-feira, em entrevista com outro eminente membro do sistema financeiro, o Presidente da FEBRABAN, Dr. Murilo Portugal, trouxe um assunto mais específico, exatamente a respeito do *“spread”* bancário. Ele se preocupa em estudar profundamente as causas que levam ao seu aumento, mas diz, com muita propriedade, que não *“há bala de prata”* para tratar do assunto, até porque *“inadimplência elevada, baixa recuperação de créditos e uma tributação ‘esdrúxula’ estão entre os vetores que explicam o spread.”* Essas são considerações da maior relevância. Ele, então, enfatiza, com muito domínio: *“Queremos atacar as causas, e esse é um processo que é lento e depende da participação do Legislativo e do Judiciário”*.

Na visão da FEBRABAN, presidida por esse competente economista, que foi Secretário do Tesouro Nacional e Diretor do Banco Mundial e é diplomata de carreira, Murilo Portugal, *“a razão principal do alto spread do Brasil é que o custo da intermediação financeira é bastante elevado”*.



Segundo Portugal:

o elemento mais importante dentro do custo de risco do crédito é a inadimplência, que responde por cerca de 30% do spread, segundo dados divulgados pelo BC.

A inadimplência média do crédito no Brasil — diz ele, com muita propriedade — fechou 2016 em 3,4%, a mais alta da América Latina. No Chile a taxa é de 1,8% e na Austrália, de 0,9%. Mais do que esse problema, diz Portugal, a taxa de recuperação de crédito é muito baixa.

Ele exemplifica dizendo que, nos Estados Unidos, para cada dólar em recuperação judicial, 0,80 dólares são recuperados. Continua: *“A média nos emergentes é de 0,35 dólares e, no Brasil, de apenas 0,16 dólares”*.

Segundo Portugal, a taxa é baixa porque, apesar de suas grandes qualidades, o sistema judiciário é lento na tomada de decisão e há certo viés bem intencionado ao inadimplente, o que encarece o crédito ao adimplente.

Murilo Portugal apresenta dados para afastar a avaliação de que o *spread* alto reflete a elevada concentração do setor financeiro e a lucratividade dos bancos. *“Embora a concentração seja elevada, ela não é maior que no resto do mundo. E essa concentração não inibe a competição”*.

E Portugal diz mais: *“Outro componente que leva ao spread bancário alto neste País é o custo tributário”*. Portugal chamou de situação esdruxula o fato de as instituições financeiras pagarem uma CSLL de 20%, enquanto outros setores, com a mesma ou maior rentabilidade, pagam 9%. Realmente, isso é inacreditável.



Para Portugal, essa agenda de redução do *spread* não deve tratar da questão tributária neste momento, pois o País passa por dificuldades fiscais e não pode abrir mão de receita. Os depósitos compulsórios também devem ser tratados em outro momento.

No fim, houve uma mensagem otimista de Murilo Portugal. Para a FEBRABAN, a melhora do momento econômico e a queda da SELIC vão promover uma redução do *spread*, que já se observa na margem, e uma recuperação do crédito. A previsão é de alta de 2% neste ano. Ele diz: “*A taxa de juros vai cair e isso vai ser repassado. A contribuição dos bancos já começou a acontecer*”.

O Ministro Henrique Meirelles tem sido realmente o homem certo para a hora certa. Contribuições deste nível, advindas de personalidades ligadas ao mundo financeiro, são importantes na luta que ele enfrenta, neste momento, para não só conter a inflação, em baixa, mas também baixar os juros e estabilizar a economia. Enfim, levar à recuperação econômica do País.

Eu queria aqui, Sr. Presidente, abordar um tema importante que diz respeito à educação em nosso País. A revista *Veja*, de 8 de fevereiro, traz um artigo de excepcional qualidade e oportunidade de Luisa Bustamante, sob o título “*Rasgando a fantasia*”. Ou seja, “*Um estudo inédito mostra que o Plano Nacional da Educação parece enredo carnavalesco*”. É bonito de se ver, mas não tem compromisso nenhum com a realidade.

Seu iluminado artigo merecia uma leitura obrigatória para todos quantos lidam com as políticas públicas ligados ao setor educacional e a nós Congressistas a fim de que ilusões ideológicas não venham a turvar uma visão realista da problemática educacional do Brasil.



Diz ela, com muita lucidez:

“Uma estratégia aproxima os países que deixaram a rabeira da educação para estrelar no topo dos ‘rankings’ de ensino: todos formularam um plano de longo prazo para avançar, com metas claras e realistas, e se aferraram a elas com louvável disciplina.”

Nesse sentido, se a existência do PNE é uma iniciativa a celebrar no Brasil, ainda que tenha vindo com atraso, *“a fragilidade, diz ela, está justamente naquilo que outros fizeram tão bem, que é se desgarrar da realidade”*.

Segundo Luisa Bustamante, *“na comissão de frente dos problemas, está uma das vinte metas do plano: chegar à fatia de 10% do PIB, o dobro da posição de hoje, batendo a campeã Noruega, que canaliza 7,6% para o ensino”*.

Segundo a jornalista, o estudo inédito elaborado pelo IDados, braço de análises do Instituto Alfa e Beto, refez as projeções de custo do PNE, Plano Nacional de Educação, e concluiu que, em 2024, a educação sugaria na verdade 13% do PIB.

Diz ela, citando o Professor Paulo Oliveira: *“A conta se baseou nas reais estruturas de custo do sistema educacional”*. Paulo Oliveira é doutor em Estatísticas pelo MIT e, ao contrário da turma oficial, considerou o enxugamento dos *royalties* do petróleo, dos quais boa parte do dinheiro afluiria.

Em resumo, diz a Professora Luísa Bustamante: *“O Plano nasceu inexequível - e já há sinais frágeis disso. Se o PNE fosse levado a sério, em 2014 suas verbas consumiriam 16,8% do PIB, o triplo do que efetivamente foi gasto”*.



Mais adiante, com muito brilho ela afirma: “*O carnaval de incongruências financeiras impõe uma questão anterior: o Brasil precisa mesmo destinar tanta verba para o ensino?*”.

É uma pergunta paradoxal.

Responde:

Uma conta clássica mostra que o gasto por aluno aqui, de 6.670 reais por ano, de fato ainda é baixo na comparação internacional. Mais dinheiro, portanto, poderia ser bem-vindo. Poderia, assim mesmo, no condicional. A experiência revela que o quinhão brasileiro só vem aumentando — na última década, a fatia do PIB para o setor expandiu-se 57%, perdendo apenas para a Rússia —, mas o nível do ensino continua entre os piores do mundo, e até retrocede em certas métricas. ‘Acho um erro gastar mais onde se gasta mal’, alerta o economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas. Está aí um quesito em que o Brasil é lembrado — a ineficácia na gestão de recursos públicos. Aos programas vistosos faltam objetivos claros, vigilância permanente e cobrança de resultados. Por questões políticas, muito dinheiro é empatado em obras grandiloquentes, e não no que faz a diferença: o bom professor.

A propósito, não posso deixar de citar Anísio Teixeira “o grande missionário da educação”, para usar uma bela e justa expressão de Benedito Silva, saudoso



professor da Fundação Getúlio Vargas. Em seu livro *Educação Não é Privilégio*, já escrevia, em 1957, ao falar sobre o Plano Nacional de Educação aprovado em 1962, pelo Conselho Federal de Educação, do qual fazia parte e foi um dos seus relatores — as turbulências políticas da época impediram sua efetiva aplicabilidade —, que “a chave de todo o plano estará no projeto de preparo dos professores”, e ensina “até hoje pensamos reformar a educação por meio de leis. São elas, sem dúvida, necessárias para tornar possível as reformas, mas leis não fazem as reformas”.

Uma pena que as autoridades educacionais não têm os estudos de Anísio Teixeira como livros de cabeceira. O certo é que eu já disse nesta Casa: o Brasil do ensino universitário federal do Oiapoque ao Chuí tem o mesmo número de escolas e de faculdades. Meu Deus do céu! Vejam as grandes universidades americanas. Todas elas têm perfis diferenciados. Na Região Nordeste e em todos os Estados do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, não se terá o mesmo curso de Física e de outras matérias.

Para dar um exemplo e para simplificar o nosso raciocínio, leio trecho do belo artigo de Luisa Bustamante:

O primeiro plano educacional instituído por lei no país, aprovado em 2001, encerrou-se dez anos depois com apenas um terço das metas cumprido. Diante de resultado tão pífio, o Congresso passou quatro anos discutindo o atual PNE — e deu no que deu. O documento, de dezessete páginas, fruto de discussão com associações e sindicatos, virou uma colcha que junta metas as mais diversas — universalizar o ensino básico,



dobrar as escolas de turno integral e as matrículas na universidade, e deixar o Brasil par a par com os melhores do mundo. É pouco específico sobre como fazer o dinheiro ser verdadeiramente útil em tão ambicioso percurso. 'Não há nenhuma menção à gestão das verbas', observa o economista Claudio de Moura Castro.

Claudio de Moura Castro não é só economista, mas também um grande educador, ex-Presidente da CAPES, que trabalhou inclusive no Banco Interamericano de Desenvolvimento, com uma visão global da educação na América Latina e no mundo inteiro. Ele realmente é uma figura excepcional no contexto dos pensadores da educação brasileira.

E a jornalista continua: *“O Ministério Público, os Tribunais de Contas e o Ministério da Educação estão incumbidos de fiscalizar a execução do Plano, mas até agora tem figurado uma improdutiva condescendência, e o bloco do PNE segue em frente com um enredo sem pé nem cabeça de velhos carnavais.”*

Sr. Presidente, sobre a fiscalização, até há cerca de 15 anos, nós tínhamos as Delegacias Federais de Educação nos Estados. A função dessas Delegacias era fiscalizar os recursos federais, os vultosos recursos federais aplicados neste vasto continente Brasil nas universidades públicas, nas Prefeituras, nos Governos dos Estados, nos convênios, etc. Como é que se acaba um órgão de fiscalização dessa natureza? Quem fiscaliza esses recursos abundantes do Brasil, do sistema de educação brasileiro?

Outra coisa, chegou-se a um entendimento de que esses recursos do FNDE, por exemplo, não são para ser apreciados pelo Tribunal de Contas da União, mas



pelos Tribunais de Contas dos Estados! Tem cabimento isso: recursos federais serem analisados pelos Tribunais de Contas dos Estados?

Então, a gestão dos recursos é o nó górdio da educação brasileira. Dinheiro tem. O problema é a sua má aplicabilidade, e, sobretudo, a sua má fiscalização.

Sr. Presidente, o ex-Ministro Reis Velloso, no seu II Plano Nacional de Desenvolvimento, nos anos 70 do século passado, lançou a ideia de que o Brasil deveria escolher quatro ou cinco centros de excelência no sistema universitário. Como toda boa ideia, morreu no seu nascedouro. Aliás, temos algumas ilhas de excelência nas ciências exatas que mereciam maior apoio do Governo. Há o exemplo do IMPA. Agora mesmo, um professor do IMPA, o matemático Jacob Palis, acabou de ser apontado vencedor do prêmio Conrado Wessel na categoria Ciências deste ano pelo conjunto de sua obra. Ele é professor e pesquisador do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, o IMPA, e recebeu premiação agora, por sua dedicação à matemática, que é fundamental em qualquer parte do mundo.

Pois bem, o IMPA precisa ser prestigiado. O Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos é uma excelência para o Brasil, não pode ter tratamento limitado em relação aos recursos que são exauridos em outras atividades que não têm um retorno da eficiência acadêmica e da pesquisa científica.

Por exemplo, hoje o Brasil vive uma onda de universidade aberta, de longa distância. Meu Deus do céu! Cidades que recebem esses cursos universitários e não têm sequer uma biblioteca, não têm um livro para o aluno pesquisar, não têm ensino médio! Como é que se vai ter uma universidade aberta dessa natureza! Trata-se de jogar recurso fora. Claro que há as exceções de sempre. Ou se faz avaliações rigorosamente críticas, sem ideologia, da forma mais objetiva sobre o nosso desafio



educacional, repetindo essa competente Luisa Bustamante, ou “*o bloco do PNE segue em frente como um enredo sem pé nem cabeça de velhos carnavais*”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.